



Franco Napoleão Aguiar de Alencastro Guimarães

**Terra à Vista (ou a Crédito):
A participação do Estado nas aquisições internacionais de terras na
Etiópia entre 2003 e 2012**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial
para obtenção do grau de mestre em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Luís Manuel Rebelo Fernandes

Rio de Janeiro
Janeiro de 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Franco Napoleão Aguiar de Alencastro Guimarães

Graduou-se em Relações Internacionais pela PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) em 2016. Concentra-se na área de Economia Política Internacional e nos Estudos Pós-Coloniais. É pesquisador voluntário de África Subsaariana junto ao Boletim Geocorrente da Escola de Guerra Naval.

Ficha Catalográfica

Guimarães, Franco Napoleão Aguiar de Alencastro

Terra à vista (ou a crédito) : a participação do Estado nas aquisições internacionais de terras na Etiópia entre 2003 e 2012 / Franco Napoleão Aguiar de Alencastro Guimarães ; orientador: Luís Manuel Rebelo Fernandes. – 2019.

119 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2019.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Agricultura. 3. Terra. 4. Estado. 5. Marxismo. 6. Desenvolvimento. I. Fernandes, Luís Manuel Rebelo. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Ao meu orientador, professor Luís Manuel Fernandes, que me acompanhou durante todo o processo de elaboração dessa dissertação, oferecendo valiosos conselhos.

Aos meus professores do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), pelo aprendizado e desvios ocasionais que, serendipitadamente, resultaram em novos caminhos a explorar. Esta dissertação não seria possível sem a ajuda de Matt Davies, Isabel Siqueira, João Nogueira, Maíra Siman, Marta Fernández e Mônica Herz.

Aos professores da Comissão Examinadora, pela atenção acordada a meu trabalho.

À minha família, por todo o amor e carinho que recebi, e por ter me apoiado durante todo o mestrado, especialmente meus pais, Marco Fabio e Mônica, que pacientemente emprestaram seu tempo (e seus ouvidos) para que eu discorresse sobre o tema que viria a se tornar esta dissertação.

Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado em períodos de dificuldade. À equipe do Furor. À Victor, Badra, Pedro, Thiago, Gabin, todo meu amor. Ao Leonardo, por todas as oportunidades e por ser mais que um chefe, um amigo. À turma do Mestrado 2017.1, por todas as quartas-feiras. À Marcelle, por alegrar meus dias e por sempre me motivar a continuar tentando.

À PUC-Rio, pelo apoio financeiro indispensável para a realização dessa pesquisa.

À Deus, que me deu forças e inspiração para elaborar essa dissertação. Cada pessoa mencionada aqui carrega um pouco de seu nome.

Finalmente, ao povo de São Tomé e Príncipe, país no qual boa parte dessa dissertação foi escrita. Sua gentileza, curiosidade, e as amizades que construímos durarão para a vida inteira. Que o Atlântico não separe nossos povos e nossas histórias.

Resumo

Alencastro Guimarães, Franco Napoleão Aguiar; Fernandes, Luís Manuel Rebelo. **Terra à Vista (ou a Crédito): A participação do Estado nas aquisições internacionais de terras na Etiópia entre 2003 e 2012**. Rio de Janeiro, 2019. 119p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

O aumento no número de aquisições internacionais de terras nas últimas duas décadas motiva pesquisas sobre os atores envolvidos neste processo e responsáveis por esta intensificação. Nesta dissertação, é analisado o papel do Estado na criação das condições de possibilidade para as aquisições internacionais de terras, a partir de um estudo de caso, o Etíope. São examinados os mecanismos e regulações criados pelo Estado, o contexto histórico e internacional para sua atuação, e as finalidades econômicas e políticas para as mesmas, a partir de um referencial teórico baseado no conceito de acumulação por espoliação elaborado por David Harvey.

Palavras-chave

Agricultura; Terra; Estado; Marxismo; Desenvolvimento; África; Etiópia; Economia Política Internacional.

Abstract

Alencastro Guimarães, Franco Napoleão Aguiar; Fernandes, Luís Manuel Rebelo (Advisor). **Fielding the State: State participation in international land acquisitions in Ethiopia from 2003 to 2012**. Rio de Janeiro, 2019. 119p. Dissertação de Mestrado. Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The increase in the number of international land acquisitions in the last two decades calls for research on the actors involved in this process and responsible for this intensification. In this dissertation, the role of the State in creating the conditions for these acquisitions is examined through a case study, Ethiopia. Mechanisms and regulations created by the State are analyzed, along with the local historical and international context for the State's policies and its political and economic aims, with the deployment of a theoretical framework based on the concept of accumulation by dispossession as developed by David Harvey.

Keywords

Agriculture; Land; State; Marxism; Development; Africa; Ethiopia; International Political Economy.

Sumário

1. Introdução	9
2. As aquisições de terra: atores e perspectivas teóricas	21
2.1. Caracterização das aquisições internacionais de terras sob uma perspectiva de economia política: segurança alimentar ou busca por rentabilidade do capital?	21
2.1.1. Atores internacionais: A participação do capital privado internacional	27
2.1.2. O que motiva a compra de terras?	28
2.1.3. Atores domésticos: O Estado Etíope e a aquisição internacional de terras	29
2.2. Perspectivas teóricas sobre aquisição internacional de terras	33
2.2.1. As aquisições de terra em perspectiva de economia política: o desenvolvimento e a intervenção do Estado	33
2.2.2. A relação entre mercantilização e acumulação de capital	35
2.2.3. A acumulação por espoliação	37
2.2.4. Ajuste espaço-temporal	39
2.2.5. 'Alta modernidade': a homogeneização como ferramenta de controle do Estado	44
2.2.6. Especificidades da industrialização tardia no caso Etíope: O papel do capital externo na dinâmica de acumulação	48
2.3. O ajuste espaço-temporal dos anos 2000: a "tsunami monetária" e sua influência na aquisição internacional de terras	51
2.4. Particularidades do caso Etíope	54
3. Formação do Estado Etíope: A importância histórica do controle da terra	57
3.1. Centralização política, expansão territorial e constituição da dinâmica de acumulação (1852-1898)	57
3.2. Modernização do Estado Imperial e o processo de homogeneização	61
3.3. A crise do Estado Imperial	63
3.4. O Derg	65
3.4.1. Política e a questão étnica sob o Derg	66
3.4.2. 'Agricultura Socialista' ou apropriação de terras? O reassentamento e a villagization durante o período do Derg	69
3.4.3. A questão étnica na Villagization e no Reassentamento	71
3.5. Continuidades entre o período imperial e o regime do Derg	72

4. Porque a aquisição de terras? Finalidades econômicas e políticas para o Estado Etíope	75
4.1. A aquisição de terras e a via Etíope para o desenvolvimento	75
4.1.1. A importância da exportação no caso Etíope: Commodities como resposta à vulnerabilidade externa	76
4.1.2. ADLI: desenvolvimento agrícola, desenvolvimento nacional	77
4.1.3. A evolução da ADLI e a crescente importância do capital estrangeiro na estratégia de acumulação de capital	79
4.2. A confluência entre a aquisição de terras e as políticas para a terra do Estado Etíope	81
4.2.1. Contrastes regionais nas aquisições de terras e reassentamento: A ênfase nos povos pastoris	81
4.2.2. O reassentamento como mecanismo de controle da população pastoril	85
4.3. O contexto político Etíope e a aquisição de terras	89
4.3.1. O papel da política regional e sua evolução	89
4.3.2. A construção de um Estado centralizado	95
4.4. O capital internacional como dinamizador da centralização empreendida pelo Estado	98
5. Considerações finais	100
6. Referências Bibliográficas	111

*Pois tudo tem que virar óleo
Pra pôr na máquina do Estado*

-Titãs, Desordem

1. Introdução

A aquisição de terras férteis na África por grupos públicos e privados sediados em potências econômicas tornou-se um dos fenômenos mais controversos da economia política internacional. O volume da demanda por terras cresceu consideravelmente nos anos 2000: o crescimento anual de terras voltadas para cultivo agrícola saltou de 4 milhões ha. em 2008 para 56 milhões ha. em 2009, um crescimento de 1400% (DEININGER et al, 2011). Desses, 28 milhões de ha., a metade, se localizavam na África Subsaariana (idem, 2011). O fenômeno foi tão súbito e de magnitude tão considerável que atraiu atenção de organizações internacionais como o Banco Mundial e a FAO (idem, 2011; RAPSOMANIKIS, 2015; COTULA et al, 2009).

As críticas por atores da sociedade civil e das populações impactadas nesses países aumentaram consideravelmente nos últimos anos, associada também a reações negativas vindas do Ocidente (DOWNIE, 2011). De fato, já ocorreram mobilizações políticas importantes ocasionadas por projetos de aquisição de terras (BACHELARD & MARCUS, 2011).

A controvérsia em torno dessas aquisições internacionais de terras faz com que surjam denúncias que as caracterizam como uma reedição do velho imperialismo do século XIX: de um lado, encontramos firmas e Estados do centro da economia global, e de outro, os Estados e comunidades da periferia do sistema internacional, sobretudo da África.

Nesse sentido, as principais visões interpretativas sobre o fenômeno o tratam como algo que ocorre sobretudo “de fora para dentro”, isso é, os determinantes para a aquisição internacional de terras partem de fora dos países onde ela de fato se dá.

Essa visão se subdivide, por sua vez, em diferentes interpretações: a aquisição internacional de terras seria produto do capital ocioso buscando maior rentabilidade; da busca por terras férteis por governos de países em situação de vulnerabilidade alimentar; ou ainda um movimento especulativo causado pela alta do preço dos alimentos. Dessa forma, o papel dos Estados receptores dos investimentos internacionais voltados para a aquisição de terras seria passivo; os Estados receptores não seriam fortes o suficiente para resistir à entrada do capital

internacional. Outra ideia sobre o papel do Estado é a de que ele seria “comprado” pelos investidores internacionais, e de que a corrupção de autoridades estatais seria, assim, um elemento possibilitador das aquisições internacionais.

Pode-se dizer que, de acordo com essa visão, seja o Estado entendido como cooptado ou impotente, o seu papel no processo de aquisição de terras é no máximo secundário: um “facilitador” da aquisição, mas cujo envolvimento como parte interessada no processo se limita a ganhos monetários que não estão diretamente conectados com a atividade de exploração das terras. Colocado de outra forma, pode-se dizer que os representantes do Estado retiram benefícios do processo de aquisição de terras, mas o Estado como instituição não.

A segunda visão apresenta o entendimento de que os Estados têm uma atuação bem maior, como regulamentadores e produtores de governança sobre o processo de aquisição de terras. Esse papel mais ativo é também reflexo de uma postura mais interessada dos Estados, para além dos benefícios diretos a seus representantes. A aquisição internacional de terras, de fato, se dá sobre um elemento físico da soberania do Estado: a terra. Isso sinaliza a importância e o potencial disruptivo que esse fenômeno tem para os Estados. Para além do controle decisório sobre o território, a aquisição internacional de terras também produz impactos sobre sua gestão econômica e, dessa forma, sobre o desenvolvimento econômico do Estado - algo que adquire importância ainda maior quando se considera que a maior parte das aquisições internacionais se dá em países ditos em desenvolvimento.

Enquanto os determinantes internacionais do processo de aquisição de terras, relacionados sobretudo com a primeira visão, possuem ampla discussão na literatura¹, os aspectos domésticos do fenômeno, relacionados principalmente com a segunda visão, são menos explorados pela literatura; tentativas de compreender seus impactos costumam se limitar à questões ligadas aos direitos humanos das populações impactadas pela aquisição de terras. Torna-se necessário, assim, compreender como o Estado receptor de investimentos influencia o processo de aquisição de terras, e com que finalidades. Esse trabalho pretende, assim, responder a uma lacuna na literatura sobre aquisição internacional de terras, no que tange à atuação dos Estados receptores de investimentos. O propósito dessa dissertação, assim, é de entender como um Estado – no caso, o Estado Etíope – interfere no

¹Ver, por exemplo, Klare (2012).

processo de aquisição de terras.

A densidade necessária para uma análise minuciosa desse fenômeno - que implica, conforme visto acima, na consideração de fatores econômicos e políticos tanto a nível internacional como a nível estatal e doméstico nos países afetados - inviabiliza, para um trabalho da presente escala, a opção por uma análise sistêmica dos impactos de acordos de aquisição de terras em todos os países em desenvolvimento. Tal análise correria o risco de se tornar superficial e generalista. Em comparação, um estudo de caso nos permitirá ganhar em riqueza de detalhes na descrição de um contexto político específico, do qual poderão ser extraídas propostas para a produção de um entendimento sistêmico dos impactos desse fenômeno.

Restringindo nosso escopo ao mundo em desenvolvimento, e, dentro dele, à África - foco de mais da metade das iniciativas de aquisição de terras - alguns países se apresentam como candidatos fortes. A escolha da Etiópia como estudo de caso se dá por ser esse um dos países que mais atraiu projetos de aquisição de terras nos últimos anos; de acordo com o projeto Land Matrix, que compila os contratos de venda e arrendamento de terra ao redor do mundo, na África, o país fica apenas atrás de Moçambique em número de projetos². Porém, a densidade populacional da Etiópia é três vezes superior à de Moçambique, aproximando-se de 100 habitantes / km²; além disso, 71% da mão de obra do país trabalha no setor agrícola, sendo 80% de pequenos camponeses (RAPSOMANIKIS, 2015).

Os projetos de aquisição de terra por firmas estrangeiras, dessa forma, podem impactar a vida de muitas pessoas na Etiópia, em uma grau mais elevado do que em outros países. Chama atenção, também, a relevância do tema da agricultura e da segurança alimentar para a Etiópia: por mais que muitos países da África convivam com situações de insegurança alimentar, o contexto Etíope é singular, sendo o país o foco da grande Fome da África Ocidental de 2011 (BARRY, 2012). Essa crise marca a última vez que a ONU decretou a existência de uma situação de fome na África, e a primeira desde 1984, quando a fome foi decretada também na Etiópia, atraindo considerável atenção internacional e dando origem à iniciativa filantrópica *Band Aid*. De alguma maneira, assim, a Etiópia está intrinsecamente conectada tanto aos debates atuais sobre segurança alimentar como ao imaginário

²A Etiópia recebeu 103 projetos, contra 108 de Moçambique. No mundo, a Etiópia fica atrás de mais dois países, ambos do Sudeste Asiático: Camboja (107 projetos) e Indonésia (122).

ocidental sobre a fome. A Etiópia tem, ainda, um peso político importante na África Subsaariana: sua capital, Adis Abeba, é a sede da União Africana, e o país possui a distinção de ser um dos poucos a não ter sido colonizado por potências europeias, exceto por uma ocupação de cinco anos por parte da Itália. O processo de aquisição de terras na Etiópia pode, assim, influenciar políticas semelhantes em outros países próximos.

Um último esforço de recorte é necessário, em termos temporais. A aquisição internacional de terras é um processo antigo, que poderíamos datar dos primeiros intercâmbios comerciais da África com o resto do mundo, mas mais significativamente, desde a colonização europeia, no século XIX. A intensificação desse processo é, no entanto, fenômeno bem mais recente. No caso da Etiópia, dados disponíveis sobre a aquisição internacional de terras estabelecem 2003 como um ano-chave dessa intensificação; o primeiro acordo de aquisição de terras por uma entidade internacional foi celebrado em 2000, porém até 2003 apenas cerca de 20 mil hectares haviam sido adquiridos por entidades estrangeiras. Apenas em 2003, no entanto, o número cresce para 30 mil ha, e a ascensão é ininterrupta a partir daí: em 2007, mais de 400 mil hectares são transferidos em 12 acordos diferentes. Em 2012, a área total correspondente às terras adquiridas por estrangeiros na Etiópia corresponde à quase 1 milhão de ha. À partir desse ano, contudo, o ritmo se reduz consideravelmente. Isto indica que o fenômeno pode ter perdido intensidade após 2013 ou está, em outra perspectiva, se consolidando antes da próxima rodada de expansão, hipótese levantava também pelos pesquisadores da Land Matrix (NOLTE, K. 2016). O fenômeno na Etiópia acompanha, em alguma medida, o ritmo internacional das aquisições, chegando a antecipar em alguns anos a explosão desse tipo de acordo a nível mundial. Tomando as aquisições no mundo todo, o ano de 2005 parece configurar o início do *boom*: até aquele ano, haviam apenas 1 milhão de hectares no mundo sob posse de governos e instituições privadas internacionais, distribuídos entre menos de 100 acordos. O número de acordos e da área negociada começaram naquele ano uma ascensão ininterrupta, chegando em 2015 a perto de 900 acordos concluídos sobre 25 milhões de hectares em terras (NOLTE, K. 2016).

A década entre 2003 e 2012, assim, se apresenta como período capital para compreender a aquisição de terras na Etiópia, sendo esta a época em que o fenômeno adquiriu a proporção que possui hoje; é também o período de maior intensificação deste fenômeno, uma vez que mais de 90% das aquisições

internacionais de terra na Etiópia ocorreram durante essa década. Fora desse período selecionado, serão, porém, feitas comparações com processos anteriores de aquisição de terra na Etiópia, nos quais a influência do capital internacional foi menor. Essa comparação terá por objetivo entender as especificidades da forma de atuação do Estado no processo atual de aquisição de terras com relação aos processos anteriores, assim como as continuidades nas finalidades desse processo.

A presente dissertação procura, assim, responder a pergunta: Como o Estado Etíope interferiu no processo de aquisição de terras entre 2003 e 2012? Nossa resposta será focada nos elementos de economia política do fenômeno, o que será feito por meio da aplicação do conceito de acumulação por espoliação e ajuste espaço-temporal, derivado dos escritos do pensador marxista David Harvey, e que influenciarão nossa compreensão das aquisições. A intercessão entre os determinantes econômicos e políticos do fenômeno será analisada por meio de um diálogo com teorias sobre a formação do Estado e sobre o desenvolvimento capitalista tardio, a saber, respectivamente, a ideia de Alta Modernidade presente nos escritos de James Scott e a descrição dos processos tardios de industrialização por Alexander Gerschenkron.

Com base nesse referencial conceitual e teórico, a metodologia desta dissertação segue uma vertente explicativa, que visa explicar a relação entre o Estado Etíope e a aquisição internacional de terras como parte de um processo histórico. Ela parte de uma análise de como a aquisição internacional de terras é produzida no período estudado, a partir de quais atores e com que finalidades. Desse modo, essa etapa da pesquisa combina elementos de análise documental e de pesquisa quantitativa, sendo esta última utilizada para auxiliar na identificação efetiva dos atores e o impacto das práticas da aquisição de terras, de maneira que o fenômeno possa ser descrito de maneira mais completa, o que irá embasar nossa análise teórica, de fundo qualitativo. Essa análise é então aprofundada por meio de uma pesquisa histórica, que conecta esse processo mais recente com práticas mais antigas originadas no Estado Etíope. Os dois elementos da pesquisa – o primeiro, teórico e quantitativo, o segundo, histórico – são então sintetizados para produzir um entendimento da aquisição de terras na Etiópia coerente com suas especificidades políticas, econômicas e culturais.

Nossas fontes para a vertente teórica da pesquisa incluem documentos do governo Etíope, sobretudo aqueles relativos à sua estratégia de desenvolvimento

econômico; além de documentos produzidos pelas agências ou empresas envolvidas no processo de aquisição de terras. Envolverá também documentos produzidos por ONGs e outras organizações independentes, tanto Etíopes como internacionais, que produzam conteúdo voltado especificamente para nosso objeto de pesquisa. A ênfase será dada a documentos que apresentem uma visão das práticas do Estado no processo de aquisição de terras e os impactos por elas causados; procurando identificar os grupos ou atores que criam suas condições de possibilidade, e os grupos que são beneficiados ou prejudicados com as aquisições de terras. Nossa reflexão teórica será informada pela literatura secundária produzida sobre o tema mais amplo da aquisição internacional de terras, com as adaptações necessárias em nossa análise para o contexto Etíope. Outras fontes a ser consultadas incluem matérias jornalísticas na mídia, uma vez que as aquisições de terras são bastante comentadas nesse meio, sendo especialmente úteis para abordar as evoluções mais recentes do processo.

Para os elementos quantitativos da pesquisa, nos apoiamos em fontes secundárias como artigos, mas sobretudo na base de dados Land Matrix, que compila dados sobre aquisições de terras.

A etapa histórica consistirá em um levantamento de bibliografia histórica sobre nosso estudo de caso, a Etiópia. Essa bibliografia será formada por historiadores especializados na história da Etiópia e obras de referência sobre o mesmo tema³, com ênfase nos períodos recentes de maior transformação do país: a formação do Estado imperial, na segunda metade do século XIX, e o período de turbulência na segunda metade do século XX, marcado pela queda do Império e sua substituição por um regime socialista, ele próprio substituído em 1991 por um regime oficialmente democrático. Essa pesquisa terá por objetivo identificar as relações de poder expressas na construção e reformulação do Estado Etíope ao longo da história, particularmente aquelas relativas à terra e à extração de excedente. Espera-se que essa pesquisa nos dê uma compreensão das continuidades e transformações na relação do Estado com a terra e com as populações nômades.

Munidos dessas fontes, será possível comparar as relações de poder e práticas históricas de construção do Estado identificadas em nossa pesquisa

³ Algumas das principais obras consultadas incluem a minuciosa *A History of Ethiopia* de Harold Marcus e o volume de referência sobre o país produzido para a Biblioteca do Congresso dos EUA, editado por Thomas Ofcansky e Laverle Berry.

historiográfica com aquelas identificadas em nossa análise do processo mais recente de aquisição de terras. Isso nos permitirá entender se e de que modo a interferência do Estado no processo de aquisição de terras reproduz e aprofunda práticas históricas de acumulação e de extração de excedente, ou se, pelo contrário, ele as subverte e cria novas relações de poder. A continuidade dos padrões de acumulação, extração de excedente e controle do território fornecerá indício de que as aquisições de terras são elementos nessa estratégia formulada pelo Estado.

Esse trabalho pretende se somar a uma literatura crescente sobre aquisição de terras no mundo em desenvolvimento, a partir do ângulo específico sobre como esse fenômeno se dá na Etiópia. Particularmente, tem o objetivo de contribuir para o estudo dos aspectos domésticos do fenômeno, enquanto complementares porém distintos do estudo de suas causas internacionais.

Na última década, a literatura sobre a aquisição de terras envolvendo atores de diferentes países cresceu muito, conectada à própria expansão do fenômeno. Particularmente, o fenômeno é frequentemente lido como pertencendo ao campo do desenvolvimento (MAKKI & GEISLER, 2011; HALL, 2013); o cultivo da terra representa, para parte considerável da população mundial, o único meio de sustento. Qualquer fenômeno que altere essa relação terá assim consequências importantes para bem-estar das populações e o desenvolvimento econômico. É compreensível, então, que muitas organizações internacionais ligadas ao desenvolvimento tenham produzido documentos especificamente sobre esse tema, contrastando muitas vezes os pontos positivos e negativos do fenômeno. Assim, o relatório da FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - se intitula *Land grab or development opportunity?*. Podemos destacar também o relatório do Banco Mundial sobre o assunto, *Rising Global Interest in Farmland*, publicado em 2011. Comum à esses documentos é a visão de que, apesar de trazerem uma série de desafios para o desenvolvimento dos países impactados, esses problemas podem ser atenuados por um marco regulatório adequado, e a entrada de investimentos pode representar uma oportunidade para o desenvolvimento econômico e produtivo da agricultura.

Como visão alternativa sobre esse fenômeno, e surgindo como reação à esses documentos, temos uma série de publicações críticas. Estas têm em comum sua caracterização do fenômeno de aquisição de terras como *land-grabbing*, espoliação ou tomada de terras; esse nome não é escolhido por acaso, pois essas

publicações enfatizam que as terras visadas por investidores internacionais muitas vezes já estão sob posse de uma população que faz dela uso tradicional, que deveria ser reconhecido enquanto costume. Podemos destacar, nesse campo de literatura crítica, as publicações da ONG GRAIN, e obras como *The Great African Land Grab?* de Lorenzo Cotula (2013).

Essas publicações procuram pensar o fenômeno da aquisição de terras enfatizando seu contexto político e consequências; outros autores, porém, tentam imprimir à essa leitura política maior densidade teórica. Embora seja possível afirmar que a disciplina das Relações Internacionais tem abordado com timidez o tema da aquisição internacional de terras, a sua importância tem crescido dentro da sub-área dos estudos da Economia Política Internacional (GEBRESENBET, 2016; LAVERS, 2012). Podemos citar o trabalho de autores como David Harvey, que trabalham esse fenômeno por meio de uma extensão do conceito de ‘acumulação primitiva’, elaborado por Karl Marx em sua obra como uma pré-condição para o capitalismo. Para Marx, a acumulação primitiva precede as relações de uma economia de mercado capitalista; para Harvey, pelo contrário, o capitalismo se constitui e é reforçado por processos de acumulação primitiva que ocorrem em sua periferia, concomitantes a seu próprio desenvolvimento. Essa explicação nos permite entender a aquisição de terras em perspectiva histórica.

Entendemos esse trabalho como uma contribuição a essa literatura crítica, particularmente no campo influenciado pelo pensamento marxista e nos debates sobre a economia política do imperialismo. Enquanto muitos trabalhos que analisam o contexto etíope dentro desse fenômeno global se concentram na temática do impacto deste para os direitos humanos, particularmente a segurança alimentar (IGEBRETSSEN, 2017; GLOPOLIS, 2010), nossa proposta inclui uma ênfase maior nas implicações políticas desse impacto.

Nossa abordagem pretende ressaltar a conexão entre a atuação política do Estado e sua atuação econômica, no contexto dos debates sobre o desenvolvimento. Embora muitas vezes expressas em termos de bem-estar econômico e desenvolvimento, as decisões do Estado em matéria de política econômica possuem também finalidades políticas. A aparente neutralidade da esfera econômica aparece como causa e consequência de um ‘recuo do Estado’ perante as forças do mercado. Analisar a conexão entre economia e política no caso das aquisições internacionais de terras na Etiópia nos permitirá avaliar se, no caso escolhido, as pressões dos

fatores econômicos no sistema internacional tolhem a capacidade de decisão do Estado ou se, pelo contrário, necessitam do Estado para atingir maior expressão e permitem à ele, por sua vez, realizar objetivos políticos domésticos. Esse debate é de especial importância para os Estados em desenvolvimento, tradicionalmente entendidos como os mais afetados pela globalização financeira (e menos capazes de influenciar a mesma).

Pretendemos, por fim, que esse trabalho sirva de fonte para o debate político no Brasil, que é atualmente palco de propostas para a flexibilização de compras de terras por estrangeiros. Além de analisar o caso Etíope, pretendemos que nossas conclusões sobre a participação do Estado no processo de aquisição de terras possam ser aplicadas à outros países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil.

O escopo dessa pesquisa também deve ser delimitado. Alguns autores, como Lavers (2012), escolhem tratar, em conjunto com a aquisição de terras por estrangeiros, também da aquisição de terras por indivíduos ou entidades domésticas dos países em questão. O processo, assim, é tratado menos como um processo internacional, e mais como um processo econômico que conta com um componente internacional. Essa abordagem reflete uma opção por estudar o impacto dessas aquisições na distribuição de terras. Esta dissertação optou, em contraste, por se concentrar exclusivamente sobre as aquisições feitas por entidades internacionais, em nome da simplicidade e para estudar as especificidades da relação entre um Estado da periferia capitalista com organizações, majoritariamente, do centro da mesma. Reconhecemos que futuras pesquisas possam incluir esse componente doméstico, de modo a compreender melhor o processo de aquisição de terras em sua totalidade.

Algumas limitações da ordem das fontes também devem ser observadas. A base de dados Land Matrix possui, como fonte, vantagens e desvantagens: deve-se constatar a imprecisão de alguns de seus dados, muitos dos quais derivam de reportagens na mídia, que podem se revelar inexatos. A base, porém, também trata fontes confiáveis, como os próprios acordos celebrados entre o Estado Etíope e as firmas internacionais. Seu objetivo de ser a base de dados mais completa possível sobre o tema faz com que ela seja constantemente atualizada, o que não pode ser dito da literatura secundária, que pode se tornar rapidamente defasada. Por fim, a Land Matrix também permite a manipulação de informações, como a seleção de todas as aquisições feitas por um país, ou a análise de arrendamentos individuais.

O principal objetivo deste trabalho, conforme dito acima, é analisar como o Estado Etíope interfere na intensificação do processo de aquisição de terras. O pressuposto principal da análise, assim, é de que essa interferência já ocorre, faltando determinar sua natureza exata e sua finalidade. A hipótese inicial deste trabalho é de que o Estado Etíope e o grupo político que o controla tem uma preferência pelo investimento estrangeiro na agricultura. Esse investimento estrangeiro é uma forma de intensificar um processo de transformação de terras pastoris e de agricultura camponesa em agronegócio, capaz de gerar divisas e renda tributável pelo Estado. O Estado estimula o processo de aquisição internacional de terras para ampliar a acumulação primitiva de capital em sua economia, e assim, sua capacidade de extração de recursos e o controle sobre seu território. Essa acumulação é primitiva - ou, ainda, acumulação por espoliação -, dentro de um arcabouço conceitual marxista, por ser caracterizada pelo aporte de fatores de produção - a terra e os recursos naturais associados - para dentro de um sistema de produção capitalista.

Paradoxalmente, assim, o capital internacional envolvido na aquisição de terras contribui não para a redução da habilidade do Estado de controlar seu território, mas sim para aumentá-la. O capital internacional, assim, contribui para o fortalecimento do Estado, ainda que se possa argumentar que reduz a capacidade do Estado de dispôr de parcelas do território como bem entende, ao introduzir no território pessoas jurídicas estrangeiras com direitos próprios.

A resposta à questão central desta dissertação será formulada ao longo de quatro capítulos. O primeiro capítulo consiste na presente introdução e na apresentação do tema e de nossos principais instrumentos metodológicos.

Em nosso segundo capítulo, será contextualizado o fenômeno da aquisição internacional de terras, suas causas econômicas e políticas a nível internacional e os principais atores nela envolvidos, o que irá nos auxiliar a entender o contexto para a atuação do Estado Etíope; neste capítulo, é aprofundado também o referencial teórico apresentado na introdução, de modo a construir o entendimento da aquisição internacional de terras que irá balizar nossas análises posteriores do contexto Etíope. Seu argumento central é de que a aquisição internacional de terras na Etiópia se caracteriza por uma interação entre o Estado Etíope e o capital internacional, representado por um elenco de firmas cuja conexão com interesses políticos de seus Estados de origem é tênue; e que, dessa forma, a melhor forma de

compreender a aquisição internacional de terras é como um ajuste espaço-temporal do capital internacional, que dinamiza um processo de acumulação por espoliação conduzido pelo Estado Etíope.

Será possível em seguida passar a nosso terceiro capítulo, que irá contextualizar a formação do Estado Etíope, desde o início desse processo, no final do século XIX. O objetivo deste capítulo é compreender as dinâmicas de acumulação de capital na Etiópia a partir de sua relação com a formação do Estado e com as relações de poder históricas no país. A análise enfatiza a importância da terra no histórico da acumulação de capital da Etiópia, estabelecendo uma conexão com as estratégias presentes de acumulação. Seu argumento central é de que o Estado Etíope surgiu como mecanismo representativo de populações de agricultores sedentários, as quais são, ao mesmo tempo, a base de extração de excedente do Estado. O esgotamento dessa base econômica motiva um processo de acumulação por espoliação que recai sobretudo sobre populações nômades marginalizadas pelo Estado, processo do qual a aquisição internacional de terras representa uma continuação e aprofundamento.

O quarto capítulo traz uma caracterização da aquisição internacional de terras na Etiópia no período de 2003 a 2012, com o objetivo de ressaltar seu papel na estratégia de acumulação do Estado Etíope e sua conexão com outros objetivos políticos do Estado e dos grupos políticos que o ocupam, a saber o controle e a marginalização política dos povos nômades e pastoris das planícies do sul do país. É examinada também a interrelação entre estes objetivos, o processo de formação do Estado e a própria dinâmica de acumulação. O principal resultado apresentado é de que o Estado Etíope desenvolveu, nos primeiros anos do século XXI, uma estratégia baseada em acumulação por espoliação das populações nômades, de modo a sanar suas vulnerabilidades externas e estimular o agronegócio e a indústria. Essa estratégia econômica, por sua vez, depende de e aprofunda uma estratégia de centralização política conduzida pelo Estado desde os anos 1990, que procura reestabelecer a autoridade das elites políticas de Adis Abeba sobre grupos étnicos nômades minoritários.

Ao quarto capítulo, segue-se uma conclusão, que sintetiza os argumentos expostos em cada capítulo, apresentando uma resposta à nossa questão de análise: esta indica a centralidade da atuação Estado Etíope para o processo de aquisição internacional de terras e sua intensificação, e que essa atuação é motivada por um

objetivo de ampliar a renda tributável por meio de uma intensificação da acumulação de capital, e de ampliar seu controle político sobre o território e suas populações.

2.

As aquisições de terra: atores e perspectivas teóricas

A discussão da interferência do Estado Etíope no processo de aquisição de terras faz necessário, primeiramente, apresentar o contexto em que se dão essas interferências. De forma a nos ajudar a entender o que são as aquisições de terras e como elas estão ocorrendo na Etiópia, este capítulo será, assim, estruturado da seguinte maneira: Em um primeiro momento, serão caracterizadas as aquisições internacionais de terras. Diferentes perspectivas sobre as aquisições internacionais de terras e os atores nela envolvidos serão comparadas e confrontadas, de modo a contribuir para a compreensão da verdadeira natureza do fenômeno. Esse fenômeno então é analisado à luz de nosso referencial teórico, que é apresentado na seção seguinte; na terceira seção do capítulo, as categorias apresentadas na exposição do referencial teórico são aplicadas à análise do fenômeno, de modo a construir o entendimento teórico das aquisições internacionais de terra que irá informar nossas análises em capítulos posteriores.

2.1.

Caracterização das aquisições internacionais de terras sob uma perspectiva de economia política: segurança alimentar ou busca por rentabilidade do capital?

A globalização, que podemos entender como a intensificação dos fluxos de diversos tipos entre diferentes Estados e regiões do mundo, vem acelerando-se no último meio século. Entre os fluxos ampliados em meio a esse processo, podemos destacar os de caráter comercial e financeiro: por exemplo, os fluxos de investimento estrangeiro direto passaram de 0,5% do PIB mundial em 1990 a 3% em 2017⁴, enquanto os fluxos de capital direcionados para os países em desenvolvimento passaram de US\$ 127 bi a US\$ 349 bi no mesmo período (KESKINSOY, 2017). É possível entender o processo de aquisição de terras como uma faceta específica dessa ampliação de fluxos de natureza financeira, organizado a partir da demanda internacional por terras aráveis e sua oferta correlata. Os demandantes são, em larga medida, atores privados ou estatais das maiores economias do mundo (EUA, China e os Estados europeus), enquanto a oferta é feita por países tipicamente entendidos

⁴Dados do Banco Mundial, disponíveis em <https://data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.WD.GD.ZS> Acessado em 18 mai 2018.

como em desenvolvimento, dentre os quais podemos destacar aqueles situados na África Subsaariana.

Esse fenômeno foi ganhando amplitude ao longo dos anos 2000, com o tamanho da área negociada se acelerando consideravelmente em 2009. De acordo com o projeto *Land Matrix*, que cataloga as aquisições internacionais de terras para diferentes usos, somente as aquisições internacionais somavam, em 2016, 85,5 milhões ha (NOLTE, K et al, 2016). O número de contratos internacionais de aquisição de terras passou de cerca de 300 em 2009 para mais de 800 em 2016 (NOLTE K, 2016). O processo, dessa forma, não foi interrompido após o ‘surto’ de 2009. Embora o número de novas aquisições pareça ter se reduzido em anos recentes se comparado com o período 2009-2014, algumas explicações podem apontar para uma consolidação do fenômeno ao invés de sua exaustão: de fato, como destacam os relatores do Land Matrix, podem passar-se anos entre a negociação de um acordo e sua divulgação para o público; é possível que parte dos acordos concluídos em 2015 e 2016 ainda não tenham sido anunciados (NOLTE K, 2016). É possível, ainda, que, após o impulso inicial pela aquisição de terras, estas estejam sendo consolidadas por meio de ocupação e do início efetivo dos projetos agrícolas. De fato, a porcentagem de área onde as atividades-fim já se iniciaram passou de cerca de 20% em 2010 para 60% em 2016 e continua a crescer (NOLTE K, 2016). Assim, podemos entender a aquisição internacional de terras como um processo com duração temporal mais longa, longe de um ‘surto’ ou ‘febre’ puramente especulativa e de curto fôlego. Esse processo tem, também, gerado importantes repercussões políticas para os Estados nos quais ele se produz.

Em março de 2009, por exemplo, manifestações populares levaram à renúncia do presidente de Madagascar, Marc Ravalomanana, após seu governo anunciar um acordo com o conglomerado sul-coreano Daewoo para o arrendamento de 3,2 milhões ha. de área fértil, que seriam destinados pela empresa ao cultivo de arroz e palmeiras (BACHELARD & MARCUS, 2011). Após a queda do presidente, o acordo foi anulado. Os protestos foram motivados pelo que pareceu, à época, uma concessão das riquezas nacionais a uma organização estrangeira, e, principalmente, de uma riqueza tão intrinsecamente conectada com o próprio conceito de soberania: a terra. Seja qual for a definição de soberania adotada, esta sempre possuirá um recorte territorial, delimitado pelas fronteiras do Estado, ao fim das quais se iniciam outras soberanias igualmente definidas por seu território.

No contexto Etíope, é também possível falar de uma intensificação da aquisição internacional de terras a partir dos primeiros anos dos anos 2000, com a área total transacionada passando de cerca de 35 mil ha em 2004, a 481 mil ha em 2008, e a cerca de 1 milhão de ha em 2012⁵. Os acordos, no entanto, passam por evolução mais lenta a partir de 2013, o que pode ser uma consequência de lacunas na base de dados utilizada. A curva de evolução da aquisição de terras na Etiópia parece, também, ter ocorrido antes da média mundial, e chegado a um pico antes. De todo modo, é possível dizer que a evolução histórica da aquisição internacional de terras na Etiópia segue, de modo geral, aquela registrada em outros países e no mundo como um todo, apesar de guardar algumas especificidades, o que motiva uma análise do tipo de política adotada pelo Estado Etíope também nesse período (a primeira metade dos anos 2000), e que pode ter interferido no processo de aquisição de terras.

Os números que apresentam a intensificação considerável da aquisição internacional de terras já são conhecidos. Frente a essa evolução, muitas interpretações sobre o fenômeno foram elaboradas ao longo da última década, concomitantemente à sua expansão.

Talvez a mais conhecida seja a que relaciona a busca por novas terras aráveis com o aumento do consumo de alimentos na China e em outros países em desenvolvimento, além da presença cada vez maior na dieta do habitante médio desses países de alimentos mais calóricos e intensivos em terra e água, como a carne bovina. Em veículos de mídia do Ocidente, é possível encontrar essa explicação articulada de diferentes maneiras: uma matéria do *Climate News Network* de 2016 alerta que “Apreensão sobre suprimento de alimentos leva à *Land Grab* por parte da China” (BROWN, 2016). A rede americana CBS News noticiou em 2010 que “foi amplamente divulgado que a China recentemente comprou metade das terras agrícolas sob cultivo no Congo”, como resposta à sua “necessidade por gêneros alimentícios” (O’BRIEN, 2010). Em 2011, o coordenador alemão de política externa para a África, Guenter Nooke, acusou a “agricultura industrial” praticada pela China no continente de ter causado a grande fome daquele ano no Chifre da África (DOWNIE, 2011).

Para além do ângulo econômico dessa explicação - relacionando um aumento de

⁵Dados obtidos na base de dados Land Matrix.

demanda a uma tentativa de aumento de oferta - a interpretação, na forma como se expressa na mídia e no imaginário popular sobre a aquisição internacional de terras, sobretudo na África, faz também um julgamento político sobre as práticas da China, ressaltando os objetivos de segurança alimentar e a pesada participação do Estado chinês e de firmas conectadas ao mesmo.

Nessa interpretação, o aumento do consumo de alimentos e as mudanças na dieta da população desse país ocasionam a resposta do Estado chinês, que procura fora de seu território as terras aráveis de que não dispõe internamente. O Estado chinês usa, então, seu poder e influência junto a governos estrangeiros, sobretudo da África, e por uma combinação de corrupção direta e percepção dos governos locais de uma oportunidade de desenvolvimento agrícola - negada a estes Estados pelas potências tradicionais do sistema internacional - aceitam o equivalente a uma cessão de soberania sobre seu território. Esse elemento é bastante próximo a outra narrativa comum sobre a atuação da China no sistema internacional: a de que o investimento direto chinês em infraestrutura na África estaria fortalecendo ditaduras ao fomentar seu crescimento econômico, por oposição à atuação euro-americana no continente, que se concentraria na promoção de práticas de boa governança e democracia (KISHI & RALEIGH, 2015).

Essa interpretação do fenômeno, que podemos chamar de ‘tradicional’, tem assim as seguintes características que podemos explorar:

- 1) Ênfase na atuação do Estado chinês como variável independente, principal ator que orquestra a compra de terras na África;
- 2) Atuação de empresas sobretudo como figuras de proa para o Estado chinês, ou como exemplo da especificidade do capitalismo chinês, em que empresas respondem diretamente aos objetivos estratégicos do Estado.
- 3) Securitização do tema de segurança alimentar, com a incapacidade de atingí-la estando diretamente relacionada com a eclosão de distúrbios sociais.
- 4) Avaliação negativa do impacto do processo sobre a democracia e os direitos humanos no continente africano, que se aproximaria do modelo chinês em detrimento do Ocidente democrático; inclusive com a caracterização de neo-colonialismo:

Few in Africa are certain that there is fair quid pro quo at play here. Is this the dawn of a new colonialism, they wonder, a new scramble for Africa in which the continent is once again left in tatters? (POPLAK, R. 2016)

Qual a verdade dessa caracterização? Os dados mais recentes sobre a compra de terras na África, compilados pela iniciativa Land Matrix, indicam que essa interpretação, se um dia foi fiel aos fatos, hoje se distancia consideravelmente da prática da compra de terras. De fato, se a interpretação tradicional sublinha o papel da China e de outras potências não-ocidentais com poucas terras aráveis virgens, como a Coreia do Sul (de fato, um ator no célebre caso de Madagascar) e a Arábia Saudita, uma análise mais cuidadosa, se não elimina a participação desses países, em todo caso relativiza sua importância. Os dez países que mais comprem ou arrendam terras estrangeiras, em número de acordos, incluem sim a China, com 138 acordos, mas logo à sua frente está a mais tradicional potência do sistema, os EUA, em primeiro lugar, com 161 acordos. Os acordos da Arábia Saudita e Coreia do Sul (27 e 28, respectivamente), somados, não chegam ao número de acordos firmados pela pequena Holanda (62). A Índia impressiona com 60 acordos, mas está bem atrás de sua antiga metrópole, o Reino Unido (133 acordos).

Quando a métrica adotada é o tamanho da área contemplada por esses acordos, a diferença torna-se ainda maior. Se o número de acordos assinados pelos EUA e pela China é semelhante, em área a liderança dos EUA é considerável: 8,2 milhões de km², contra 2,8 milhões de km² dos acordos assinados pela China. As potências tradicionais mencionadas anteriormente, Reino Unido e Holanda, também estão na lista (6a e 8a posição, respectivamente). Dessa forma, o fenômeno da compra internacional de terras reflete mais a divisão tradicional de poder no sistema internacional do que se poderia crer.

País	Aquisição de terras (em milhões de km ²)	Número de acordos
EUA	8,23	161
Malásia	4,16	114
Cingapura	3,38	69
China, República Popular	2,89	138
Emirados Árabes Unidos	2,33	30
Reino Unido	2,21	133
Índia	2,1	60
Países Baixos	1,88	62
Arábia Saudita	1,61	27
Liechtenstein	1,45	6

Fig. 1: Lista dos 10 países que mais adquirem terras no exterior

Outra métrica que também pode ser adotada é se o país é um palco da compra de terras ou um agente. Boa parte dos países catalogados na Land Matrix é simultaneamente um e outro, tendo tanto fechado acordos para compra de terras em outro território como arrendado seu território para compra de terras. Porém, existe um seleto grupo de países que arrenda terras estrangeiras sem haver arrendado suas terras para outros países. Esse grupo inclui a Arábia Saudita e a Coreia do Sul, por exemplo, mas inclui também toda a Europa Ocidental, EUA e Canadá; não inclui a China. Essa métrica é interessante pois permite conceitualizar a compra internacional de terras em termos de uma conta de capitais, um ‘saldo líquido’ de terras, em que alguns países possuem um saldo internacional positivo de terras sem nenhum passivo (isso é, terras arrendadas); outros arrendam terras sem possuírem nenhum ativo; finalmente, um grupo de países intermediários, que têm terras arrendadas em seu território enquanto arrendam em outros, podendo ser subdivididos em países que possuem um saldo internacional positivo ou negativo de terras. Embora possa ser feito o argumento, tipicamente liberal, de que um país ser objeto de arrendamento de terras por estrangeiros não implica em uma posição econômica mais frágil, ou mesmo em um saldo negativo de terras conforme elaboramos acima, existem duas fortes correlações que podemos observar: primeiro, que dos dez países que mais adquirem terras no estrangeiro, seis não

arrendam nenhuma terra em seu próprio território; e segundo, que a lista de países que arrendam terras coincide fortemente com os países tipicamente descritos como ‘em desenvolvimento’, enquanto a lista de países que não arrendam terras contém todo o dito ‘mundo desenvolvido’. Em condições de igualdade, poder-se-ia esperar que todos os países seriam tanto vendedores de terras como compradores de terras de modo a responder a insuficiências de suas agriculturas nacionais, em uma versão da clássica interdependência Ricardiana; isso não acontece, uma vez que alguns países não somente não vendem suas terras como são, internacionalmente, os maiores compradores de terras. Dessa forma, podemos constatar que o estado de um país enquanto comprador ou vendedor de terras depende, dentre outros fatores, de sua posição no sistema econômico global.

2.1.1.

Atores internacionais: A participação do capital privado internacional

Se o cenário até agora aparece mais complexo em termos da origem dos agentes que comprem terras do que inicialmente suposto - com um destaque maior para os países do Ocidente desenvolvido do que permitiriam crer os relatos da mídia - o que dizer dos agentes em si? A explicação exposta acima ressalta o papel dos Estados e firmas estatais, ou privadas quando em conluio com Estados, como consequência da importância estratégica que assumem os alimentos em um contexto de escassez relativa de terras aráveis. A agricultura seria assunto demasiado importante para ser deixado para o mercado, motivo pelo qual os Estados manteriam rédea curta no processo de aquisição de terras. Os dados disponíveis na Land Matrix, contudo, mostram o contrário. Globalmente, de todas as terras arrendadas, 77% foram para firmas privadas ou para empresas de capital acionário. Outros 9% o foram por fundos de investimento; apenas 4% foram arrendadas por Estados. Na África, o cenário é semelhante: de 10,5 milhões de hectares adquiridos, apenas 422 mil (cerca de 4%) o foram por Estados, enquanto firmas privadas e firmas listadas em Bolsa de valores ficaram com 4,5 milhões e 1,6 milhões de hectares, respectivamente (NOLTE, K et al, 2016). Assim, a aquisição de terras, seja qual seu valor estratégico para os Estados, é um fenômeno eminentemente privado em termos daqueles que adquirem as terras. Isso estabelece um contraponto à tese segundo a qual haveria uma securitização do tema da segurança alimentar, uma vez que o agente que estaria por trás dessa securitização - o Estado - não participa diretamente do fenômeno em

um nível considerável. Deve-se dizer, no entanto, que os Estados podem atuar na compra de terras de outras maneiras: destacam-se o financiamento por meio de bancos públicos, a participação acionária em empresas⁶, ou ainda decisões de cunho estratégico, como aquela tomada pelo governo saudita de interromper a produção doméstica de trigo de modo a preservar água, o que forneceu um forte incentivo para que o setor privado passasse a investir na aquisição de terras (WOERTZ, E, 2011). Embora não se possa dizer, assim, que a falta de envolvimento direto dos Estados representa uma ausência de interesse pelas terras, deve-se salientar a ‘privatização’ do processo de compra de terras: se existem preocupações de ordem estratégica, elas andam em todo caso de mãos dadas com a necessidade de garantir a remuneração do capital privado.

O fenômeno da compra de terras pode ser caracterizado como refletindo a estrutura de poder da economia global, com um papel de destaque na compra sendo assumido pelas potências tradicionais do sistema, papel esse que é exercido pelos Estados de forma indireta e pelo setor privado de forma direta. Esse entendimento do fenômeno é a base sobre a qual podem ser discutidas suas causas.

2.1.2.

O que motiva a compra de terras?

O protagonismo dado pela mídia à China e outras nações emergentes no fenômeno da aquisição de terras contrasta com o papel que os EUA e os países da Europa Ocidental desempenham. Deve-se destacar, assim, que alguns dos países que mais adquirem terras internacionalmente – processo que, aliás, é conduzido sobretudo por firmas privadas – países como EUA e China, foram e são exportadores líquidos de alimentos (KNOEMA, 2018). O mesmo vale para a Holanda e para a Índia, 2o e 13o maiores exportadores de alimentos do mundo e detentores de um saldo positivo no comércio de alimentos. Dessa forma, o fenômeno não pode ser explicado unicamente pela preocupação com a segurança alimentar, ou mesmo por uma preocupação com os efeitos do aumento das importações sobre a balança comercial. Embora isso não signifique que essa explicação possa ser inteiramente descartada - saldos em dólares, afinal, não dão uma imagem completa do tipo de alimento que é importado e exportado, e assim ocultam as carências que podem

⁶Constate-se, contudo, que as empresas privadas com capital acionário significati detido por Estados são contabilizadas na Land Matrix em uma categoria distinta.

motivar o investimento externo⁷ - é nítido que tanto a presença de outros atores como firmas privadas, como também a situação relativamente confortável em termos de segurança alimentar de muitos dos principais países envolvidos na aquisição internacional de terras, motivam um outro olhar sobre o tema, que dê devida consideração ao papel determinante que exercem as dinâmicas de remuneração do capital no fenômeno.

Um acordo, por definição, precisa reunir duas ou mais partes. Nessa seção, uma das partes interessadas na aquisição internacional de terras, a que busca adquiri-las, foi definida: tratam-se de entidades privadas das economias centrais do sistema internacional; em grande medida, entidades conectadas ao mercado financeiro e que tem como interesse principal a remuneração de seu capital. No debruçamos, a seguir, sobre a outra parte dos acordos, a qual arrenda terras. Em nosso estudo de caso, trata-se, principalmente, do Estado Etíope.

2.1.3.

Atores domésticos: O Estado Etíope e a aquisição internacional de terras

Estando assim caracterizados os aspectos do fenômeno ligados ao sistema internacional e às economias centrais, é possível passar à discussão de como a aquisição internacional de terras se dá em nosso estudo de caso - a Etiópia.

A Etiópia é, sob muitos aspectos, exemplar da tendência internacional de aquisição de terras em países em desenvolvimento. Estima-se que, de 51,3 milhões de hectares de terras aráveis no país, apenas 11,7 milhões estariam sob cultivo. Estimativas variam, porém é apontado que o Estado Etíope teria transferido pelo menos 3 milhões de hectares para investidores estrangeiros. Os preços praticados são, novamente, baixos: menos de US\$ 3 p. ha p. ano por um projeto na província de Gambela. Todos esses fatores fazem da Etiópia o segundo país que mais recebe projetos internacionais de aquisição de terras na África (103, atrás dos 108 de Moçambique) e o 4º em todo o mundo.

Com o crescente interesse do capital internacional por terras em países como a Etiópia, poderia imaginar-se diferentes respostas que o Estado, enquanto detentor da soberania sobre essa terra, poderia adotar: poderia incentivar esse tipo de

⁷Um exemplo seria o Brasil, exportador líquido de alimentos, porém importador de trigo, importante para a dieta nacional.

aquisição, por meio da criação de novas regulamentações (ou, ainda, desregulamentá-las para torná-las mais fáceis). Poderia também, pelo contrário, adotar novas regulamentações que dificultassem ou mesmo proibissem a aquisição de terras por estrangeiros.

A política fundiária da Etiópia está baseada na Constituição de 1995, que dita que toda terra pertence ao Estado (FEDERAL NEGARIT GAZETA, 1995). Dessa forma, a posse de toda terra sem um título de propriedade específico reverte para o Estado, não sendo reconhecido na Etiópia o princípio do uso consuetudinário. Essa política é, em larga medida, uma continuação da política fundiária do regime socialista do Derg, que nacionalizou toda a terra do país em 1975, realizando em seguida uma extensa reforma agrária que aboliu o tradicional sistema de senhorio, dominado pela elite Amhara conectada ao antigo Império (MARCUS, 1994). Os camponeses que já cultivavam terras sob o sistema de senhorio, contudo, tiveram o dito ‘direito de usufruto’ da terra em larga medida respeitado.

Essa norma constitucional torna o Estado o ator primordial da aquisição de terras na Etiópia, sem o qual é impossível compreender o fenômeno. É do Estado a prerrogativa de alienar terras, sendo a sua colaboração portanto um aspecto indispensável da transferência de posse, de si próprio para outras entidades, inclusive as internacionais.

Existem, no entanto, outras instâncias capazes de influir sobre a política fundiária e, em particular, sobre a aquisição internacional de terras. A nacionalização da propriedade sobre a terra na Etiópia é limitada pela natureza federal do Estado, que estipula que a terra é um dos principais recursos para os diferentes grupos étnicos. Dessa forma, os governos regionais, definidos a grosso modo por linhas étnicas, são pela constituição responsáveis pela administração da terra, possuindo também a capacidade de alienar terras (LAVERS, 2012).

Deve-se salientar, todavia, que o modelo específico de nacionalização da terra pelo Estado na Etiópia – baseado na ideia de que toda a terra pertence à nação e de que o Estado é o corpo político dessa nação – permite um alto grau de discricionariedade, que se traduz na alienação dessas terras, independente de consulta pública. De fato, em 2009, o governo central criou o Diretório de Apoio ao Investimento Agrícola (DAIA), ligado a Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (LAVERS, 2012). Essa agência, circunavegando os governos regionais, passou a centralizar toda a recepção de investimento externo

em terras.

A criação do DAIA é um exemplo das muitas iniciativas do Estado Etíope para regulamentar a aquisição internacional de terras. Ao longo dos anos 2000, as instâncias do Estado na Etiópia – os governos regionais e o governo federal – adotaram diversas políticas para estimular o investimento externo em agricultura. Em 2008, por exemplo, a Agência de Investimento da RNNPS⁸ determinou a possibilidade de se assinarem contratos para arrendamento de terras de prazo longo, por 35 a 40 anos. O mesmo limite superior de 40 anos foi adotado em Tigray (LAVERS, 2012). Além da garantia dos direitos de propriedade, são fornecidos incentivos fiscais: investidores que adquirirem terras recebem isenção tributária por 5 anos sobre o lucro e sobre taxas de exportação se exportarem mais de 50% de sua produção ou se venderem 75% de sua produção para exportadores; essa isenção se distingue por ser mais elevada que a de três anos concedida a aqueles que adquirem terras para produzir para o mercado doméstico (FEDERAL NEGARIT GAZETA, 2003).

As garantias se estendem também para o financiamento: o Banco de Desenvolvimento da Etiópia fornece até 70% do capital inicial de um investimento em terra, e não requer que o investidor apresente capital próprio. As taxas de juros praticadas para projetos de aquisição de terras são também mais baixas. O requisito é de que o projeto seja voltado para exportação (LAVERS 2012).

Esses incentivos, e a atuação das agências regionais – apesar de convertida em maior centralização em anos recentes – se traduz em um panorama de expansão considerável das aquisições de terra na Etiópia. A base de dados Land Matrix possui informações sobre mais de 70 acordos, correspondentes à cerca de um milhão de hectares. A relação dos países que adquiriram terras na Etiópia aponta para o protagonismo de países da Ásia e Oriente Médio, como a Arábia Saudita (287 mil ha) e Índia (159 mil ha). Os países seguintes na lista incluem a Inglaterra (130 mil ha), os EUA (38 mil), Israel (36 mil), a Itália (35 mil ha), e a Malásia (31 mil ha). Deve-se destacar, porém, que existe grande controvérsia acerca desses números, uma vez que outras fontes, obtidas junto das agências do Estado Etíope, fornecem outros resultados. Lavers (2012) fala em 4,9 milhões de ha transferidos, número que nos parece excessivo, uma vez que o próprio Estado Etíope estabeleceu como

⁸Região das Nações, Nacionalidades e Povos do Sul.

meta a transferência de 3,5 milhões de ha. Rahmato (2011) compila uma lista parcial que atinge 1,3 milhão de ha, número semelhante àquele obtido por um estudo do Banco Mundial (2010), de 1,2 milhão. Essa imprecisão torna difícil fornecer uma resposta definitiva para a escala da aquisição internacional de terras na Etiópia e a origem das firmas compradoras, embora uma ordem de grandeza de um milhão de ha pareça ter algum embasamento⁹.

Para além da distribuição desigual em termos de países que arrendam, é também possível falar em uma distribuição desigual das regiões que recebem os projetos. De acordo com a Land Matrix, as regiões de Oromia, RNNPS e Gambela recebem quase dois terços de todos os projetos; segundo Lavers (2012), os acordos celebrados nessa região envolvem 75% de toda a terra transferida para entidades estrangeiras. A crescente centralização do processo de aquisição de terras pelo Estado federal Etíope é um elemento que nos ajudará, mais á frente, a entender essas diferenças na distribuição.

O Estado Etíope, dessa forma, fornece claros incentivos para a aquisição de terras etíopes por investidores estrangeiros e, mais especificamente, se essa produção for voltada para a exportação. Mais do que puramente ator, o Estado Etíope – enquanto detentor do direito de posse sobre toda a terra no país, e capaz de aliená-la; enquanto criador de políticas de incentivo para a aquisição de terras – é o principal condutor, autorizador e incentivador da aquisição internacional de terras na Etiópia.

A natureza da interferência do Estado Etíope sobre o processo de aquisição de terras caracteriza-se, dessa maneira, de um lado pela criação de um marco regulatório que procura criar condições estáveis para a aquisição de terras por estrangeiros, e de outro pelo uso de instrumentos fiscais que agem mais claramente como incentivo para os atores estrangeiros que procuram adquirir terras.

O aprofundamento da análise do papel do Estado Etíope na intensificação do processo de aquisição internacional de terras em seu próprio território demanda uma maior contextualização sobre a forma desse Estado e os grupos políticos que o compõem. De modo a identificar as relações de poder que constituem o Estado Etíope e definem seus interesses e as políticas para atingí-los, é necessário voltar-

⁹Constata-se, por exemplo, que a lista de Rahmato dá, incorretamente, o tamanho da exploração da empresa indiana Karuturi Global em Gambela, um dos mais célebres casos de aquisição de terras, como 300 mil ha, sendo essa a maior aquisição individual. O acordo foi, contudo, posteriormente reduzido para 11 mil hectares, o que aproximaria o número da lista de Rahmato do resultado encontrado na Land Matrix.

se agora para o processo histórico de formação dessas relações de poder, e da formação do próprio Estado Etíope, tendo as relações de produção ligadas à terra como eixo central de nossa análise.

2.2.

Perspectivas teóricas sobre aquisição internacional de terras

Será apresentada nessa seção o marco teórico utilizado para a análise do caso escolhido. Primeiramente, será discutida a relação entre as aquisições internacionais de terras, o desenvolvimento econômico e o papel do Estado; a partir disso, a própria aquisição de terras será discutida de forma teórica, em conexão com as teorias sobre a mercantilização e sua importância para a acumulação de capital. Serão, em seguida, apresentados os principais conceitos utilizados em nossa análise: A acumulação por espoliação, a Alta Modernidade e a Industrialização tardia, formulados respectivamente por David Harvey, James Scott e Alexander Gerschenkron.

2.2.1.

As aquisições de terra em perspectiva de economia política: o desenvolvimento e a intervenção do Estado

A opção pelo estudo da aquisição de terras como fenômeno ligado à economia política internacional, leva à necessidade de se considerar a interrelação dos aspectos políticos e econômicos do desenvolvimento. Essa perspectiva é importante, uma vez que um dos aspectos centrais da aquisição internacional de terras é sua reprodução da divisão clássica do mundo em países desenvolvidos e países em desenvolvimento, sendo os primeiros os principais arrendadores de terras, enquanto que os segundos são aqueles que, de modo geral, arrendam suas terras. Assim, estudar o fenômeno da aquisição de terras na Etiópia envolve estudar a Etiópia enquanto país em desenvolvimento.

O desenvolvimento não simplesmente ocorre: ele é consequência de uma série de medidas tomadas por diversos agentes, um dos quais, presume-se, é o Estado. Dessa forma, o desenvolvimento está entrelaçado com a política; de forma mais óbvia do que em outras circunstâncias, o desenvolvimento rompe com a aparente ‘neutralidade’ do mundo da economia e das leis de mercado.

A literatura sobre aquisição internacional de terras ressalta essa interconexão, apontando tanto o capital financeiro internacional como os governos locais como agentes da aquisição (EDELMAN et al, 2016). O papel dos Estados dentro do processo de aquisição de terras varia, podendo incluir desde a identificação das terras, sua catalogação em uma base de dados, a emissão de títulos para os novos proprietários, e até a limpeza e preparação do terreno. Os investidores estrangeiros, muitos dos quais são privados, precisam ainda passar pela burocracia do Estado para fins tributários; isso se dá tanto pela importação dos maquinários, pesticidas e outros produtos necessários para a agricultura, como pelo próprio arrendamento da terra, que em vários países pertence diretamente ao Estado, caso da Etiópia. É incorreta, dessa maneira, a caracterização da aquisição de terras unicamente como um fenômeno do ‘recuo do Estado’, típica da leitura sobre os processos de privatização e aceleração da circulação internacional de capitais, e que representaria a erosão da capacidade dos Estados de administrar sua economia de maneira autônoma. Conforme a análise do caso Etíope irá demonstrar, o Estado inclusive cria instituições específicas para lidar com esse fenômeno, caso do Banco de Terras na Etiópia, que cataloga as terras disponíveis para investimento internacional.

Tampouco é inteiramente correto tratar esse fenômeno como um que ocorre à revelia dos Estados. Pode-se considerar que, diante do impacto do capital internacional, os governos locais poderiam adotar uma variedade de posturas, da rejeição a esses fluxos em um extremo, à seu estímulo em outro, passando por sua administração enquanto “mal necessário” ou em todo caso inevitável. A linha entre essas posturas, contudo, é tênue, especialmente entre a que determina os estímulos e a que propõe a mera administração da aquisição internacional de terras enquanto fato. De fato, uma síntese dessas abordagens é proposta por instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial, que entendem que, enquanto fenômeno com consequências tanto positivas quanto negativas, a aquisição internacional de terras deve ser administrada por meio da criação de mecanismos regulatórios que maximizem os benefícios ao país, enquanto reduzem os possíveis prejuízos. A linha, porém, é mais uma vez tênue, já que a própria criação de mecanismos de regulação pode criar incentivos para a compra de terras: por exemplo, a centralização de informações sobre as terras disponíveis no Banco de Terras da Etiópia, mais do que uma função administrativa, representa uma redução no custo de informação para os investidores internacionais. A demanda internacional por

terras, embora preceda em muitos casos a atuação dos Estados, é condicionada por estes e pelos mecanismos institucionais que criam a ‘atratividade’ de um país relativamente a outros. Oferta e demanda, assim, possuem uma relação de co-constituição.

2.2.2.

A relação entre mercantilização e acumulação de capital

A oferta de terras por parte dos Estados, no entanto, levanta uma questão: diferentemente de produtos em uma economia de mercado, a terra não é produzida, sendo antes de tudo, na expressão de Bob Jessop, uma ‘dádiva da natureza’ (JESSOP, 2015). A oferta de terra, assim, não pode ser aumentada para acompanhar a demanda, pelo menos não da forma que produtos como mesas e cadeiras o são. A terra negociada nos mercados deve ser entendida, de acordo com Karl Polanyi, como ‘commodity, ou mercadoria, fictícia’ - algo que não possui as características de uma mercadoria mas que é tornada uma por uma série de manobras discursivas, de modo que seja incorporada à economia de mercado (POLANYI, 2000).

Para Polanyi, uma mercadoria capitalista é um produto que é fabricado e comercializado com a intenção de obter lucro, e que está submetido à competição em cada etapa de sua produção (POLANYI, 2000). A terra, por sua vez, é um objeto não-produzido; a própria ideia de ‘terra’ enquanto um lote é uma abstração, já que envolve o recorte arbitrário de um espaço que pode ser parte de um ecossistema maior.

A distinção entre terras cultivadas e não-cultivadas auxilia nesse processo de mercantilização, pois as primeiras já foram modificadas pelo trabalho humano e rendem produtos facilmente quantificáveis (quilos ou toneladas de grãos, por exemplo) e que possuem uso efetivo, talvez o uso mais efetivo de todos: o alimentar. A terra pode, assim, ser repensada enquanto capital (ou, na linguagem atual, um ativo), e os produtos agrícolas que nela crescem como o retorno desse capital.

‘Novas terras’ podem ser agregadas ao estoque existente como parte de uma fronteira agrícola: mudanças climáticas ou novas técnicas de cultivo podem ampliar o acesso a terras antes não-cultivadas. Dessa forma, o estoque de terras se dividiria em três: as terras cultivadas, já integradas ao sistema produtivo; as terras marginais ou na fronteira agrícola, cultiváveis porém ainda não integradas ao mercado; e as terras não-cultiváveis, por razões técnicas ou econômicas. Não se deve esquecer,

no entanto, que todas essas terras já existem e, na verdade, são parte da mesma biosfera; no entanto, a mercantilização das terras cultivadas faz com que as demais terras sejam pensadas nos mesmos termos.

A fronteira agrícola torna-se, então, a “fábrica de terras”, nessa metáfora da mercantilização; o progresso das técnicas cria as condições para a expansão da fronteira, capaz de responder à demanda por terras. Scott (1998) descreve aquilo que ele entende como o sonho modernista de transformar toda a terra em monoculturas. O papel da agronomia seria, assim, de incorporar cada vez mais terras não-cultiváveis à fronteira agrícola, como uma preparação para sua incorporação ao estoque de terras cultivadas e à economia capitalista.

Essa incorporação da terra à economia capitalista é o aspecto central do fenômeno do landgrab, algo que fica evidente quando são observadas as características de grande parte dos empreendimentos de compra de terras: monoculturas extensivas de um produto de alto rendimento e alta demanda - como arroz ou outros grãos consumidos ao redor do mundo, ou ainda cultivos “flex”, de variedades que servem tanto como alimento como para uso energético - e com alta concentração de capital (maquinário, pesticidas, fertilizantes). Cada elemento possui uma motivação econômica:

- 1) grandes lotes fornecem ganhos de escala;
- 2) a escolha dos cultivos procura maximizar a capacidade de comercialização para consumidores em um mercado global, não apenas local, além de maximizar a rentabilidade por hectare;
- 3) a concentração de capital reduz a necessidade de trabalho e, com isso, aumenta a mais-valia produzida.

O modelo do dito ‘agronegócio’ assim representa a plena integração da atividade agrícola a um modelo de produção capitalista, tendo como sua faceta discursiva a transformação conceitual da própria terra em capital.

Esse processo deve ser entendido por meio de um arcabouço conceitual que combine suas dimensões econômicas e políticas. A aquisição de terras será assim analisada pelo prisma da acumulação por espoliação e da ‘Alta modernidade’ como ideal para o Estado. Adicione-se, também, para a compreensão do papel específico do capital estrangeiro, a perspectiva de Alexander Gerschenkron sobre a industrialização tardia.

2.2.3.

A acumulação por espoliação

Na economia política marxiana, a dita ‘acumulação primitiva’ é um conceito que se refere à acumulação de capital por uma variedade de meios extra-econômicos, e que seria necessária para o posterior desenvolvimento da economia capitalista. Em ‘O Capital’, Marx aponta que os economistas clássicos da tradição de Adam Smith são incapazes de explicar como a presumida igualdade original entre os homens deu lugar a um mundo desigualitário, em que alguns detêm os meios de produção e outros precisam vender seu trabalho. A única resposta fornecida por estes economistas, diz Marx, refere-se à moral poupadora de uns e a moral esbanjadora de outros; aquele que poupou teria acumulado o capital necessário aos investimentos, aquele que esbanjou necessitaria trabalhar para viver. A essa explicação ahistórica, Marx contrapõe uma interpretação histórica: formas variadas de expropriação, como a comercialização de escravos e exploração de seu trabalho, o cercamento de terras comuns e a exploração de riquezas do mundo colonizado criaram as condições para que uma parcela da população tivesse o capital necessário para comprar o trabalho da outra parcela, que, por sua vez, teria sofrido a expropriação - e assim teria apenas a venda de seu próprio trabalho como meio de sustento (MARX, 1887).

A interpretação de Marx embasou todos os futuros entendimentos da acumulação primitiva, a despeito de críticas que vieram a seguir. Por exemplo, Marx localiza a acumulação primitiva no passado, como condição de possibilidade para o surgimento do capitalismo, e não mais que isso. Com o surgimento do capitalismo e a exploração da mais-valia, a acumulação primitiva deixa de existir. Isso estava relacionado com a forma etapista com que Marx compreendia a história: o capitalismo substituiu o mercantilismo e o feudalismo, como viria a ser substituído pelo comunismo.

Nos parece óbvio, contudo, que ainda na época de Marx existiam práticas típicas da acumulação primitiva; por exemplo, a escravidão dos negros nos EUA, que, pelo sistema de plantations, forneciam algodão para a indústria têxtil na Inglaterra. Como mostra esse exemplo, essas práticas não eram uma característica apenas de uma periferia isolada da economia capitalista, estando antes de tudo integradas à mesma. Dito isso, no período em que Marx escreveu, práticas como o colonialismo

e a escravidão pareciam estar a caminho de serem superadas, com a independência das colônias americanas e abolição da escravidão em boa parte do Ocidente; a corrida imperialista pelo controle da África e da Ásia ganharia impulso apenas com a Conferência de Berlim (1884-1885), já após a morte de Marx.

Foi dotada desse olhar retrospectivo que Rosa Luxemburgo realizou sua contribuição ao debate sobre a acumulação primitiva. Embora o embasamento de sua crítica - centrada na impossibilidade de realização da mais-valia em uma economia capitalista normal - tenha sofrido pesadas críticas, seu argumento central permanece sólido de um ponto de vista empírico: a exploração de uma periferia não-capitalista, e utilizando-se de meios forçosos e não-capitalistas, é uma condição de possibilidade para a reprodução do próprio capitalismo (. Pode-se argumentar que a relação de necessidade colocada por Luxemburgo não está exatamente confirmada, mas isso é apenas uma outra demonstração dos fatos por ela constatados: Não existe economia puramente capitalista, pois o capitalismo não é um circuito fechado; ele sempre interage, em suas fronteiras, com uma periferia não-capitalista, interação essa que é frequentemente de exploração. Dessa maneira, assim, um grau de “acumulação primitiva” está sempre presente na reprodução do capitalismo, não sendo apenas, como defendia Marx, uma prática anterior ao capitalismo e que resultou no mesmo.

Sob forte influência de Luxemburgo, David Harvey procurou reinterpretar a acumulação primitiva para um novo período histórico, o século XXI. Em sua obra *O Novo Imperialismo* (2003), Harvey descreve novas formas de acumulação primitiva, como a apropriação do material genético de plantas e animais por empresas do ramo da biotecnologia, entre outros. Harvey, porém, aponta que formas tradicionais de acumulação primitiva descritas por Marx, como os cercamentos, continuam existindo. Significativamente, Harvey também ‘atualiza’ o conceito ao propôr um novo nome: ‘acumulação por espoliação’, de modo a distingui-lo da dita reprodução expandida do capital, que se dá pela exploração da mais-valia em uma relação capitalista de produção, o que marca a diferença entre seu pensamento e o de Luxemburgo (HARVEY, 2003). O nome também representa uma quebra com o conceito de acumulação primitiva em Marx, ao abandonar a ideia de que ela é ‘primitiva’ - passa a ser contemporânea ao próprio processo de reprodução expandida do capital.

Mais do que uma condição aritmética da reprodução da mais-valia - um ponto do

pensamento de Luxemburgo que Harvey critica - a acumulação por espoliação aparece, para Harvey, como uma forma de evitar a dita Lei da tendência de queda da taxa do lucro, identificada por Marx, e que seria inerente à reprodução do capital. Dessa forma, para evitar essa tendência natural na reprodução expandida do capital, seria necessário aumentar a taxa de lucros através de uma série de expedientes circunstanciais: a apropriação de recursos naturais e trabalho e até de ativos financeiros. Harvey situa a acumulação em um contexto maior de ‘ajustes espaço-temporais’, remanejamentos do capital em escala planetária que visam manter sua rentabilidade.

2.2.4. Ajuste espaço-temporal

Na economia política marxista, os ciclos de exportação internacional do capital são comumente explicados em função de uma queda na taxa de retorno do capital doméstico. David Harvey dá a esse movimento o nome de “ajuste espaço-temporal”: trata-se de um ajuste caracterizado pela movimentação do capital, dos pontos onde a rentabilidade é mais baixa para os locais onde ela é mais alta. O conceito do ajuste reformula a lei da tendência da queda da taxa de lucro articulada por Marx, dando a ela uma interpretação menos matemática e focando nas deseconomias trazidas pelas unidades adicionais de capital: a partir de determinado ponto, o reinvestimento de capital simplesmente não produz retorno. A consequência são as crises de superacumulação, em que o capital ocioso convive com mão de obra ociosa.

Essa situação de crise, naturalmente, não pode perdurar muito tempo; é necessário ao capital sempre aumentar seu retorno. Isso se dá pelos já citados ajustes espaço-temporais. As duas qualificações ao termo ajuste revelam duas estratégias distintas, porém relacionadas. O ajuste espacial é talvez o mais intuitivo, já que o capital pode ser entendido como inerentemente concentrado no espaço - as máquinas concentradas em uma fábrica, ou os ativos em uma praça financeira. Sendo assim, se há sobreacumulação de capital, trata-se sempre de uma sobreacumulação relativa, já que as unidades de capital reinvestidas trazem retornos maiores ou menores dependendo de onde são aplicadas. A tendência do capital à concentração, desse modo, pode ser entendida como elemento que conduz à crise de sobreacumulação. O ajuste, assim, passa por um processo de desconcentração

relativa do capital no espaço, o que se dá em vários níveis: da região onde o capital é mais concentrado para a região onde ele é menos concentrado, do país onde ele é mais concentrado para o país onde é menos concentrado. As crises de sobreacumulação, dessa maneira, levam a uma redistribuição do capital no sistema internacional, alterando os níveis relativos de concentração e acumulação de capital entre os países.

O ajuste temporal é o outro lado da moeda: trata-se da absorção do capital excedente em projetos de longo prazo. o retorno do capital é, assim, adiado no tempo, diante da impossibilidade de realizar ganhos de curto prazo.

Harvey coloca a crise dos anos 1930 como paradigmática tanto das crises de sobreacumulação como da resposta típica do capital à mesma, que passou por uma série de ajustes espaço-temporais (HARVEY, 2003, p. 56). A principal característica dessa resposta foi a mediação pelo Estado: no New Deal americano, grandes obras públicas fizeram as vezes de ajuste espaço-temporal do capital, ao absorver o capital excedente (por meio de alíquotas de imposto bastante altas) e aplicá-lo na construção de infraestruturas com impacto de longo prazo (como barragens hidroelétricas) dispersas geograficamente (o melhor exemplo seria a Autoridade do Vale do Tennessee, na periferia agrícola dos EUA).

Existem no entanto outras formas de se responder à crise de sobreacumulação, e que são menos agressivas à distribuição do capital. Apesar de terem gerado externalidades positivas, as obras do New Deal não contribuíram diretamente para restaurar a acumulação ao patamar anterior, uma vez que elas permaneceram em propriedade do Estado; os capitalistas não coletaram diretamente o retorno dessas aplicações.

Uma forma mais típica de ajuste espaço-temporal, assim, seria uma em que o capital de baixa rentabilidade é trocado no mercado por capital mais rentável. A rentabilidade mais alta desse capital deriva, pelo menos em parte, de sua menor concentração relativa no espaço, estando caracterizado, assim, o ajuste espacial, sendo o ajuste temporal a espera pela “maturação” dos investimentos.

Isso não significa que o Estado não participe desses ajustes, através de ferramentas fiscais, como a taxa de juros. Na economia política clássica, a taxa de juros impacta de forma direta sobre a rentabilidade do capital, estabelecendo um “chão” para os ativos considerados menos voláteis, como os títulos de dívida soberana. Dessa forma, uma taxa de juros elevada estimula a compra de títulos, particularmente dos

títulos mais seguros; já uma taxa de juros mais baixa reduz a atratividade de se comprarem esses títulos, aumentando a circulação de moeda na economia. Aumentam em conjunto os investimentos, o consumo e os empréstimos, para financiar os dois primeiros.

Uma taxa de juros baixa conduz, dessa forma, a uma troca natural de um tipo de capital para outro, ao reduzir a rentabilidade do primeiro, o que aumenta relativamente a rentabilidade do outro. É dessa maneira que, na teoria Keynesiana, a taxa de juros é um dos instrumentos que podem ser utilizados pelo Estado para aumentar as expectativas sobre a economia, uma vez que a criação monetária aumenta com a redução da taxa, permitindo aumentar a demanda efetiva e estimulando os investimentos produtivos.

A taxa de juros, porém, também impacta sobre o ajuste espaço-temporal. A troca dos ativos menos rentáveis por ativos mais rentáveis tem um componente de estímulo à especulação e à alavancagem, uma vez que reduz o preço do dinheiro. Dessa forma, investimentos antes considerados incertos ou voláteis demais tornam-se mais atraentes. É o caso dos investimentos internacionais, uma vez que esse tipo de investimento traz mais incertezas, pela necessidade de se lidar com marcos legais e regulatórios de um outro país, e um ambiente internacional em que a proteção dos direitos dos estrangeiros nem sempre se equipara à dos nativos.

Esse estímulo ao investimento externo - a compra de ativos fora do território nacional - é ampliado quando se considera um elemento apresentado aqui anteriormente: as diferenças geográficas na concentração relativa de capital, um dos impulsionadores do ajuste espaço-temporal. A redução da taxa de juros e a criação monetária em um país com alta concentração de capital, dessa maneira, produz uma busca por ativos com maior rentabilidade relativa. Considerando, porém, que a concentração de capital - na divisão setorial da economia e na divisão geográfica do país - já será maior nesse país, pelo menos uma parte desse capital irá migrar para fora do país, buscando retornos ainda maiores.

A nível internacional, a redução da taxa de juros nos países com maior concentração de capital tenderia a conduzir a um aumento do investimento externo em países com menor concentração de capital. Decisões de política econômica doméstica, tomadas nos países mais desenvolvidos (que, aqui, entendemos como os países com maior concentração de capital), impactam assim no sistema internacional.

A aquisição internacional de terras é uma atividade que pode ser tipicamente

entendida como pertencendo ao universo dos ajustes espaço-temporais, tomando a forma de acumulação por espoliação. Parte da literatura sobre o tema já estabeleceu essa conexão (EDELMAN et al, 2016), mas vale a pena enfatizá-la aqui. Conforme foi visto acima, a aquisição internacional de terras representa uma forma de integrar à economia de mercado um recurso natural que dele não fazia parte: as terras marginais. Isso permite expandir a base de oferta um recurso natural desse recurso de modo a reduzir seu preço, o que possibilita ao capital um ajuste espaço-temporal que eleva sua rentabilidade. Os detentores do recurso e da oferta do mesmo também se beneficiam.

O elemento que esteve ausente em nossa explicação até o momento, contudo, foi a espoliação em si: de fato, a expansão da base de oferta de terras necessita de terras marginais, férteis, no limite acessíveis, mas principalmente vazias - de ocupantes e de atividade econômica, para que sua incorporação ao sistema produtivo capitalista possa se dar ao menor preço possível. Nem sempre, no entanto, será possível encontrar terras desse tipo; de fato, um elemento que complica a distinção tipicamente capitalista entre terras cultivadas, terras marginais e terras não-cultiváveis, é a presença de vários tipos diferentes de terras sob situações que não se encaixam em nenhuma das três categorias. É o caso, principalmente, das terras utilizadas em regime de cultivo itinerante ou como pastagem; enquanto pode-se dizer que as primeiras se tratam de terras férteis, elas podem ser descritas como terras cultivadas apenas em determinados períodos, e como terras marginais em outros. A pastagem é ainda mais complexa, já que pastores podem utilizar uma grande extensão de terra sem, no entanto, fazer uso constante da integralidade dessa terra. O uso da terra feito por agricultores nômades e por pastores contrasta com o regime de propriedade capitalista e com o sistema de agricultura sedentário. O regime de propriedade capitalista, assentado na posse de um título de propriedade garantido pelas instituições, é fortemente conectado à agricultura sedentária, tendo emergido na Europa, onde essa forma de agricultura é predominante. Essa, por sua vez, age como a manifestação física do título de propriedade, sendo assentada no uso perene da terra e na conexão intrínseca entre o proprietário e seu lote.

As relações de propriedade de agricultores nômades e de pastores são, enquanto isso, bastante diferentes; embora muitos povos pastoris tenham uma identificação com um território amplo, o senso de propriedade de terras específicas é, pela natureza de suas atividades, menos frequente; seu uso dessas terras se aproxima do

direito consuetudinário, ao invés de estar assentado sobre um título de propriedade. Esse uso não-perene da terra feito por pastores e agricultores nômades significa que uma grande quantidade de terras - tanto maior exatamente por essas atividades fazerem uso de apenas uma fração de suas terras de cada vez - pode ser simultaneamente fértil, não-cultivada e se encontrar sob propriedade de um grupo por uso consuetudinário. Do ponto de vista do capital, assim, a transformação dessas terras em elemento de reprodução do capital está no mínimo incompleta - o que pode nos ajudar a entender porque elas são frequentemente entendidas como “vazias” ou “improdutivas”. Como será evidenciado nos próximos capítulos, a necessidade de reprodução do capital faz com que a ideia capitalista de propriedade na agricultura, e com isso a agricultura sedentária, entrem em conflito com a agricultura nômade e pastoril. Se a aquisição internacional de terras representa a integração de terras ao sistema produtivo capitalista, ela passa também pela afirmação dos direitos capitalistas de propriedade em detrimento dos direitos consuetudinários de agricultores nômades e pastores, que têm seu acesso à terra negado pela própria incompatibilidade dos dois regimes de propriedade na totalidade do território. Dessa maneira, pode-se falar na espoliação dessas populações - privadas das terras que faziam uso, muitas vezes por gerações, em benefício de uma agricultura que necessita do uso exclusivo do território.

A acumulação por espoliação é descrita, por Hall (2013) como acumulação de capital por meios extra-econômicos, não passando pelas formas tipicamente capitalistas de extração de excedente, isso é, pelo mecanismo de mais-valia em uma economia de mercado. Dessa forma, a acumulação por espoliação é um fato com significado econômico, porém entrelaçado com práticas políticas, nas quais instituições políticas, dentre as quais o Estado, possuem funções de maior ou menor grau. Pode-se supor dessa maneira que, não sendo principalmente instituições econômicas, e não sendo beneficiárias diretas da acumulação de capital, essas instituições encontram no processo de acumulação por espoliação outros tipos de incentivos. É dessa forma que se deve analisar a relação da acumulação por espoliação com os ganhos políticos obtidos pelas instituições que dela participam.

2.2.5.

‘Alta modernidade’: a homogeneização como ferramenta de controle do Estado

Conforme foi visto, o Estado é um dos principais organizadores da aquisição internacional de terras. Embora possa se dizer que o Estado retira da acumulação por espoliação uma série de benefícios - a acumulação de capital se converte em uma expansão da economia monetária e da base tributável, que pode se converter em recurso de poder - seria um exagero dizer que esse é o único benefício que o Estado pode retirar da acumulação por espoliação e, especificamente, da aquisição internacional de terras. De fato, algumas das mesmas características que tornam o agronegócio atraente ao capital internacional são atraentes também aos Estados.

A perspectiva de James Scott e seu conceito de ‘Alta modernidade’ são úteis para entender a forma como um conjunto de ideais, partilhados pelo capital e pelo Estado, informa a produção do espaço e o controle sobre as populações. Para Scott, a Alta Modernidade representa um ideal de organização da sociedade em bases racionais e utilitaristas. O ideal alto-modernista, que Scott identifica como presente tanto no capitalismo como em economias socialistas, concebe da sociedade como um organismo imperfeito, porém maleável; ela se torna, portanto, aperfeiçoável através da manipulação por uma entidade dotada de racionalidade superior, que aplica preceitos científicos para obter um ordenamento mais eficiente da sociedade (SCOTT, 1998).

A identificação do ideário alto-moderno com um tipo de cientificismo materialista, derivada de seu rechaço da dimensão espiritual da realidade, faz com que essa concepção da sociedade se centre na transformação de insumos em outputs; seu foco na matéria leva à ênfase em dados quantitativos (SCOTT, 1998). A sociedade é vista, então, como um aparato fundamentalmente econômico, cuja organização é determinada pela capacidade de produção, medida em quantidades brutas. Um exemplo disso seria os Planos Quinquenais da ex-URSS, famosos por estabelecer metas quantitativas para todos os produtos da economia (SCOTT, 1998, p. 193).

O ideário Alto-moderno, enfatiza Scott, de fato parece ignorar linhas ideológicas, estando presente tanto na Autoridade do Vale do Tennessee como na Prússia de Bismarck como na Tanzânia socialista. Scott destaca que o ideário Alto-moderno nasce em contextos específicos, sendo um fenômeno sobretudo dos meios dedicados às ciências exatas, como a engenharia, em que a fé na capacidade

científica de manipulação da realidade é mais forte (SCOTT, 1998, p. 88). Ele precisa, no entanto, de um contexto político favorável para prosperar: Para que os sonhos de manipulação da realidade possam ser aplicados, é preciso uma entidade simultaneamente possuidora da capacidade material, da vontade política e da legitimidade para reorganizar a sociedade segundo bases novas. É nesse momento que entra o Estado.

Scott aborda o papel do Estado na Alta-Modernidade de diferentes maneiras. Esse é um fenômeno, antes de tudo, historicamente situado, dependente que é dos valores Iluministas de racionalidade, verdade científica e eficiência; algumas das figuras políticas centrais da Revolução Francesa, assim, eram também homens da ciência, e suas reformas, como o calendário revolucionário ou a imposição do sistema métrico, seguiam um programa de eliminar práticas consideradas atrasadas em favor de uma forma de organizar a sociedade que se pretendia mais eficiente (SCOTT, 1998, p. 32). A Alta Modernidade enquanto programa de transformação chega, contudo, ao seu ápice no Século XX, propulsão por uma conjunção de fatores: O próprio progresso científico ampliava enormemente a capacidade de atuação dos Estados, e assim suas possibilidades de manipulação; ao mesmo tempo, as turbulências políticas do século levaram à emergência de dezenas de novos governos (em alguns casos, governando Estados que eram, eles próprios, novos) que se apresentavam como radicalmente diferentes daquilo que viera antes deles. O progresso científico, também por esse ângulo, forneceu a esses Estados o discurso que necessitavam para sua legitimação frente à ordem antiga que estava sendo suplantada, seja no caso das revoluções socialistas, dos países derivados da descolonização, ou do desenvolvimentismo (SCOTT, 1998, p. 96 & 193).

Os Estados, naquele momento histórico, contavam não somente com a vontade política de transformar a sociedade e o espaço - informados pelo ideário alto-moderno que se espalhava entre os tomadores de decisão - como também com meios cada vez mais extensos para realizá-lo.

Conforme vimos, antes de ser puramente científica, a Alta Modernidade parte de uma concepção pré-definida do que a sociedade é e pode ser. Embora a sociedade seja descrita como 'o laboratório' nos experimentos da Alta Modernidade, o frequente fracasso de se obter o resultado esperado não foi suficiente para que o ideário fosse considerado refutado, de maneira científica. Tal comprometimento evidencia o caráter muitas vezes ideológico das políticas influenciadas pelo

pensamento alto-moderno (SCOTT, 1998, p. 4).

Quanto a esse ponto, podem ser apresentadas diferentes interpretações. Primeiramente, a conexão do pensamento Alto-Moderno com a ampliação do poder do Estado como fator na continuidade dessas políticas. Scott enfatiza que uma das consequências frequentes dos projetos alto-modernos, mesmo quando esses redundavam em fracasso econômico, era a ampliação da capacidade de controle do Estado sobre sua população. Na chave conceitual de Scott, influenciada pelo pensamento de Foucault, as políticas da Alta Modernidade procuravam tornar os recursos de poder do Estado - população, recursos naturais e território - “visíveis” ao mesmo (SCOTT, 1998, p. 2). O uso racional dos recursos, seu máximo aproveitamento da maneira mais eficiente, requer antes de tudo o conhecimento destes. Mesmo quando as políticas para aumentar a produtividade fracassam, assim, uma das áreas em que obtém sucesso é de aumentar a informação disponível ao Estado sobre seu território e sua população (SCOTT, 1998, p. 253).

A coleta de informação, assim como o planejamento, necessita de previsibilidade e frequência; dessa forma, a complexidade dos comportamentos sociais, construídos a partir de milhares de grupos e indivíduos, é um desafio à capacidade do Estado de extrair recursos para garantir seu funcionamento. O pensamento Alto-Moderno, assim, representa em sua versão mais plena a manifestação desse desejo de padronizar e regulamentar a vida social de forma a torná-la mais previsível, possibilitando a coleta de informações, o planejamento do Estado e a extração de recursos.

Alguns pontos específicos dessa tentativa de padronização merecem um aprofundamento, particularmente por sua relevância para nosso objeto de estudo. Scott se debruça sobre aquilo que ele entende como a oposição entre as populações sedentárias e as populações nômades e de agricultores itinerantes, algo que já foi mencionado acima. Para o autor, as primeiras são muito mais facilmente “visíveis”: por definição, seu deslocamento diário é muito menor e mais regular, diminuindo a margem para imprevisibilidade; seus locais de residência e de trabalho, uma vez conhecidos, se alterarão com menos frequência, o que fornece mais um elemento de previsibilidade. Dessa forma, é muito mais fácil para um Estado coletar informações, planejar intervenções sobre e extrair recursos de uma população sedentária (SCOTT, 1998, 338).

Em comparação, uma população nômade fornece muito mais desafios: seu

deslocamento constante (ou quase) torna difícil determinar sua localização exata em um dado momento, quanto mais estabelecer previsões sobre sua localização futura. Essa ‘névoa’ sobre o paradeiro da população dificulta atividades típicas do Estado, como a coleta de impostos, e reduz a efetividade de formas típicas de realizar essa extração, como o uso de coerção, através da ameaça de violência.

Essa diferença em modo de vida está conectada também à diferenças culturais - frequentemente o estilo de vida pastoril é algo compartilhado por um povo, com sua língua e costumes específicos. Dessa maneira, a previsibilidade e padronização pretendidas pelo Estado, que em muitos casos se estende também para o domínio da língua, vai de encontro a essas diferenças culturais.

O Estado, conforme vimos acima, necessita, para o planejamento e financiamento de suas atividades, de uma população sedentária. É natural, assim, que populações culturalmente sedentárias venham a obter maior representação no aparato do Estado. A lógica de homogeneização do Estado, assim, tende a posicionar o idioma e costumes da população sedentária como “oficiais”, utilizados nas instituições e representantes da identidade nacional. Nem todos os povos contidos nas fronteiras de um Estado, contudo, corresponderão a esse padrão cultural. Ao invés de serem entendidos como componentes da nação, esses povos alheios à cultura dominante são construídos como “outros” no interior do território nacional, a partir da lógica que posiciona o Estado como mecanismo de representação exclusivo de um povo, o que motiva a produção de binarismos identitários.

Existe, dessa forma, uma complementaridade nas diferentes tarefas do Estado: a de agir como instrumento de representação de uma cultura específica, e a ambição alto-moderna de aproveitar ao máximo possível os recursos do território e da população. Conectando ambas as tarefas está a política alto-moderna de ampliação do controle sobre a população. Essa política - na verdade, uma série de políticas - permite a padronização do comportamento social, não somente com fins produtivos, mas também para suprimir diferenças culturais que podem ser interpretadas como ameaças à cultura dominante. A própria homogeneização cultural possui no entanto, como vimos, um significado econômico, na medida em que diminui a complexidade de tarefas como a obtenção de informações e a coleta de impostos, e reduz os custos administrativos. Os processos de homogeneização cultural e de extração de recursos passam, dessa maneira, por uma co-constituição em relação a sua finalidade.

É nesse sentido que deve ser evidenciada a relação entre o Estado, de um lado, e as diferenças entre povos sedentários e nômades, de outro. O Estado, como instituição representativa por excelência de povos sedentários, adere ao ideal alto-moderno por ser ele já mais adaptado ao estilo de vida de povos sedentários, e pelas possibilidades que abre para a ampliação de sua capacidade de extração de renda. Essa ampliação passa pela supressão das culturas pastoris e de seu estilo de vida, o que complementa a missão do Estado de homogeneizar culturalmente sua população - nesse caso, por meio de sua sedentarização. Essa homogeneização, por sua vez, serve o propósito duplo de reforçar a posição das culturas sedentárias dominantes - uma vez que mesmo a assimilação de outros povos pode não se dar em bases igualitárias - e de acelerar o processo de extração de recursos, pela maior previsibilidade que gera.

A aquisição internacional de terras pode, então, ser entendida como peça desse processo - a conversão das terras tipicamente utilizadas pelos pastores em fatores de produção em uma economia capitalista, o que serve o propósito duplo de negar aos nômades o uso da terra, enfraquecendo sua posição relativa e facilitando sua absorção pela cultura dominante, e de ampliar a extração de recursos ao converter um uso não-perene em um uso perene e altamente previsível, representado pelo agronegócio. A sedentarização dos povos nômades não passa, contudo, somente pelo confisco de suas terras, estando relacionada também a outras práticas que serão estudadas nos capítulos seguintes.

A relação desse fenômeno com a acumulação por espoliação pode ser descrita de maneira simples - o ideal alto-moderno é, tão somente, uma forma de organizar a acumulação de capital, através de uma repartição dos benefícios desta entre os detentores do capital e o Estado. A reprodução expandida do capital, nos termos de Harvey, existe lado a lado com a apropriação forçosa de recursos naturais e populacionais localizados fora da economia de mercado - o que se dá em nome de um aproveitamento racional desses recursos.

2.2.6.

Especificidades da industrialização tardia no caso Etíope: O papel do capital externo na dinâmica de acumulação

Um ponto que merece consideração é o papel do capital externo com relação ao Estado. Harvey concebe da acumulação por espoliação sobretudo como um

fenômeno da rede de capital transnacional, que, na era da globalização, possuiria cada vez menos identificação com um território específico; os capitalistas atuais seriam acionistas espalhados pelo mundo, representantes de uma classe transnacional. Vimos, entretanto, que o processo de aquisição de terras é fortemente mediado, organizado e promovido pelo Estado, no contexto de seus próprios objetivos. A especificidade das economias em desenvolvimento - como é o caso da Etiópia e de boa parte dos países onde ocorre a aquisição de terras - aponta, contudo, para a necessidade do estudo da relação entre o desenvolvimento e a economia política da repartição dos benefícios ligados à aquisição de terras. O pensamento de Alexander Gerschenkron, que procurou entender como ocorre o crescimento das ditas 'economias atrasadas', apresenta-se como perspectiva instrutiva para os fins dessa análise.

Em sua obra de 1962, *O atraso econômico em perspectiva histórica*, Alexander Gerschenkron procurou entender as diferenças das formas de industrialização entre os Estados que experimentaram a Revolução Industrial primeiro - essencialmente a Inglaterra - e os países que tiveram uma 'industrialização tardia'.

Algumas das características observadas por Gerschenkron:

- Enquanto a industrialização original se dá em pequenas empresas que aumentam gradualmente sua escala, a industrialização tardia inicia-se já numa escala muito maior;
- A industrialização original concentra-se sobre os ditos produtos leves, expandindo-se depois para a indústria pesada, enquanto que a industrialização tardia começa diretamente pela última.
- A industrialização original tem pouca atuação direta do Estado, enquanto que na industrialização tardia seu papel é muito maior.
- Os bancos têm na industrialização original também um papel pequeno, mas são fundamentais para o financiamento da industrialização tardia.
- Finalmente, o capital estrangeiro participa muito menos na industrialização original do que na industrialização tardia (GERSCHENKRON, 1962).

Cada um desses pontos - que Gerschenkron, em seus estudos de caso, coloca em um espectro, afirmando que, quanto mais tardia a industrialização, mais salientes as características apontadas (GERSCHENKRON, 1962, p. 21) - pode ser relacionado com as especificidades do posicionamento das economias em desenvolvimento na economia global. A relativa ausência de competição para a

industrialização inglesa fez com que ela pudesse se desenvolver inicialmente em escala reduzida, com o protagonismo de pequenas empresas e manufaturas. No caso da industrialização tardia, a competição internacional fez com que fosse necessário, para a sobrevivência do processo de industrialização, a passagem direta a uma escala muito superior, que já havia sido atingida no centro da economia capitalista. Tal passagem era uma forma de aproveitar os ganhos de escala das fábricas maiores; embora Gerschenkron posicione essa passagem como uma das “vantagens do atraso”, ela também pode ser entendida como necessidade imposta pelo ‘Estado das artes’ da economia mundial.

O mesmo vale para o financiamento do processo de industrialização. Enquanto a Inglaterra, a “nação de lojistas”, pôde financiar seu esforço de industrialização com essa poupança interna relativamente pulverizada - e obtida, deve-se destacar, com os esforços anteriores de acumulação primitiva com o comércio internacional, a escravidão e a pirataria - os países em industrialização tardia precisam, devido à escala maior de seu esforço inicial de industrialização, de mecanismos de financiamento também de maior escala. Isso explica o papel maior dos bancos e, nas industrializações ainda mais tardias segundo Gerschenkron, a intervenção direta do Estado e do capital estrangeiro.

O Estado aparece como facilitador por possuir ele o monopólio do uso da violência legítima e, com isso, da extração legítima de recursos, o que permite a ele reunir o capital necessário para os estágios iniciais do processo de acumulação.

Já o capital estrangeiro aparece como representante do capital excedente no processo de reprodução expandida do centro da economia capitalista - um capital que não encontra mais opções de aplicação rentável. O capital, nesse ajuste espaço-temporal (segundo a terminologia de Harvey), supre a deficiência do processo de industrialização da economia em desenvolvimento. Não pode ele sozinho, contudo, engajar diretamente no processo de espoliação, pelo menos não em uma escala significativa. O capital em terras, dessa forma, é realizado pelo Estado, enquanto que o capital em maquinário e outros insumos produtivos é aportado pelo capital internacional, ficando possível caracterizar para o público externo a aquisição internacional de terras como um fenômeno de “investimento internacional”, distinto do processo de espoliação em si. A aquisição internacional de terras representa assim, de alguma forma, um processo completo de acumulação, da apropriação da acumulação por espoliação à reprodução expandida, com o primeiro movimento

criando as condições para a segunda e sendo portanto inseparável da mesma. Pode-se argumentar que o processo de aquisição internacional de terras integra, na verdade, uma cadeia de acumulação: a exportação do capital excedente do centro do capitalismo global para a periferia serve tanto à rentabilidade desse capital como à proporcionar uma redução do custo de reprodução da força de trabalho no mesmo centro, papel central do crescimento da produção agrícola no capitalismo ¹⁰. Para a economia local, a aquisição internacional dinamiza o processo interno de acumulação de capital, primeiramente no setor agrícola e, a partir do incremento na produção agrícola, também no setor industrial, pela redução que proporciona no custo de reprodução do trabalho. A acumulação por espoliação, assim, permite acelerar a reprodução expandida do capital no setor industrial da economia nacional. Tal processo pode ser descrito como possibilitando a passagem da economia periférica para um estado de semi-periferia da economia capitalista global, em um esquema de sistema-mundo¹¹.

De fato, na medida em que um dos fatores que influencia a aquisição internacional de terras é a abundância de terras, que provoca seu baixo preço¹², enquanto que o capital em máquinas e insumos proporcionado pelos capitalistas estrangeiros é caracterizado por sua escassez nas economias periféricas, podemos nos perguntar em que medida a aquisição internacional de terras não aprofunda a dependência da economia periférica com relação às economias capitalistas centrais; esta discussão está, no entanto, ainda fora do escopo deste trabalho.

2.3. O ajuste espaço-temporal dos anos 2000: a "tsunami monetária" e sua influência na aquisição internacional de terras

A caracterização da aquisição internacional de terras é coerente com as teorias ditas 'difusionistas' do capitalismo, segundo as quais conforme a concentração de capital aumentar no centro da economia global, reduzindo seu retorno, ocorrerá uma tendência à migração desse capital para as zonas periféricas do sistema, gerando uma igualização progressiva dos estoques de capital.

¹⁰Ver Moore (2015).

¹¹Faço referência, é claro, aos conceitos elaborados por Wallerstein (1974). Os termos 'centro', 'periferia' e 'semi-periferia' serão utilizados nessa dissertação com o sentido que possuem na obra de Wallerstein, de modo a salientar as relações entre essas economias, substituindo os mais vagos 'desenvolvido' e 'subdesenvolvido', exceto quando essa categorização for pertinente.

¹²Conforme vimos, contudo, essa abundância precisa, antes de tudo, ser criada pela expropriação.

De forma a caracterizar o impulso pela aquisição internacional de terras como ajuste espaço-temporal, assim, é necessário identificar primeiramente os elementos que levaram a esse ajuste no período em que se deu a intensificação do fenômeno a nível internacional (2005-2014); a saber, a redução da rentabilidade do capital no centro da economia global.

Parte da explicação parece estar relacionada, como teorizamos acima, com movimentações de política monetária nos países centrais do sistema antes e durante o período histórico examinado. O movimento de aumento de liquidez realizado pelo FED Norte-americano em 2002 seria um exemplo disso. Como resposta à desaceleração econômica do período (provocada pelo estouro da bolha das “ponto-com” e o atentado contra as Torres Gêmeas), o FED reduziu as taxas de juros de 6% em janeiro de 2001 para 1% em julho de 2003 (AMADEO, 2018). Esse movimento foi seguido pelo Banco Central Europeu, que reduziu sua taxa de juros de 3,5% para 1% no mesmo período (ECB, 2018). Com a recuperação econômica nos anos seguintes, esse ciclo de queda dos juros se atenuou; no entanto, o início da crise de 2008 levou as taxas de juros a novamente atingir patamares historicamente baixos. Ao longo de 2008, o FED, que havia aumentado a taxa de juros para 3,5%, diminuiu-a para 0,25% no final do ano (AMADEO, 2018). O BCE reagiu no mesmo sentido, reduzindo os juros de 3,25% em outubro de 2008 para 0,25% em maio de 2009 (ECB, 2018). O FED manteve esse patamar até dezembro de 2015, quando deu início a uma elevação gradual da taxa de juros, em resposta ao retorno do crescimento econômico; quanto ao BCE, este chegou a reduzir a taxa de juros a um nível negativo a partir de 2014, em meio ao baixo crescimento e instabilidade econômica e política na Europa (AMADEO, 2018; BCE, 2018).

O denominado ‘quantitative easing’ foi outra ferramenta utilizada pelo FED para aumentar a liquidez do mercado. A primeira etapa do programa viu o FED comprar US\$ 2,1 trilhões em títulos do Tesouro dos EUA, além de títulos ligados ao mercado de hipotecas, que detonou a crise de 2008 (HARDING et al, 2010). Com isso, o FED aumentou a circulação de moeda na economia americana. Programas semelhantes foram adotados pelo BCE, e, na Inglaterra, pelo Banco da Inglaterra, com a injeção de quase £435 bi (BRUCE, 2018). Contudo, o baixo crescimento econômico dos países centrais e a baixa remuneração dos títulos soberanos reduzia a rentabilidade potencial desse capital em suas economias domésticas. Esse excesso de liquidez nas economias centrais se traduziu em um aumento dos investimentos

nas economias periféricas do sistema capitalista. Khatiwada (2017) calculou o impacto disso por meio dos fluxos de capitais para as ditas ‘economias de mercado emergentes’, como Brasil e Turquia: o fluxo de capital para essas economias passou de US\$ 27,4 bi em 2005 para US\$ 90 bi em 2008, atingindo US\$ 372 bi em 2014. Essa massa de capital, que já vinha crescendo antes da crise financeira, encontrou um contexto de crescimento considerável dos preços dos alimentos: o preço das commodities alimentícias havia aumentado, em agregado, quase 150% entre 2003 e 2008, e em 2011 sua cotação era 2,8 vezes maior que oito anos antes. No mesmo período, o valor das commodities agrícolas (incluindo as não-alimentícias) triplicou (UNCTAD, 2015). Esse ascensão era, por sua vez, ela própria resultado de especulação: em 2000, o Congresso dos EUA aprovou a Commodities Futures Modernization Act, que desregulamentou o comércio de mercados futuros de commodities. Se, antes da lei, a compra no futuro por um preço negociado hoje era um expediente sobretudo utilizado por agricultores, após a lei este começa a ter uma maior participação do mercado financeiro. Em consequência disso, o comércio de commodities por bancos e fundos de investimento praticamente dobrou no período pós-crise, passando de US\$ 65 bi em 2007 para US\$ 126 bi em 2012 (LIVINGSTONE, 2012). De fato, no mercado de trigo, essas compras por atores especulativos - que não têm a real intenção de usar o produto para consumo - chegaram em 2012 a 61% de toda a quantidade negociada.

Uma vez que as commodities estavam fornecendo um retorno considerável sobre o investimento, a atratividade econômica de controlar a oferta de produtos agrícolas cresceu à mesma medida.

Razões econômicas para o processo não faltam: a terra, em boa parte do mundo em desenvolvimento, é abundante e barata, estando ambas as qualidades fortemente relacionadas. De fato, estima-se que, do atual estoque de terras aráveis não-cultivadas, cerca de 600 milhões de ha estão localizadas no continente africano, figura que corresponde a 60% do total mundial (OBASANJO, 2012). Essa abundância se traduz em preços de negociação bastante baixos: por exemplo, um arrendamento de 300 mil hectares na Etiópia saiu por US\$ 245 por semana, o que se traduz em 0,04 US\$ por ha. por ano (IGEBRETSEN, 2017).

Essas terras são apresentadas pelos governos locais como sendo desocupadas (IGEBRETSEN, 2017), motivando a ideia de uma fronteira agrícola: ao invés do crescimento gradual e lento que imperou na agricultura até a Revolução Verde,

pode-se passar diretamente do meio natural ao agronegócio, queimando etapas e, dessa forma, obtendo um crescimento mais rápido e mais elevado dos rendimentos em comparação com o investimento inicial.

Os ganhos de produtividade da Revolução Verde seguem uma tendência de retornos decrescentes. Em 1960, para cada tonelada de fertilizante à base de nitrogênio, obtinha-se 80 toneladas de cereais. Em 1990, essa mesma tonelada de fertilizante rendia apenas entre 20-25 toneladas de cereais, com tendência de estagnação a longo prazo. Dessa forma, o uso crescente de fertilizantes e outros insumos na agricultura moderna reduziu sua eficiência. Sua aplicação em terras aparentemente virgens pode representar a reversão temporária dessa tendência (ALTIERI & NICHOLS, 2012). A mesma quantidade de capital aplicada na agricultura em países desenvolvidos, dessa forma, traria um retorno muito menor. Na agricultura relativamente pouco densa em capital dos países em desenvolvimento, todavia, esse aporte de capital pode representar uma diferença significativa em termos de produção, e portanto trazer um retorno elevado.

A aquisição internacional de terras, então, preenche critérios de um ajuste espaço-temporal. Trata-se de um investimento com uma capacidade temporal de absorção do capital (visto que a agricultura, por definição, só dá retornos depois de algum tempo), em um setor econômico de baixa intensidade de capital, em países que contam com baixa concentração de capital. Essa baixa intensidade representa alta possibilidade de retorno a cada unidade de capital investida, enquanto os riscos inerentes à empreitada são atenuados pelo seu custo reduzido.

2.4.

Particularidades do caso Etíope

O processo que levou ao impulso internacional pela aquisição de terras no período 2003-2012 fica assim caracterizado:

- 1) Crise de superacumulação nas economias centrais, com maior intensidade a partir de 2008;
- 2) Uso pelo Estado nesses países de ferramentas monetárias para reativar a acumulação; redução da taxa de juros e criação monetária que levam ao aumento de liquidez na economia.
- 3) “Vazamento” da liquidez, que migra do consumo e investimento doméstico para iniciativas mais rentáveis no exterior e em setores econômicos com

baixa intensidade de capital (como a agricultura).

Na Etiópia, é possível enxergar o mesmo processo, embora ele não repita em menor escala os resultados encontrados no sistema internacional, uma vez que a lista de países que arrendam terras apresenta algumas diferenças importantes. De fato, a presença de exportadores de alimentos, como os EUA e a Índia, e de países detentores de grandes estoques de capital, como o Reino Unido, na lista de países que mais arrendam terras na Etiópia é coerente com nossa hipótese. A importância de outros países parece ser, no entanto, motivada por fatores diversos, como proximidade geográfica (caso da Arábia Saudita, Israel e, em menor grau, a Índia) e relações históricas (Itália). O caso mais claro da explicação tradicional da aquisição internacional de terras – centrada na busca por soberania alimentar por escassez com escassez de terras aráveis – seria o da Arábia Saudita. A firma MIDROC, pertencente ao Sheik Mohamed Al Amoudi, conectado à família real saudita, tem especial protagonismo, possuindo uma participação em acordos contemplando quase 300 mil ha. Mesmo esse caso, no entanto, pode ser relativizado, uma vez que se o Estado Saudita participa do processo, ele o faz indiretamente, por meio de subsídios ao conglomerado MIDROC, um grupo privado e dono de empreendimentos em vários setores na Etiópia, incluindo petróleo, aço, cimento e hotelaria. Conforme dito anteriormente, se o elemento político está presente na aquisição internacional de terras pelo lado da aquisição, isso se dá quase sempre de maneira indireta e está associado com oportunidades de remuneração do capital, representado por entidades privadas.

Centrar a explicação do fenômeno na rentabilidade do capital e no ajuste espaço-temporal, por oposição a seus aspectos políticos e de segurança alimentar (que ainda assim existem) possui algumas vantagens: ajuda a explicar a presença maciça de atores privados na aquisição internacional de terras, e, no tocante à sua origem geográfica, a presença significativa entre os Estados arrendadores de países autossuficientes em ou exportadores de alimentos. É o caso da China e dos EUA. Como abertura para futuras pesquisas, pode-se pensar a importância da participação da China como resultado de uma especificidade econômica do país: suas imensas reservas internacionais em dólares, obtidas com sucessivos saldos positivos de suas contas externas. Pode-se entender a dinâmica que leva esses capitais chineses em moeda internacional para o exterior como a mesma que se impõe sobre o capital norte-americano, uma vez que a China é uma das maiores

detentoras da dívida norte-americana. A redução da taxa de juros norte-americana, assim, impacta a rentabilidade do capital chinês, o que leva este a também embarcar no ajuste espaço-temporal.

Neste capítulo, foi possível caracterizar tanto o processo de aquisição internacional de terras como os atores que dele participam no caso Etíope: A saber, principalmente o Estado Etíope e o capital financeiro internacional. O fenômeno deve ser, assim, estudado sobretudo como uma interação entre estes dois atores. Essa caracterização informou o arcabouço teórico e conceitual com o qual será tratado o fenômeno, como uma manifestação de um ajuste espaço-temporal do capital internacional.

De modo a enriquecer a nossa análise da atuação do Estado frente à aquisição internacional de terras – e tratando esta já como estando ligada, fundamentalmente, à acumulação de capital - , devemos passar a uma exploração do histórico da formação do Estado Etíope, procurando enfatizar principalmente as relações de poder e as dinâmicas históricas da acumulação de capital no país.

3.

Formação do Estado Etíope: A importância histórica do controle da terra

Neste capítulo, será explorada a relação histórica entre a formação do Estado na Etiópia e a constituição de uma base econômica e tributária agrária para esse Estado como um dos determinantes para explicar seu posterior envolvimento na aquisição internacional de terras. O argumento central deste capítulo é de que a aquisição internacional de terras representa uma atualização de políticas anteriores pelas quais o Estado Etíope procurou, em sucessivas encarnações, simultaneamente aumentar as capacidades de financiamento das atividades do Estado, de um lado, e de outro aumentar o controle do Estado sobre as populações nômades e pastoris do sul da Etiópia, em benefício de uma elite sedentária que controla o Estado.

3.1.

Centralização política, expansão territorial e constituição da dinâmica de acumulação (1852-1898)

Em meados do século XIX, A Etiópia vivia a “Era dos Príncipes” (*Zemene Mesafint*), em que o país estava dividido em várias províncias autônomas governadas por nobres locais; o Imperador, na capital Gondar, tinha apenas controle nominal sobre os muitos nobres, que tinham suas próprias forças militares e guerreavam entre si, às vezes desafiando diretamente o Imperador. No período entre 1852 e 1880, porém, uma série de Imperadores - Tewodros II (1855-1868), Tekle Gyorgis II (1868-1871), e Yohannes IV (1871-1889) - dão início ao processo de unificação do território da Etiópia (MARCUS, 1994, p. 48). Esse território se situava no que hoje corresponde à metade norte da atual Etiópia, incluindo boa parte do Planalto Etíope ao norte do Vale do Rift e as regiões de Tigray, Amhara, Afar e Benishangul-Gumuz, além da atual Eritreia. Não incluía ainda, portanto, as regiões de Oromia, Somali, a RNNPS e Gambela. Deve ser salientado, também, que nessa época as regiões não eram divididas por critérios étnicos e, dessa forma, tinham nomes diferentes. A divisão, de fato, correspondia às fronteiras dos diferentes reinos e principados que compunham o Império e que haviam se formado historicamente por meio de herança, guerra ou ambos. Assim, por exemplo, a parte sul da região de Amhara correspondia ao reino de Shewa.

O Império Etíope era, sobretudo, ainda nessa época uma entidade relativamente

homogênea - o Cristianismo Ortodoxo era a religião de Estado e o Amhara, a principal língua. O Tigrinya, falado no Tigray e parte da mesma família linguística do Amhara, era o outro grande grupo linguístico. Alguns acontecimentos a partir da década de 1880, vão, porém, alterar profundamente tanto as fronteiras do Estado como a sua composição étnica e cultural.

A história da Etiópia na segunda metade do século XIX pode ser descrita como um movimento pendular entre diferentes tentativas de, de um lado, dar maior centralização ao Estado e, de outro, preservar o sistema feudal e a autoridade dos príncipes, até que uma síntese entre essas abordagens é atingida durante o reinado de Menelik II.

Na década de 1870, Yohannes IV era o Imperador da Etiópia. Diferentemente de seu autoritário antecessor Tewodros II, que havia procurado unificar todo o território sob seu comando, Yohannes IV delegou parte de sua autoridade a nobres (UHLIG, 2014).

Tewodros II, que havia chegado ao poder ao derrotar em batalha o regente Ras Ali, submeteu durante seu reinado os reinos de Gojjam, Wollo e Shewa, e aprisionou seus líderes, incluindo o poderoso Príncipe de Shewa, Sahle Mariam. Tewodros acabou com a antiga divisão do país entre regiões autônomas e criou novas províncias sob seu controle direto; porém, foi incapaz de evitar novas revoltas, e quando precisou enfrentar uma intervenção inglesa em 1868, a fraqueza do reino ficou exposta. Derrotado pelos britânicos na Batalha de Magdala, Tewodros II cometeu suicídio para evitar sua captura (MARCUS, 1994. p. 72).

A abordagem de Yohannes IV guardava o objetivo geral de centralizar o reino, porém fez concessões para recompor a base de apoio do império, mantendo uma firme hierarquia entre a coroa e os governadores locais, mas recrutando esses governadores entre a velha nobreza punida por Tewodros (MARCUS, 1994, p. 73). Por exemplo, restaurou o nobre Sahle Mariam como governador de Shewa (UHLIG, 2014). De modo geral, as províncias do norte, como Wollo e Tigray, já se encontravam sob controle centralizado - ajudava que o próprio Yohannes era um líder militar Tigray. Enquanto isso, os 'Reis' de províncias mais ao sul, como Shewa e Gojjam, tinham maior autonomia, inclusive entrando em guerra um contra o outro pelo controle das lucrativas rotas comerciais de marfim e escravos que iam em direção ao sul (UHLIG, 2014). Yohannes IV, de fato, encorajava essa competição e essa política expansionista, como forma de aumentar o poder do reino.

O expansionismo de Sahle Mariam, que trouxe os limites do império para perto do que hoje são as fronteiras da Etiópia, tornou súditos do império povos que dele não faziam parte até então, como os Oromo e os Sidama. A conquista do emirado de Harar, no leste, também trouxe um grande contingente de muçulmanos para o império majoritariamente cristão (VAUGHAN, 2003). Uma característica marcante desse período foi a expansão da cultura Amhara, majoritária em Shewa, em direção ao sul, com a chegada de colonos agrícolas e a construção de vilarejos fortificados. Os Amhara viriam, posteriormente, a formar a etnia mais poderosa no Império Etíope no Século XX - sua elite cultural e econômica (MARCUS, 1994).

Em 1889, Yohannes IV veio a ser morto em batalha, em uma campanha contra o Mahdi no Sudão. Pouco antes de morrer, Yohannes reconhece um filho ilegítimo, Mengesha Yohannes, como seu descendente, mergulhando a casa de Tigray em conflito. Nesse vácuo de poder, Sahle Mariam se autoproclama Imperador, sendo coroado em novembro do mesmo ano, sob o nome de Menelik II (MARCUS, 1994, p. 90).

O reinado de Menelik II se destaca por consolidar e levar ao ponto máximo a tendência concentradora dos governos anteriores, com um diferencial: Menelik teve muito mais facilidade em negociar o poder central da coroa em relação ao dos nobres mais poderosos, uma vez que era ele mesmo o nobre mais poderoso. Com as terras de Shewa, já o maior principado, agregadas ao domínio real, o território do império se consolida (ZEWDE, 2001).

Em 1896, Menelik II derrota uma tropa italiana na Batalha de Ádua e, dois anos depois, o Império já atingiu algo próximo de sua extensão máxima, incluindo todo o território da atual Etiópia; exceção feita ao domínio sobre a Eritreia, que seria acrescentada em 1951. O antigo núcleo do Império - Cristãos Ortodoxos falantes dos idiomas Amhara e Tigrinya - representavam agora, contudo, uma minoria no novo Império Etíope.

A importância dos próprios Tigray para a administração do Império foi relativizada. O centro do poder do Império, de fato, se deslocou do norte para o centro do Planalto Etíope. Addis Abeba, onde Menelik teve, a partir de 1887, seu palácio, torna-se durante seu reinado a capital do Império, diminuindo a importância de Gondar, em Tigray, e aumentando a influência dos Amhara. A cessão de parte de Tigray para a Itália por meio de um tratado, na década de 1890, completou a marginalização política desse povo (MARCUS, 1994, p. 91).

Com a expansão, o ordenamento jurídico do Império também foi levado para o Sul, porém em um contexto muito distinto. Existiam assim, no Império, normas que reservavam a ocupação de postos administrativos aos cristãos ortodoxos, e que impediam muçulmanos de possuírem terras. Aplicadas no sul, essas normas representavam uma limitação dos direitos de uma parte considerável da população. As terras do sul e do oeste foram organizadas dentro do Império por meio de um sistema de senhorio, chamado *Gabbar-Malkagna* e que já existia em Shewa. *Gabbar* era o termo Amhara para os pequenos camponeses, enquanto *Malkagna* era o nome dado ao senhorio (ZEWDE, 2001). Os últimos eram, em sua maioria, militares Amhara que, após realizar serviços à coroa, recebiam terras no sul, ascendendo à nobreza e ganhando significativa fonte de renda a partir da extração de tributos dos agricultores locais. Esses tributos podiam assumir a forma de trabalho prestado ao Malkagna, de excedentes de produção ou até na venda de pessoas como escravos (ZEWDE, 2001).

Temos, assim, desde o final do Século XIX, a criação pelo nascente Estado Etíope de um mecanismo de extração de excedente, por meio de espoliação. Como pode-se perceber, a economia fundamentalmente agrícola da Etiópia determinou que o peso da extração desse excedente recaísse sobretudo sobre a população camponesa, o que faz com que o sistema tributário esteja fortemente ligado à terra e ao trabalho na mesma. De fato, um dos elementos do sistema Gabbar-Malkagna era, ainda, a tomada direta de terra pelos Malkagna, caracterizando assim uma espoliação das terras. O Estado ainda criou, no reinado de Menelik, um sistema chamado *Qelad*, de catalogação e redistribuição de terras ociosas, que aumentou a privatização de terras para nobres (as *Siso Balabat*). No entanto, como a produtividade do trabalho permanecia baixa, o Malkagna ainda necessitava dos Gabbar desapropriados, e a consequência era o aprofundamento das relações desiguais entre Malkagna e Gabbar, mas não, ainda, a expulsão dos Gabbar dos campos (ZEWDE, 2001).

O grau de espoliação era, ainda, limitado pela manutenção do sistema de *Rist*, predominante em Tigray e exportado para outras áreas da Etiópia, que determinava um uso coletivo das terras nas aldeias (inclusive com redistribuição dos lotes quando houvesse aumento da população) (OFCANSKY; BERRY, 1994). O *Rist* tinha como efeito circunscrever a população a um território, uma vez que o direito sobre a terra recaía sobre a comunidade e, dessa forma, não era possível a um indivíduo vender seu lote. Esse sistema possui ecos até hoje na política do Estado

Etíope para as terras redistribuídas na reforma agrária de 1975: embora o Estado possua o título de propriedade sobre as terras, os camponeses recebem do Estado um direito de usufruto de seus lotes, de que não podem abrir mão.

3.2.

Modernização do Estado Imperial e o processo de homogeneização

O Reino de Menelik II vê uma transformação da dinâmica de acumulação na Etiópia, que não pode ser exatamente chamada de capitalista, porém começa a adquirir traços modernos, se considerado o papel que adquire o Estado.

Em talvez sua reforma mais importante, Menelik alterou em 1892 a forma de obtenção de receita do Estado. Até então, o exército sobrevivia com aquilo que saqueava, e a renda do Estado era complementada por tributos recebidos pelos nobres. Isso tornava o governo dependente dos nobres e fragilizava sua posição: o próprio Menelik, quando ainda era rei de Shewa, canalizou parte desses tributos para financiar sua ascensão ao poder. Menelik, então, cria um imposto nacional para financiar o exército, pago diretamente ao Estado. Isso elimina os nobres enquanto intermediários no relacionamento com o povo, e cria um fluxo de caixa que permite evitar saques, o que poderia fomentar novas revoltas contra o império (PANKHURST, 2003). Ao mesmo tempo em que a velha nobreza perdia força, o sistema de Gabbar-Malkagna fornecia a nova base política de apoio do Estado, criando uma camada de proprietários de terra favoráveis ao poder central; a extração de recursos dos trabalhadores agrícolas pelos Malkagna era complementada pela extração tributária comandada pelo Estado. A expansão do território, de um lado, e o aumento e diversificação dos tributos, de outro, tiveram como consequência um aumento muito expressivo da receita do Estado Etíope: mais de 4000% entre 1864 e 1900 (TEGENU, 2016)

O crescimento da renda encontrou muitas aplicações. Menelik era um monarca fortemente interessado em tecnologia: sob seu reinado, chegaram ao país o telefone (1890), as estradas de ferro (1896), o telégrafo (1897), o automóvel (1907) e a imprensa (1911); inovações que ampliaram consideravelmente a capacidade de comunicação do reino recém-expandido. Outros elementos da reforma do Estado promovida por Menelik envolviam a criação da primeira moeda nacional (1894), o Banco da Abissínia (1905) e a primeira represa hidroelétrica (1912) (DASH, 2010). Pode-se dizer, contudo, que nessa etapa o caráter capitalista da acumulação ainda

não estava completo: havia extração de renda e espoliação, mas os frutos dessa acumulação não eram direcionados ao reinvestimento no próprio processo de acumulação de capital, razão pela qual a Etiópia atravessou boa parte do século XX com níveis de produtividade do trabalho bastante baixos (MCCANN, 1990). Um elemento que aparece já nessa época, entretanto, é a centralidade do Estado na dinâmica de acumulação; a esfera privada de acumulação, como por exemplo o sistema Gabbar-Malkagna, é uma consequência direta de condições criadas pelo Estado.

Os sistemas de propriedade de terra acompanhavam a divisão do país em norte e sul. No norte, o Rist predominava, e apenas 3% das terras cultivadas estavam submetidas a um sistema de Gabbar. Enquanto isso, no sul, 80% das terras cultivadas estavam sob o sistema de Gabbar (OFCANSKY; BERRY, 1994). Acrescente-se, ainda, grande quantidade de pastos e terras de uso sazonal, muito superior à superfície ocupada pelas terras cultivadas: ocupavam 50% do país, contra apenas 14% das terras cultivadas. Essas terras eram sobretudo utilizados por populações de pastores Oromo, Sidama e Anuak, ainda relativamente pouco afetadas pelas políticas do Estado, embora um contingente dessas populações já estivesse submetida ao sistema de Gabbar.

À dominação de parte da população pelo sistema de propriedade de terras, deve ser acrescentada a existência de normas que criavam uma hierarquia entre os Amhara e o restante da população. Essas normas ganharam força sobretudo durante o reinado de Haile Selassie (1930-1936, 1941-1974), durante o qual o sistema educacional foi expandido e reformado para refletir as prioridades do Estado. As primeiras escolas de modelo ocidental foram estabelecidas em 1908 pela Aliança Francesa, tendo o francês como idioma de instrução; as primeiras escolas públicas são estabelecidas em 1912 (ADEMUJOBI, 2007). Após 1941, o Amhara torna-se, todavia, o único idioma de instrução em todo o ensino fundamental e médio. Isso fornecia aos estudantes cuja língua materna era o Amhara uma grande vantagem, de modo que a maioria dos ingressantes na Universidade de Adis Abeba (fundada em 1950) eram Amhara (VAUGHAN, 2003). No contexto do pós-guerra na Etiópia, cada vez mais posições de poder, tradicionalmente ocupadas por nobres, começavam a ser ocupadas por uma classe de funcionários com ensino superior (VAUGHAN, 2003). A tradicional hierarquia entre os Amhara e outros povos era, dessa forma, reafirmada, mesmo que a composição do aparato do Estado sofresse

alterações. Essas políticas educacionais se somaram à políticas de assimilação, particularmente dos Oromo, que vinham sendo aplicadas desde o reinado de Menelik. Elites locais que quisessem desfrutar do reconhecimento do império precisavam passar por um processo de aculturação, que envolvia a conversão ao Cristianismo Ortodoxo, a fluência no idioma Amhara e até a mudança de nome, com a adoção por muçulmanos de nomes Amharas derivados do Cristianismo (ZEWDE, 2001).

O programa de centralização do Estado, que continuou sob Haile Selassie, passava assim também pela criação de uma identidade nacional, centrada no idioma Amhara e na religião cristã. A estrutura econômica do Estado, baseada na extração de excedentes agrícolas, era dessa forma complementada e justificada por uma estrutura política que passava pela manutenção de uma rígida hierarquia entre os Amhara e outros povos, organizando o sistema econômico extrativo em bases étnicas.

3.3.

A crise do Estado Imperial

No final da década de 1950, o Estado Imperial começa a enfrentar uma crise de natureza dupla.

Em primeiro lugar, uma crise do sistema econômico extrativo. O crescimento populacional, associado ao rígido sistema de propriedade de terras e à baixos ganhos de produtividade¹³, significava que o tamanho médio dos lotes dos camponeses começavam a cair (MCCANN, 1990). A pauperização da população, associada à manutenção do sistema altamente extrativista do Gabbar-Malkagna, em que até 50% da produção dos camponeses era apropriada pelo senhorio, gerou uma crise distributiva: a estagnação da produção limitava o excedente do Estado e dos Malkagna. No período do final do Império, assim, a produção agrícola crescia a um ritmo de 2,1% a.a., enquanto a população crescia ao ritmo de 2,6% a.a (OFCANSKY; BERRY, 1994). O Estado procurou aumentar sua receita com aumento de impostos, tentativas que sofreram resistência: em 1950, a tentativa de aumento de impostos em Gojjam gerou confrontos entre a população e as forças do

¹³Os baixos ganhos de produtividade ao longo desse período possuem muitas explicações - desde o próprio sistema de senhorio, que, beirando o confisco, limitava a capacidade de reinvestimento na produção, até uma taxa de juros extremamente alta para camponeses, que podia chegar a 120%.

Estado, cenário que se repetiu novamente no final da década. Revoltas semelhantes ocorreram nas regiões de Yeju e Gedeo na década de 1960 (VAUGHAN, 2003).

Em segundo lugar, uma crise de legitimidade da elite Amhara. A crise econômica aumentou o ressentimento contra os senhores de terra cristãos: em Bale, uma revolta da população muçulmana, a partir de 1963, contou com o apoio da Frente de Libertação da Somália Ocidental, que explorava o sentimento de diferenciação étnica entre a população Somali, que habitava a região, e os Amhara. A FLSO buscava unir o território do leste da Etiópia à Somália, recém-independente. Também tem início, em 1961, a luta armada pela independência da Eritreia, liderada pela Frente de Libertação da Eritreia (VAUGHAN, 2003). Pode-se dizer, dessa forma, que a crise de legitimidade da elite imperial derivava de uma combinação da crescente ilegitimidade do sistema econômico e do ressentimento contra a hierarquia político-social entre as etnias, em que ambos os fatores se retroalimentavam.

A resposta oferecida pelo Estado para a crise foi ineficiente: a tentativa de criar um imposto progressivo sobre a propriedade em 1966 gerou uma revolta dos proprietários de terra que engoliu a província de Gojjam; essa revolta só foi derrotada em 1969. Demais iniciativas de aumentar a contribuição dos senhores de terra foram derrotadas no Parlamento no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, uma vez que os Malkagna representavam a maioria das cadeiras no mesmo¹⁴. Em certos casos, aumentos de impostos direcionados aos senhores de terra foram repassados para a população, acentuando a crise (VAUGHAN, 2003).

Outra solução encontrada pelo Estado passou pela atração do capital externo para realização de investimentos na agricultura comercial. Firms britânicas e holandesas se instalaram na Etiópia nesse período, administrando grandes cultivos nos setores algodoeiro e açucareiro (OFCANSKY; BERRY, 1994). As concessões de terra a essas empresas, no entanto, ocorreram em territórios tradicionalmente utilizados pelos nômades Arsi (um subgrupo dos Oromo) e Afar para o pastoreio, aumentando o conflito dessas populações com o Estado. Também nessa época, o Estado procura reassentar populações do norte da Etiópia para a região de Sidamo, no sul, buscando aumentar a área cultivada e reduzir a pressão populacional no Planalto Etíope (OFCANSKY; BERRY, 1994); dessa forma, as respostas do Estado

¹⁴O Parlamento fora criado na Constituição Etíope de 1955.

Etiópe para os limites da agricultura nacional tinham, já no final do Império, traços da abordagem assumida no século XXI: um foco na atração do capital externo e a tentativa de expandir a área cultivada, em detrimento do uso feito pelas populações nômades.

O agravamento da situação econômica e social gerou o surgimento de uma resistência estudantil ao Império. A Universidade de Adis Abeba começava a ser frequentada por grande contingente de estudantes dos grupos não-Amhara; ocorria, paralelamente, a difusão do marxismo-leninismo por parte de estudantes de intercâmbio vindos de outras regiões da África e do mundo (VAUGHAN, 2003). Além disso, os debates na Organização da Unidade Africana, sediada em Adis Abeba, giravam em torno da descolonização e de uma ‘via africana para o socialismo’ (VAUGHAN, 2003). A mobilização estudantil, como em muitos lugares do mundo, atinge um ponto de ebulição no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. O choque do petróleo em 1973 agrava a situação econômica ao encarecer a maioria dos insumos e alimentos importados. O quadro de crise é completado pela grande fome em Wollo, entre 1972 e 1974. A resposta ineficiente do governo imperial a essa crise alimentar, com este chegando inclusive a recusar o auxílio internacional com o argumento de que não havia fome, leva a grandes greves e manifestações no início de 1974, que culminam no golpe de Estado de 1974 (MARCUS, 1994). Este foi organizado por um grupo de 120 militares do baixo oficialato, conhecido como Derg (Comitê em Amhara), que logo escolhem o Major Mengistu Haile Mariam como líder (MARCUS, 1994).

3.4. O Derg

O Derg era formado por jovens oficiais, muitos dos quais tinham estudado fora da Etiópia e entrado em contato com a ideologia Marxista-Leninista no Ocidente (MARCUS, 1994). Sua percepção, então, era de que os problemas da Etiópia derivavam do atraso imposto pelo governo imperial e pela estrutura arcaica de posse de terra. Dessa forma, já em 1975, a monarquia é abolida e o Derg dá início a um amplo programa de reforma agrária, completado antes do fim do ano: o sistema de Gabbar-Malkagna é abolido, toda terra é nacionalizada e os camponeses recebem direitos de uso sobre as terras (de tamanho máximo de 10 ha.) que cultivavam à época da revolução (OFCANSKY; BERRY, 1994). Foram também confiscadas as

terras arrendadas para empresas estrangeiras. Finalmente, o Marxismo-Leninismo é declarado ideologia oficial da nação. Assim, a estrutura política e econômica do Império, vigente por mais de 80 anos, é demolida em poucos meses.

As contradições enfrentadas pelo Derg eram, entretanto, as mesmas enfrentadas pelo governo imperial. Apesar da abolição do sistema de Gabbar-Malkagna, o crescimento populacional significava que o tamanho dos lotes continuava a cair: Se, em 1969, o tamanho médio do lote por família era 3,5 ha por família (bem abaixo do limite estipulado, portanto), este tinha diminuído em 1980 para entre 2 e 2,5 ha (MCCANN, 1990). No mesmo período, o crescimento da produção agrícola atingiu cerca de 1,6% ao ano, insuficiente para compensar as perdas com a diminuição dos lotes.

Permanecia, ainda, a questão étnica. A guerra de independência da Eritreia, iniciada em 1960, continuava, e representava o primeiro caso de revolta explicitamente separatista contra o Estado Etíope. O movimento estudantil já havia, no final dos anos 1960, ampliado a discussão da ideia de autonomia dos povos, a partir da criação de grupos de mobilização baseados em identificação étnica, como foi o caso dos Oromo e dos Tigray na Universidade de Adis Abeba (VAUGHAN, 2003).

O Derg procurou oferecer uma resposta para ambos os problemas. Identificou na estrutura de propriedade arcaica da agricultura Etíope, baseada em pequenos lotes familiares, a origem da baixa produtividade da agricultura. Para resolver esse problema, o Derg apresentou como solução um programa de modernização, para atingir uma ‘Agricultura Socialista’ (OFCANSKY; BERRY, 1994). Quanto à questão étnica, o caminho escolhido pelo Derg passava também por uma resposta simultaneamente moderna e, àquela altura, já tradicional: a ênfase na identidade nacional Etíope e na centralização.

3.4.1. Política e a questão étnica sob o Derg

De acordo com Vaughan (2003), a crescente importância do Marxismo nos anos que precederam o golpe de Estado de 1974 levou à criação de duas escolas de pensamento no seio dos movimentos de oposição ao Império.

A primeira, inspirada em Lênin, enxergava a existência do Estado Etíope como uma construção imperialista, baseada na dominação Amhara de outros povos; dessa forma, a igualdade entre os proletários das diferentes regiões seria obtida por meio

da autodeterminação e secessão. Essa foi a perspectiva adotada por muitos estudantes pertencentes aos grupos étnicos não-Amhara.

A segunda, inspirada em Stálin, enxerga os laços de nacionalidade como incompatíveis com uma revolução socialista, por promoverem a solidariedade entre todos os membros de um grupo nacional (incluindo o proletariado e a burguesia), em detrimento da solidariedade de classe (entre todos os proletários de um determinado Estado, contra a burguesia). Segmentos do Exército, já receptivos a uma ideologia nacionalista (no sentido de unificadora), defenderam essa perspectiva, embora ela não fosse abraçada uniformemente.

Inicialmente, o Derg se encontrava dividido. O General Aman Andom, nomeado chefe de Estado pelo Derg após a revolução, defendia como solução para a questão étnica - que, à época, se referia sobretudo ao separatismo da Eritreia - um maior grau de autonomia das diferentes nacionalidades. Essa proposta não era recebida com igual entusiasmo pelo resto do Derg; que o próprio Aman era Eritreu parece ser um fator que contribuiu para essa perda de confiança. Em 22 de novembro de 1974, debaixo de acusações de que planejava uma conspiração contrarrevolucionária, Aman foi preso e executado (MARCUS, 1994). Seu substituto no poder foi o Major Mengistu Haile Mariam, que era favorável à unidade nacional da Etiópia. Sob sua liderança, o Derg emitiu em 20 de dezembro a Declaração de Socialismo, que determinava o estabelecimento de um partido único e a unidade nacional. Uma concessão às diferentes nacionalidades estava presente na forma de promessa de 'direitos iguais para os povos' (MARCUS, 1994). Outras concessões formuladas pelo Derg nos primeiros anos do regime, antes da intensificação dos combates contra as guerrilhas étnicas, incluíram o direito de ensino nos idiomas regionais e a publicação de livros e revistas nesses idiomas.

No nível político e de tomada de decisão, contudo, o Derg permanecia comprometido com a centralização, que estava alinhada com seu programa de partido único. À isso se somava a própria composição do Derg: de seus 120 membros fundadores, 109 eram Amhara (BAXTER, 1983). A desconfiança das outras etnias para com o Derg levou à formação de mais grupos armados, como a Frente Popular de Libertação do Tigray, em 1975. Esta veio se somar à Frente de Libertação Oromo, ativa desde 1973, e à FLSO e FPLE (OFCANSKY; BERRY, 1994). Criadas nos anos do Império, essas organizações prosseguiram a luta armada contra o novo regime.

O Derg deu sua contribuição para aumentar o poder dessas guerrilhas de inspiração étnica. Como apontado antes, diversos movimentos, de origem e orientação ideológica variada, haviam manifestado oposição ao governo imperial. A consolidação do Derg como principal força política da Etiópia, assim, não estava dada, e necessitou da exclusão de outros grupos. Em setembro de 1976, o Derg iniciou uma campanha de perseguição contra outras associações marxistas civis, como o Partido Popular Revolucionário Etíope (PPRE). Em resposta, o PPRE também orquestrou uma série de atentados contra membros do Derg (DE WAAL, 1991). Em março de 1977, Mengistu iniciou o que se convencionou chamar de Qey Shibir ou Terror Vermelho, em que opositores políticos de diversas associações civis foram sistematicamente perseguidos e executados. Em 1º de maio do mesmo ano, centenas de pessoas suspeitas pelo governo de serem membros do PPRE foram detidas em Addis Abeba, levadas para fora da cidade e executadas em massa. Em agosto, a perseguição se estendeu para membros do partido marxista Movimento Socialista Pan-Etíope, e a maioria de sua liderança foi executada (OTTAWAY & OTTAWAY, 1978). A Anistia Internacional estima que, entre 1977 e 1979, cerca de 500 mil pessoas foram executadas pelo regime de Mengistu (BBC, 1999).

O Derg obteve sucesso na eliminação de seus adversários políticos, principalmente em se tratando de seus competidores diretos: os partidos civis de inspiração marxista e base urbana, que aspiravam a congregar uma mobilização política de nível nacional, ultrapassando barreiras étnicas. Teve, contudo, menos sucesso em outra campanha, contra grupos paramilitares como a FPLT e a FLO. Esses grupos sobreviveram à perseguição do Derg de diferentes maneiras: a FLO realizava suas atividades na região de Harergue, rural e de mais difícil controle pelo governo (DE WAAL, 1991). De inspiração maoísta, a FPLT também se concentrava em áreas rurais.

Essas frentes também competiam com outros grupos, incluindo outros que revestiam suas reivindicações em linguagem mais ideológica: a FPLT era rival da União Democrática Etíope, organização pró-democracia que ela derrotou em 1978 (TAREKE, 2009). A derrota desses grupos políticos não-étnicos, seja pelo Derg ou pela frentes de libertação, terminou por tornar as frentes de libertação a principal força de oposição ao Derg.

3.4.2.

‘Agricultura Socialista’ ou apropriação de terras? O reassentamento e a villagization durante o período do Derg

Após a reforma agrária de 1975 eliminar a antiga estrutura de senhorio, o Derg procurou reestruturar o restante da agricultura etíope. Visando o aumento de produtividade da terra e do trabalho, esta seria baseada em grandes terras administradas pelo Estado, com alto investimento em capital. Inicialmente, a maioria das fazendas comerciais, pertencentes à empresas estrangeiras e confiscadas pelo governo em 1975, foram convertidas em terras para pequenos agricultores, mas posteriormente o governo procurou aumentar o número de fazendas estatais de grande porte. Em 1978, a área ocupada por essas fazendas coletivas atingia pouco mais de 60 mil ha; Em 1984, chegava à 200 mil ha (OFCANSKY; BERRY, 1994). Esse processo de expansão foi fortemente acelerado a partir do agravamento da fome na Etiópia, em 1984.

A baixa frequência de chuvas durante toda a primeira metade da década de 1980, culminando com uma seca em 1983, contribuíram com o quadro já estabelecido - crescimento de produção abaixo do crescimento populacional, fracionamento de lotes - para criar uma grande fome em 1984. O governo, como durante a grande fome de 1972-74, negava a situação, uma vez que o aniversário de 10 anos da revolução se aproximava (MARCUS, 1994). Já em fevereiro de 1984, dez mil pessoas morriam por semana em Wollo, e estima-se que cerca de um sexto da população foi afetada pela fome (MARCUS, 1994). O governo direcionou mais esforços para tratar da fome a partir de setembro, recebendo também grande quantidade de ajuda internacional ao longo de 1985. Ao final de 1985, quando se estima que a fome chegou ao fim, mais de 400 mil pessoas tinham morrido (MARCUS, 1994).

Em resposta à fome, o Estado deu início a dois programas: o reassentamento e a villagization. Seus objetivos eram similares, mas eles diferiam em métodos e impacto.

O reassentamento consistia, como seu nome indica, no reassentamento de populações de áreas do norte da Etiópia, afetadas pela fome, para áreas do sul onde, em teoria, a terra seria abundante e fértil. Quando foi iniciado, em 1984, o programa tinha o objetivo de reassentar 1,5 milhão de pessoas; este foi, no entanto, interrompido em 1986 diante de críticas dos doadores internacionais (OFCANSKY;

BERRY, 1994). Estima-se, porém, que à essa altura mais de 600 mil pessoas já haviam sido reassentadas para novos vilarejos (OFCANSKY; BERRY, 1994). De acordo com a nova constituição Etíope, porém, toda a terra pertencia ao Estado, de modo que os camponeses reassentados passaram a trabalhar em grandes grupos, em fazendas coletivas sob a supervisão de funcionários do Estado; as rações e o uso da produção excedente eram também controladas pelo Estado.

A villagization, por sua vez, consistia no reagrupamento de populações esparsas de pastores, pequenos agricultores e nômades das regiões do sul e sudoeste do país em aldeias maiores, de algumas centenas de habitantes. Oficialmente, os objetivos do programa de villagization, também aplicado, por exemplo, na Tanzânia, eram de promover o uso racional de recursos naturais; facilitar o provimento de serviços públicos; e, ainda, aumentar a produtividade da agricultura nessas regiões, pela disponibilização de insumos e capital num quadro de economias de escala. Isto permitiria, de acordo com os pronunciamentos de representantes do Estado, acelerar a coletivização da economia e criar as “pré-condições” da Agricultura Socialista (COHEN & ISAKSSON, 1987). Da mesma maneira que na política de reassentamento, estas podem ser entendidas como precondições, não somente do desenvolvimento do setor agrícola, mas do desenvolvimento econômico como um todo. Haveria um aumento da área cultivada e dos insumos, resultando em um aumento da produtividade da terra p. ha. e da produção como um todo. Isso aumentaria o excedente de alimentos para áreas urbanas, reduzindo os preços dos alimentos e, conseqüentemente, o custo de reprodução do trabalho, o que aceleraria o desenvolvimento industrial (COHEN & ISAKSSON, 1987).

Assim como nos reassentamentos, a produção nos novos vilarejos era fortemente controlada pelo Estado: esperava-se dos camponeses que vendessem seus produtos à Companhia de Comércio Agrícola, pertencente ao Estado, a um preço frequentemente muito mais baixo do que eles conseguiriam vendendo em áreas urbanas (COHEN & ISAKSSON, 1987).

A villagization ocorreu em escala muito superior à do reassentamento: Estima-se que entre 1984 e 1989 mais de 13 milhões de pessoas tenham sido realocadas para os novos vilarejos. O programa impactou as regiões de maneira diferente: tanto Harergue como Gambella (então chamada Ilulabor) tiveram mais de 90% de sua população, respectivamente quase 2 milhões e 1 milhão de pessoas, realocadas para novos vilarejos (OFCANSKY; BERRY, 1994).

Que tanto o reassentamento como a villagization tinham entre seus principais objetivos a obtenção de excedentes agrícolas para a população urbana e o estímulo ao setor industrial é evidenciado por discursos como o do Presidente Mengistu ao Derg em março de 1987, em que ele comemora os excedentes de produção dos reassentamentos como uma contribuição ao desenvolvimento econômico do país, salientando a queda do preço dos alimentos em Adis Abeba em 32% (MARCUS, 1994).

Deve ser destacado também o elemento de coerção em ambas as políticas. Embora o governo Etíope descrevesse a seleção dos reassentados como voluntária, relatos apontam o uso de guardas armados levando as populações de suas casas (STEINGRABER, 1986). A situação não era diferente uma vez que se chegava nos vilarejos: entrevistas com as populações realocadas nos dois programas destacam a utilização frequente de intimidação através da presença de guardas armados, que puniam os camponeses com chicotadas e espancamentos ao menor sinal de ociosidade, desobediência ou insolência. Tentativas de fuga dos campos ocasionavam torturas na forma de golpes com pedaços de pau e afogamento (STEINGRABER, 1986). Dessa forma, o Estado utilizava seu monopólio da violência para organizar a apropriação do trabalho e da terra, uma vez que, antes da fome de 1984, essas populações estariam trabalhando para sua autossuficiência, seja no sistema de Rist ou na agricultura tradicional nômade.

3.4.3.

A questão étnica na Villagization e no Reassentamento

O uso da coerção e da violência tem também um outro papel, relacionado ao tratamento dado pelo Derg à questão étnica. De fato, eram frequentes as acusações de que um dos objetivos do programa de reassentamento era o enfraquecimento das guerrilhas de inspiração étnica que lutavam contra o Estado no norte, a exemplo da Frente Popular de Libertação do Tigray (OFCANSKY; BERRY, 1994). As áreas rurais, de onde a FPLT retirava seu apoio, seriam despovoadas e seus habitantes, mandados para regiões distantes. Da mesma forma, a criação de novos vilarejos agrupando populações rurais, sobretudo os Somalis e Oromo, facilitariam o controle pelo governo das mesmas, uma vez que os vilarejos seriam supervisionados por capatazes e seriam localizados perto de vias de comunicação. Isso enfraqueceria organizações como a FLO.

No caso de Tigray, é difícil estimar até que ponto essa avaliação é correta: os Tigray não chegaram a representar a maioria da população reassentada; isso pode, no entanto, ter sido consequência da dificuldade de reassentar a população de Tigray devido ao próprio conflito que grassava na região. No caso dos Oromo, contudo, testemunhos de camponeses reassentados à época indicam que distanciar a população dos guerrilheiros era um dos objetivos da política, como admitido pelos próprios representantes do Estado. Segundo estes, aqueles que não se mudassem para o novo vilarejo estariam “alimentando os rebeldes”. De fato, o programa de Villagization teve seu início e foi mais intenso em Harergue, região que era o centro das atividades guerrilheiras da FLO em 1984 (STEINGRABER, 1986).

As políticas eram coordenadas para intensificar a pressão contra as frentes de libertação. Nos campos de reassentamento, rações maiores eram oferecidas aos colonos que se juntassem a uma milícia do governo. Essa milícia, por sua vez, auxiliava no processo de villagization, intimidando as populações locais para obter seu consentimento à mudança e, um vez que eles chegavam aos campos, controlando seu trabalho (STEINGRABER, 1986). As milícias, frequentemente recrutadas entre os Amhara de Wollo, eram também encarregada de executar suspeitos de colaborar com a FLO; foram acusadas também de estupro por mulheres Oromo, o que seria usado como tática de intimidação (STEINGRABER, 1986). Pode-se dizer, dessa maneira, que, além dos já citados objetivos de aumentar a acumulação na economia etíope, os programas de reassentamento e villagization contribuíram diretamente aos esforços do Estado de aumentar o controle sobre o seu território e sobre os grupos étnicos do sul etíope.

3.5.

Continuidades entre o período imperial e o regime do Derg

A análise do período imperial e do Derg mostra uma notável continuidade no que diz respeito ao tratamento tanto da questão étnica como da agricultura, além de transformações que apontam para o cenário atual. Além disso, aponta a indispensável necessidade de tratar as relações entre ambos os fenômenos, uma vez que a política do Estado para a agricultura impacta diretamente em sua política para as minorias étnicas e vice-versa.

A dimensão central do tratamento, tanto da questão étnica como da agricultura, pode ser resumida na ideia de superexploração. Ao longo de todo o período

histórico analisado, uma elite sediada no Planalto Etíope organizou a exploração do trabalho de uma população de agricultores. Essa exploração assumia a forma de extração de excedente, em um primeiro momento (durante o período imperial) através de relações senhoriais, em um segundo momento (durante o período do Derg) através de uma exploração de mais-valia, em relações burguesia-proletariado análogas ao capitalismo. É notável que essa forma de exploração tenha se acelerado consideravelmente durante o governo socialista do Derg, e podem-se fazer objeções à descrição de suas práticas como análogas à exploração capitalista do trabalho assalariado; suas características centrais são, no entanto, muito semelhantes para serem ignoradas.

O Derg, primeiramente, reinvestia os frutos de sua acumulação - derivada dos impostos - na obtenção forçosa de novos meios de acumulação, a saber as terras e o trabalho dos colonos do norte e das populações do sul da Etiópia. A partir desse momento de acumulação primitiva de meios de produção e expropriação da população, o Estado, enquanto empregador da mão de obra e controlador dos meios de produção, fixava os salários - que, no caso específico, eram ofertados em forma de ração, embora em tipo e quantidade diferente daquele que os colonos produziam - e toda produção acima disso, transformada em excedente, era enviada e vendida nas cidades (COHEN & ISAKSSON, 1987). O controle dos mecanismos tributários dava ao Estado os meios para o reinvestimento na produção agrícola, cujo objetivo era a produção de excedentes cada vez maiores para alimentar a industrialização da Etiópia. Os elementos centrais das relações de produção capitalista - a acumulação primitiva, a exploração da mais-valia por meio do trabalho assalariado, e o reinvestimento do excedente na produção visando excedentes ainda maiores - estão presentes no modelo econômico ensaiado nos anos finais do império e plenamente instituído pelo Derg.

As relações de hierarquia étnica na sociedade etíope são simultaneamente a base desse processo e são reforçadas por ele. Conforme vimos, a ascensão do Império Etíope criou uma divisão de trabalho que acompanhava linhas étnicas, com alguns poucos Amhara controlando as posições de comando na economia essencialmente agrícola, e comandando a extração dos excedentes criados pelo trabalho do restante da população. A queda do Império e, posteriormente, do Derg necessitaram uma rearticulação dessa dominação, que passou a incluir representantes das outras etnias. No entanto, os padrões regionais de dominação continuaram: A

concentração de capital coincide com os centros de decisão política, situados no coração do Planalto Etíope. Isso explica a persistência do padrão de acumulação primitiva - a expansão do capital do Planalto Etíope para as planícies do sul e do oeste. Explica, também, o impacto desproporcional dessa expansão sobre as populações que habitam essas regiões, os nômades, agricultores e pastores Oromo, Anuak, Nuer e Sidama.

Essa estrutura econômica foi suplementada por um aparato político-legal que marginalizava essas populações em detrimento dos Amhara, através da supressão de sua língua e de seus costumes, de impedimentos à sua participação política e restrições à sua vida econômica. O poder Amhara, em larga medida, construiu o Estado; o Estado, por sua vez, construiu o poder Amhara.

4.

Porque a aquisição de terras? Finalidades econômicas e políticas para o Estado Etíope

A aquisição de terras por estrangeiros na Etiópia é, como em boa parte da África, um fenômeno antigo. A intensificação desse fenômeno é, contudo, recente, assim como o envolvimento do próprio Estado Etíope, com a multiplicação de medidas destinadas a regulamentar ou mesmo facilitar o processo de aquisição de terras por estrangeiros. A interferência do Estado Etíope pode, então, ser caracterizada como favorável ao capital estrangeiro.

Neste capítulo, a explicação para o sentido dessa interferência será buscada nas manifestações, discursos e ações do Estado Etíope. O objetivo será entender a função das aquisições de terras no processo de desenvolvimento da Etiópia, que podemos entender como um processo de acumulação de capital.

Isso será feito, em um primeiro momento, a partir de uma análise do contexto econômico da Etiópia nas duas últimas décadas. A visão do Estado sobre esse contexto será em seguida buscada nos documentos por ele produzidos. Foram selecionados documentos estratégicos, que enquadram a aquisição de terras como parte de uma estratégia de desenvolvimento maior. A ênfase será dada a explicar o favorecimento pelo Estado da produção voltada para a exportação, discutida em capítulos anteriores. Passa-se em seguida a uma análise concreta das políticas, novamente com um olhar como a aquisição de terras contribui para a estratégia de acumulação, através de sua integração e coerência com outras políticas de Estado, como o reassentamento.

Por fim, o capítulo se voltará para o contexto político da Etiópia no período da intensificação da aquisição internacional de terras e aquele imediatamente anterior ao mesmo; o objetivo desta seção será entender como transformações políticas na Etiópia, guiadas pelos grupos políticos que ocupam o poder no Estado, criaram o contexto que possibilitou a intensificação internacional de terras.

4.1.

A aquisição de terras e a via Etíope para o desenvolvimento

O impulso pela aquisição de terras por parte do Estado Etíope pode ser compreendido através de uma análise do contexto macroeconômico da Etiópia e de uma série de documentos programáticos voltados para essa área. As próximas

seções deste trabalho se voltarão para a discussão das prioridades do Estado conforme expressas nesses documentos. Deve-se constatar que os documentos e dados obtidos elucidam apenas parte das finalidades pretendidas pelo Estado, sobretudo aquelas relacionadas com a acumulação; as finalidades políticas precisam ser examinadas através da contextualização das aquisições de terras dentro de um quadro geral de políticas para o uso da terra, e no contexto político Etíope – o que será feito mais à frente.

4.1.1. A importância da exportação no caso Etíope: Commodities como resposta à vulnerabilidade externa

Conforme visto, o Estado Etíope garante uma série de benefícios para aqueles que procuram adquirir terras para seu cultivo, de preços baixos de arrendamento a incentivos fiscais, com uma ênfase particular na produção voltada para a exportação. Este tipo de produção, então, parece ser estimulada pelo Estado Etíope, o que levanta a questão sobre o que leva a essa preferência.

A preferência pela exportação é particularmente intrigante na medida em que a Etiópia atravessa, periodicamente, situações de aguda insegurança alimentar. A seca de 2011, por exemplo, afetou quase 10 milhões de pessoas e levou a pelo menos 50 mil mortes ao interromper as colheitas, o que tornou esta a pior seca desde a carestia de 1984 (BARRY, 2012). Pode-se imaginar que, diante do custo humano provocado por alterações no clima e nas precipitações como essa, assegurar o aprovisionamento de alimentos em âmbito doméstico seria uma prioridade. Outras razões levam, no entanto, o Estado Etíope a optar por uma estratégia voltada para o estímulo às exportações.

Primeiramente, a Etiópia vive uma crise crônica de sua balança de pagamentos. O volume das exportações, baseadas sobretudo em produtos primários como o café, é bastante inferior ao das importações: segundo dados do Banco Mundial, o déficit comercial como percentual do PIB variou entre 14,8% e 20,9% entre 2011 e 2016 (THE GLOBAL ECONOMY, 2018). A estrutura comercial da Etiópia é típica de países em desenvolvimento, reproduzindo a tendência, identificada há meio século pelas autores dependentistas, de importações concentradas na área de maquinário e bens industrializados finais, como telefones, computadores e turbinas (representando US\$ 4,84 bi de um total de US\$ 17,9 bi, ou 27%), e maquinário de transporte, como caminhões, aviões e carros (US\$ 2,34 bi, ou 13%). Acrescentam-

se a esses produtos a importação de produtos químicos, sobretudo remédios e pesticidas (US\$ 2,06 bi ou 11%), produtos semimanufaturados como barras de ferro (US\$ 2,13, ou 11,8%) e petróleo (US\$ 1,81 bi, ou 10%). Esses produtos, ligados a processos de produção industriais, somam cerca de 73% da pauta de importação. Enquanto isso, na pauta de exportação, de US\$ 3,13 bi - tamanho que já demonstra a escala do déficit do país - encontramos sobretudo como primeiro produto o café (US\$ 764 mi, ou 24%). Juntamente com outros produtos agropecuários - carne e peles de cabra, legumes e sementes oleaginosas - tem-se 64% da pauta de exportação etíope. O ouro, com 13%, completa esse cenário de uma economia centrada sobretudo no setor primário (OEC, 2016).

O quadro de perda de valor relativo das exportações de produtos primários também acompanha, em alguma medida, a visão dependentista: enquanto o valor das exportações cresceu 1,7% ao ano entre 2011 e 2016, o valor das importações cresceu 14,7% ao ano no mesmo período, aprofundando o déficit (OEC, 2016).

A fragilidade externa da economia etíope, dessa forma, continua a crescer, expondo o país a choques uma vez que aumenta sua dependência de empréstimos em moeda forte. Na década de 1990, a razão entre dívida e PIB oscilou entre 80% e 155% do PIB; em anos recentes, o alto crescimento do PIB e o ambiente internacional de taxas de juros baixas tem mantido essa razão sob maior controle, mas o estoque de dívida continua um crescimento impressionante, passando de US\$ 9 bi em 2008 para US\$ 40 bi em 2016 (COUNTRY ECONOMY, 2016). A dependência comercial da Etiópia, dessa forma, se traduz também em uma dependência crescente junto ao mercado internacional de capitais. O foco do Estado Etíope em exportações pode ser explicado, assim, como uma forma de aliviar essa dependência através da geração de divisas. O arrendamento de terras também leva à entrada de divisas, para o pagamento do arrendamento e a realização do investimento em si. Nesse contexto, a Etiópia tornou-se o segundo maior destino de IED na África, atrás apenas do Egito (UNCTAD, 2018).

4.1.2.

ADLI: desenvolvimento agrícola, desenvolvimento nacional

A ênfase nas exportações não esgota, contudo, a importância estratégica do investimento externo no setor agrícola para o Estado Etíope. De fato, o desenvolvimento agrícola, através do aumento da concentração de capital no setor,

é quase sinônimo com o desenvolvimento mais amplo da economia Etíope segundo os documentos produzidos pelo Estado.

Talvez a melhor definição para a abordagem do Estado Etíope seja aquela adotada pelo próprio: o nome de sua estratégia econômica é ‘Industrialização Guiada por Desenvolvimento Agrícola’, conhecida pela sigla ADLI (de *Agricultural Development-Led Industrialization*). Adotada em 1993, durante o governo provisório que assumiu após a queda do Derg, a ADLI foi oficialmente continuada por cada gabinete desde então, constituindo assim o paradigma de desenvolvimento do Estado Etíope por um quarto de século. Oficialmente, a ADLI nasceu como uma resposta às limitações das estratégias de administrações anteriores, como a do Derg (1974-1991), em que foram privilegiadas grandes fazendas coletivas. A ADLI, por sua vez, teria como foco a valorização dos pequenos agricultores, através do fornecimento de treinamento e cursos de extensão, facilitação de acesso a microcrédito e insumos agrícolas (LAVERS, 2012). O objetivo, como bem explicita o nome da estratégia, é de atingir a industrialização com o desenvolvimento da agricultura, por meio de ganhos de produtividade da terra que preservem o emprego. O aumento da produtividade além do consumo familiar gera maiores excedentes e incentivos para a comercialização, que por sua vez geram uma maior renda para os agricultores e a criação de um mercado de consumo. A consequência é o crescimento da indústria e do trabalho industrial, necessitando de mais alimentos e insumos derivados da agricultura, o que motiva novos investimentos na agricultura assim sucessivamente. A estratégia prevê, dessa forma, o desenvolvimento harmônico da agricultura e da indústria, no qual cada avanço retroalimenta o ciclo. Apesar disso, pode-se supor que o objetivo final do programa é o crescimento da parte relativa da indústria na economia. Como o próprio Ministério de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Etiópia (MFDE) coloca, em sua Política de Desenvolvimento Industrial, lançada em 2002 e ainda em vigor:

‘Se a estratégia [ADLI] for praticada de maneira exitosa, ela será gradualmente transformada em uma estratégia de desenvolvimento guiada pela indústria’ (MFDE, 2002, p. 3).

A ADLI, assim, procura, pelo menos em teoria, oferecer uma estratégia de desenvolvimento que seja coerente com a enorme importância da agricultura camponesa na Etiópia; estima-se que da população que trabalha no setor agrícola, cerca de 95% são pequenos camponeses, trabalhando em lotes que podem variar

entre 1 e 2 hectares (STAPLETON, 2015).

A estratégia possui, porém, limitações evidentes, não explicando por exemplo de onde viriam os trabalhadores que construiriam a indústria. Historicamente, processos de industrialização foram possibilitados por populações rurais empobrecidas em busca de trabalho em áreas urbanas. O crescimento populacional expressivo da Etiópia, consistentemente entre 2,7 e 2,9%, pode oferecer parte da resposta, mas em um contexto em que três quartos da população vivem no campo, a melhora das condições de vida nesse mesmo campo, meta da ADLI, não constitui incentivo para o aumento do proletariado urbano. A ideia de que, mesmo com o aumento da renda no campo, o trabalho industrial pode ser ainda mais atraente e, assim, ser um chamariz para a população jovem encontra eco nas publicações da Agência de Transformação da Agricultura (ATA), do Estado Etíope. De acordo com a agência, ‘O cultivo mecanizado irá poupar o trabalho dos fazendeiros e permitir a seus filhos buscar oportunidades de emprego fora da fazenda’ (ATA, 2017). Isso, porém, desloca novamente a tensão para a rentabilidade do setor industrial, uma vez que a renda dos trabalhadores neste setor teria que crescer ainda mais do que a renda no setor agrícola.

4.1.3.

A evolução da ADLI e a crescente importância do capital estrangeiro na estratégia de acumulação de capital

Na prática, como pode se esperar de uma política em aplicação por tão longo período, a ADLI sofreu modificações substanciais ao longo do tempo, particularmente quando são considerados os planos periódicos do Estado Etíope. Esses planos plurianuais possuem diferenças de ênfase; é instrutivo, por exemplo, comparar seus nomes. O plano adotado no período de 2002 a 2005 intitulava-se ‘Programa de Desenvolvimento Sustentável e Redução da Pobreza’, enquanto aquele para o período 2010-2015 tem o nome de ‘Plano de Crescimento e Transformação’.

Em larga medida ausente da formulação original da ADLI, a referência ao capital estrangeiro aparece já no PDSRP como possível apoio ao ‘setor privado não-camponês’, com a promessa feita pelo Estado de alocação de terras para a agricultura comercial para empreendedores estrangeiros desejosos de estabelecer ‘fazendas comerciais de grande escala’ (MFDE, 2002).

No 2o PCT (para o período 2015-2020), essa ideia de arrendamento de terras para estrangeiros já tinha evoluído para um dos cinco pilares principais da estratégia para a agricultura; o documento trazia, além disso, a prioridade de que os produtos sejam ‘principalmente para a exportação ou para uso como matérias-primas na indústria’ (MFDE, 2015, p. 55). O documento apresenta também como prioridade a atração dos investimentos para as áreas de planície, ‘onde existe terra abundante’ (MFDE, 2015, p. 54). Essa especificação é importante, e será retomada depois. Finalmente, o documento traz o comprometimento explícito do governo com uma meta de quantidade de terras a serem transferidas: 3 milhões de hectares.

Estes documentos mostram a evolução do pensamento do Estado Etíope sobre a aquisição internacional de terras, que ganha um lugar progressivamente mais central em sua estratégia de desenvolvimento econômico.

Alguns aspectos dessa evolução podem ser ressaltados. Em primeiro lugar, a guinada para a preferência pelo investimento estrangeiro precede em alguns anos o período de maior intensificação da aquisição internacional de terras, o que mostra que havia interesse do Estado Etíope pela alocação de terras para o capital internacional antes que o mesmo tivesse se manifestado em peso. Esse esforço do Estado Etíope recebeu um impulso posteriormente, como mostram as metas do 2o PCT, o que pode ser entendido como consequência da grande atração de investimento em anos anteriores.

Essa inflexão na política de ADLI - de um foco na melhora da produtividade de pequenos agricultores para o estímulo à grandes projetos financiados pelo capital internacional - recebeu algumas interpretações. Pode ser entendida como um redirecionamento devido ao sucesso modesto da primeira década da ADLI (LAVERS, 2012), ou ainda como uma reforma para garantir que a Etiópia tenha divisas internacionais suficientes para os anos de crise alimentar e para resistir a choques externos.

A integração da Etiópia à economia internacional, com as vulnerabilidades que isso traz, poderia assim explicar essa mudança de orientação; além disso, a atração do capital externo serviria de compensação para a insuficiência de capital na economia etíope, servindo assim como gatilho para seu desenvolvimento industrial endógeno. Uma outra forma de avaliar essa transformação é por meio de uma comparação com outras transformações de ordem política na Etiópia no mesmo período, particularmente aquelas conectadas à terra. É nesse sentido que se torna útil

observar a ênfase dada pelo Estado ao arrendamento de terras nas áreas de planície e o que isso significa no contexto histórico da Etiópia.

4.2.

A confluência entre a aquisição de terras e as políticas para a terra do Estado Etíope

Nesta seção, serão analisadas as aquisições internacionais de terras na Etiópia a partir de sua interação com outras políticas de Estado para o uso da terra, a saber, a política de reassentamento voluntário. Conforme visto no último capítulo, o Estado Etíope já havia realizado política semelhante na década de 1980. O reassentamento recebeu novo impulso a partir de 2003, coincidindo, portanto, com o contexto de elaboração de documentos de governo que incentivavam a aquisição de terras e na grande expansão das mesmas a partir daquele ano.

4.2.1. Contrastes regionais nas aquisições de terras e reassentamento: A ênfase nos povos pastoris

Uma rápida análise dos arrendamentos de terras feitos na Etiópia revela uma considerável concentração geográfica. De fato, quase dois terços dos projetos estão concentrados em apenas três regiões: Oromia, Gambela e a RNNPS. O caso de Gambela, que recebe quase 20% dos projetos, é particularmente chamativo por se tratar de uma região relativamente pequena; de fato, estima-se que 42% de todo o território de Gambella já tenha sido arrendado para investidores estrangeiros (IGEBRETSSEN, 2017). Essa diferença não pode ser exatamente atribuída a fatores como disponibilidade de espaço: considerando-se esta como estando conectada à densidade populacional, a região Amhara recebeu projeto equivalentes a 20 mil ha, tendo uma densidade populacional de 117 habitantes por km². Oromiya, por sua vez, tendo uma densidade populacional apenas um pouco mais baixa, de 105 hab/km², teve mais de 200 mil ha alienados. A RNNPS, com densidade populacional maior que Amhara (152), teve 4 vezes mais terras adquiridas (LAVERS, 2012). A taxa de urbanização da população pouco difere, tampouco, entre as regiões, atingindo 9,2% em Oromiya e 7,5% em Amhara, o que indica uma alta proporção da população no meio rural para ambas as regiões, e que em teoria deixa menos terras disponíveis para projetos de aquisição de terras (SCHMIDT &

KEDIR, 2009).

A diferença fundamental, porém, é do tipo de agricultura praticada: conforme apresentado no capítulo anterior, enquanto as regiões do norte, como Amhara e Tigray, são marcadas pela agricultura sedentária, as regiões do sul, oeste e leste são historicamente marcadas pela agricultura nômade e pelo pastoreio.

A guinada do governo Etíope para uma posição mais favorável ao capital internacional coincide com a retomada, em Gambella, da política de reassentamento, que já havia sido realizada na década de 1980, durante o governo do Derg. A política de reassentamento, instituída em 2003 a um custo inicial de US\$ 220 milhões por ano, tem como objetivo declarado melhorar a segurança alimentar das populações contempladas ao deslocá-las para novos vilarejos aonde, em teoria, as terras seriam mais férteis; outro objetivo seria de facilitar o acesso a serviços básicos, como escolas, hospitais e o aprovisionamento de água (IRIN, 2004). Os novos vilarejos são localizados nas suas próprias regiões e podem receber centenas de pessoas¹⁵, o que diferencia essa política das tentativas de reassentamento praticadas na década de 1980, que levavam camponeses sobretudo da área do Planalto Etíope para as planícies do sul, e a aproxima assim da política similar de *villagization*, também implementada na década de 1980 (DAVISON, 2011) Outra diferença da atual política de reassentamento para sua versão anterior é de que ela seria aplicada com base em voluntariado¹⁶.

O reassentamento é focado em pequenos agricultores, muitos dos quais possuem um estilo de vida nômade, além de pastores (ABBUTE, 2003). Ele está, ademais, sendo praticado nas regiões do sul, oeste e leste da Etiópia, onde existe uma população significativa de pequenos agricultores nômades e pastores, diferentemente do norte da Etiópia, dominada pela agricultura sedentária em pequenos lotes; isso evidencia seu foco nesse tipo de trabalhador do campo (ISCI,

¹⁵A ideia é agrupar a população em assentamentos maiores, de 500 a 600 pessoas, em nome da eficiência de provisão de recursos; as comunidades pastoris, como as dos Nuer, costumam reunir poucas dezenas de pessoas.

¹⁶No geral, a política de reassentamento no período do Derg se concentrava sobre a população do norte, enviada para novos assentamentos no sul, enquanto que a política de *villagization* se concentrava sobre a população do sul, que era realocada em vilarejos maiores na própria região. A política de reassentamento iniciada nos anos 2000, embora caracterizada como *reassentamento*, tem mais em comum com a *villagization*. A associação das duas políticas no imaginário popular dificulta uma separação clara - agricultores na Etiópia utilizam o termo *Sefera* (Amhara para 'assentamento') para se referir ao programa de *villagization*, embora esse seja o nome do programa de reassentamento (Ver Survival International, 1988). Dessa forma, optei por traduzir o novo programa como 'reassentamento'.

2014). A população contemplada pertence a grupos étnicos variados, distribuídos segundo as regiões do programa: são Anuak, Nuer, Arsi e Somali, além de Oromo. A etapa mais recente do programa, iniciada em 2013, pretende reassentar 1,5 milhão de pessoas nas regiões de Gambela, Afar, Somali e Benishangul-Gumuz (HRW, 2012). Pode-se questionar em que medida uma meta de número de pessoas reassentadas pode coexistir confortavelmente com uma seleção com base em voluntariado.

De fato, evidência coletada por grupos de defesa dos direitos humanos indica que o reassentamento vem ocorrendo em bases forçadas. Fontes locais apontam que, após recusarem a proposta de reassentamento em um encontro com autoridades locais, a reunião seguinte contou com a presença do Exército, da polícia e de milicianos armados. Lideranças políticas locais que se opuseram ao reassentamento foram presas. Em muitos casos, no dia marcado para o reassentamento, o Exército também se faz presente, e obriga a população inteira a se deslocar. Foram denunciados, ainda, casos de espancamentos e tortura de pessoas que se opuseram ao reassentamento, e de vilarejos sendo incendiados por tropas do governo (HRW, 2012).

Nos novos vilarejos também a promessa de novos serviços não se concretizou. Escolas e clínicas de saúde prometidas à população chegaram a ser construídas, mas não entraram em operação. Além disso, a terra nos novos vilarejos em muitos casos não foi preparada para o cultivo, de modo que esse trabalho também recaiu sobre a população reassentada. A falta de provisão de recursos e serviços básicos nos novos vilarejos, objetivo declarado do programa, estimula dúvidas sobre se essa é a verdadeira prioridade na política de reassentamento (HRW, 2012).

De fato, as populações reassentadas frequentemente acusam o Estado de deslocá-las com o objetivo de abrir espaço para os projetos de aquisição de terras de investidores estrangeiros. Quando se considera a grande proporção de terras arrendadas em regiões como Gambela, que atingem 42% da superfície total da região, parece de fato improvável que pelo menos um parcela da terra previamente utilizada por populações locais não tenha tido esse destino; a perspectiva se agrava quando se considera que o programa prevê que 225 mil pessoas, mais de dois terços da população total de Gambela, está prevista de ser reassentada (IGEBRETSSEN, 2017).

Em testemunhos, Anuaks de Gambela apontaram a conexão entre as aquisições de

terra e o processo de reassentamento: ‘Nos foi dito que a nossa terra seria utilizada pelos montanheses¹⁷ para plantar arroz. Isso nos foi dito pelo governo quando eles vieram.’ Em outros testemunhos, a conexão com a aquisição por estrangeiros é enfatizada: ‘Nós queremos que o mundo ouça que o governo trouxe os Anuak aqui para morrer. Eles não nos trouxeram comida, deram nossa terra para estrangeiros então nem podemos voltar’. (HRW, 2012)

Esses testemunhos da população local são corroborados por estudos que mostram uma correlação forte entre terras anteriormente ocupadas por vilarejos Anuak e os terrenos onde a exploração agrícola já começou. Em Gambela, algumas dos distritos em que foram iniciados projetos por investidores estrangeiros, como os woreda¹⁸ de Abobo, Itang e Gog, correspondem exatamente às regiões visadas pelo programa de reassentamento. Usando imagens de satélite, pesquisadores da AAAS cruzaram imagens da antiga localização dos vilarejos Anuak com campos em regiões próximas. O acompanhamento das imagens ao longo de quatro anos em três localidades em Gambela mostra o desaparecimento do antigo vilarejo, a construção de aglomerações mais densas em regiões próximas e, principalmente, a conversão das terras na primeira localidade para o cultivo intensivo (AAAS, 2011).

Existe, dessa forma, uma conexão entre o programa de reassentamento e as aquisições internacionais de terra. Essa evidência vai de encontro às declarações do Estado Etíope, que são inequívocas em apontar que as terras negociadas com investidores estrangeiros são despovoadas e virgens: ‘A maioria dos Etíopes vivem no planalto’, diz Metasebia Tadesse, conselheira na embaixada Etíope em Nova Délhi. ‘O que nós estamos arrendando são terras baixas e estéreis. [...] São terras completamente desabitadas. Não há evacuação ou deslocamento de pessoas’ (NALEPA, 2013). Os testemunhos e evidência fotográfica mostram, contudo, que as terras não estão vazias - elas precisam ser tornadas vazias, para que os projetos possam ter início.

¹⁷NB: Trad. de *Habesha*, o termo utilizado pelas populações do sul para se referir aos habitantes do Planalto Etíope.

¹⁸Woreda é uma palavra Amhara que designa a divisão administrativa dos distritos. Administrativamente, o Estado Etíope é dividido em 11 Kililoch ou regiões (sendo 9 regiões étnicas e duas cidades autônomas, Dire Dawa e Adis Abeba), as quais são subdivididas em 770 Woreda, dos quais cerca de 100 são urbanos e 670 são rurais. Estes são subdivididos em Kebeles, palavra Amhara que significa "vizinhança". Cada Kebele reúne um limite mínimo de 500 famílias. Cada cidade de pelo menos 2 mil habitantes possui pelo menos um Kebele.

4.2.2.

O reassentamento como mecanismo de controle da população pastoril

O conflito de versões entre o governo Etíope e a população local evidencia o conflito entre um Estado, instituição baseada na coleta de impostos de uma população sedentária (estilo de vida que torna muito mais fácil o controle da população e a extração regular de excedente, por meio do exercício do monopólio da violência); de outro, uma população principalmente pastoril e nômade, com um uso muito mais bissexto do território. Essa fluidez das populações pastoris, ainda por cima espalhadas em pequenos grupos por grandes extensões de terra¹⁹, dificulta seu enquadramento pelas ferramentas estatísticas e securitárias do Estado e, conseqüentemente, a extração de excedente. As populações pastoris, como os Anuak, os Nuer, os Somali e parte dos Oromo, apresentam assim um desafio ao poder e autoridade do Estado Etíope, além de um desafio de ordem econômica: dificultam o esforço do Estado de captar os recursos de seu território - tanto os recursos naturais como os humanos - para a produção de excedentes econômicos, em um quadro de reprodução ampliada da acumulação de capital.

Esse desafio é ainda maior uma vez que se considera que a economia pastoril das planícies do sul da Etiópia, voltada para a autossuficiência, é muito fracamente monetarizada; os pastores, de modo geral, participam da economia de mercado com pouca frequência, geralmente apenas quando é vantajoso ou necessário vender seu gado aos montanhese, de modo que possam conservar uma reserva de valor para os tempos de escassez; sua participação não visa à acumulação monetária como um fim em si mesmo. Dessa forma, também pela ótica do fornecimento de insumos excedentes à economia, sua contribuição é limitada; sua baixa interação com o restante da economia tampouco permite que contribuam para a expansão de um tecido de trocas e acumulação.

Essa relação entre o Estado e a população pastoril se expressa nos muitos programas criados pelo Estado e voltados para essa população. Exemplos, além do próprio reassentamento, incluem outras tentativas de sedentarização, como o projeto Pastoral Community Development (PCD), financiado pelo Banco Mundial. O objetivo do programa é o de ‘diversificar as atividades’ econômicas dos pastores e

¹⁹Os pastores, na Etiópia, correspondem a 14% da população, enquanto sua área de pasto equivale a cerca de 60% do território. Ver Anbessa (2015).

integrá-los ao sistema financeiro através de crédito (BANCO MUNDIAL, 2013). Esses esforços devem, no entanto, ser entendidos como formas de modificar o estilo de vida pastoril pela adoção de formas de cultivo sedentárias, além de torná-las ‘visíveis’ pelo sistema financeiro. ‘No longo prazo, o governo quer apoiar os pastores a seguir vidas sedentárias ao longo da margem de rios’, diz Assefa Tewodros, coordenadora do PCD (DAVISON, 2011). As intervenções do Estado devem ser entendidas em um contexto em que o modo de vida pastoril é considerado como inerentemente vulnerável pelo Estado, consequência de sua natureza ‘arcaica’ por oposição à modernidade representada pela sedentarização, urbanização e industrialização. Isso torna-o passível de intervenções, para corrigir esse modo de vida e colocá-lo no caminho do desenvolvimento (ANBESSA, 2015).

De fato, a existência pastoril e agrícola-nômade de povos como os Nuer e os Anuak sofre de uma dupla intervenção: de um lado, a perseguição agressiva de sua cultura e modo de vida, por um Estado constituído por populações e culturas sedentárias e representando o interesse das mesmas; de outro, a intervenção teoricamente benéfica que deriva de uma condescendência para com suas condições materiais, e que trata a existência pastoril como consequência de situações ambientais adversas. Essa condescendência motiva tentativas de transformar o estilo de vida pastoril, através de sua sedentarização e integração na economia de mercado, o que garantiria um padrão de vida mais elevado. Não existe, no entanto, evidência empírica de que um modo de vida sedentário, por si só, leve a condições de vida melhores ou a uma menor vulnerabilidade (ANBESSA, 2015).

Pela perspectiva da acumulação, porém, a população pastoril apresenta ao Estado, além de um desafio, uma oportunidade. A sua existência fora da economia de mercado e consumo significa que os pastores não podem ser incorporados à essa economia por meio do próprio mercado. É necessária, assim, a intervenção do Estado, e especificamente o uso da força, para integrar os pastores à economia. A oportunidade, pela perspectiva de acumulação do capital, advém do fato de que é possível, pelo uso da força, desapropriar populações de seus meios de produção e de sustento.

O reassentamento apresenta exatamente esse cenário: as populações reassentadas perdem suas terras e seu gado, os meios de produção para seu sustento; perdem o conhecimento que tinham do espaço em que moravam ao serem reassentados, ocasionando custos de informação e uma perda de referenciais; perdem redes locais

de apoio e solidariedade ao serem colocadas em contextos radicalmente diferentes, com centenas de outras pessoas em novas aldeias. Desprovida de seus meios de produção diretos e de toda forma indireta de apoio à sua existência, na forma de conhecimento e laços sociais, a população reassentada passa a ter apenas uma forma de obter o seu sustento: a venda de sua força de trabalho.

O desespero ocasionado pela perda de seu meio de vida, a desorientação pela mudança de local e de condições de vida também contribuem, sem dúvida, para que a incorporação dessa população ao novo mercado de trabalho assalariado se dê em bases menos vantajosas para si e mais vantajosas para o capital, reduzindo seu poder de barganha e tornando-a mais suscetível a aceitar salários mais baixos, para recuperar pelo menos parte de seu antigo padrão de vida.

A competição nos novos vilarejos, consideravelmente maiores que as antigas comunidades pastoris, é outro fator que pode reduzir o poder de barganha e os salários dessa população: todos nos novos vilarejos passaram pela mesma situação, de modo que todos competem pelas mesmas e escassas oportunidades de emprego. Os fatores psicológicos já mencionados, mais o aumento de oferta de trabalho, estimula uma ‘corrida para baixo’.

O impacto quantitativo do reassentamento no padrão de vida das populações impactadas é apenas estimado, uma vez que, por definição, essas populações estavam situadas à margem da economia de mercado, de modo que seu padrão de vida antes do reassentamento é dificilmente mensurável em termos monetários. No entanto, os poucos indícios existentes apontam para uma deterioração do padrão de vida. Pesquisas realizadas entre comunidades em Gambela indicam que os salários pagos aos trabalhadores sazonais, contratados entre a população reassentada, ficavam em 12 Birr por dia em 2011, o que à época equivalia a cerca de US\$ 0,7 (RAHMATO, 2011; XE, 2018). Isso equivale a um valor mensal de 288 Birr, muito inferior ao valor médio pago a agricultores na Etiópia, de 690 Birr²⁰ (MELESE, 2017). Significativamente, é também mais baixo que o valor pago a pessoas no programa de assistência social produtiva PSNP, criado pelo Estado para fornecer uma renda emergencial em troca de trabalho para populações afetadas por desastres naturais e por fome (RAHMATO, 2011). Uma vez que o PSNP existe para responder a situações de extrema vulnerabilidade e insegurança alimentar entre a

²⁰Considerando-se uma semana com um dia de descanso e uma média de 24 dias de trabalho por mês.

própria população pastoril, pode-se imaginar que um salário mais baixo que este dificilmente corresponde às condições regulares de vida dessa população.

Dessa forma, a incorporação da população pastoril à economia de mercado, no contexto do reassentamento, conduz à integração de um contingente de assalariados na economia como um todo com uma tendência a barganhar menos e aceitar salários menores; o impacto disso para o restante dos trabalhadores etíopes não foi medido, no entanto a tendência é de que o quadro de competição vivido nas aldeias se repita na economia como um todo, com a disputa entre os trabalhadores já estabelecidos no mercado e os novos trabalhadores, incorporados por espoliação, pelo mesmo estoque de empregos leve a uma tendência de redução do salário real.

Essa lógica se estende à terra. Antes situada fora da economia de mercado, a terra se transforma em fator de produção para os projetos de agricultura de grande extensão, passando a existir na economia enquanto uma *mercadoria* e se somando ao estoque de capital do país. A incorporação de capital a essa terra, pelos motivos já apresentados no capítulo anterior, trará um retorno maior do que o mesmo capital aplicado às terras do Planalto Etíope, cultivadas há mais tempo e com uma maior quantidade de insumos.

A consequência, como pode se prever, é o aumento da mais-valia, a partir da redução da parte do excedente reservada para os salários. O reinvestimento dessa mais-valia ampliada possibilitará ao Estado Etíope aumentar não somente a escala - pela incorporação de mais trabalhadores e capital, de origem externa - como a qualidade de sua acumulação de capital.

Pode-se considerar, dessa forma, que a acumulação por espoliação, no contexto etíope, é uma aplicação de meios extra-econômicos - a coerção e violência - com finalidades econômicas, a acumulação em si (LEVIEN, 2011).

O processo não fica sem lembrar os cercamentos ingleses, descritos por Marx em *O Capital*:

Como exemplo dos métodos dominantes no século XIX, bastam aqui os “clareamentos” realizados por ordem da duquesa de Sutherland. Essa pessoa, instruída em matérias econômicas, decidiu, logo ao assumir o governo, aplicar um remédio econômico radical, transformando em pastagens de ovelhas o condado inteiro, cuja população já fora reduzida a 15 mil em consequência de processos de tipo semelhante. De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, aproximadamente 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todos os seus vilarejos foram destruídos e incendiados; todos os seus campos transformados em pastagens. Soldados britânicos foram incumbidos da execução dessa tarefa e entraram em choque com os nativos. Uma anciã morreu queimada na cabana que ela se recusara a abandonar (MARX, 2013, p. 977).

A esse processo - o exercício político do poder com fins econômicos - deve-se somar um outro processo, de exercício político do poder com fins políticos. Ambos os processos estão, contudo, fortemente relacionados; para analisar essa relação, será necessário retornar às relações entre os povos que habitam as regiões onde ocorre a aquisição de terras, de um lado, e o centro do Estado Etíope, de outro.

4.3.

O contexto político Etíope e a aquisição de terras

Conforme explorado nas seções anteriores, a aquisição de terras tem um papel fundamental nas iniciativas do Estado Etíope de ampliar seu controle sobre as populações nômades e pastoris do país, privando-as de sua base econômica; enfraquecidas, são sedentarizadas, tornando-se 'visíveis' e administráveis pelo Estado. O desenho das políticas convergentes de aquisição de terras e de reassentamento estão fortemente relacionadas com uma política deliberada de maior centralização do Estado, que se intensificou na segunda metade da década de 1990. Essas políticas dependem dessa centralização tanto quanto contribuem para a mesma. A análise desse contexto faz necessário que retornemos, inicialmente, para a queda do Derg em 1991 e para a emergência do grupo político que viria a se consolidar no poder, o Ehadig.

4.3.1.

O papel da política regional e sua evolução

No final da década de 1980, o Derg - o regime militar marxista que governava a Etiópia desde 1974 - enfrentava uma dúzia de grupos diferentes, a maioria de inspiração étnica (OFCANSKY; BERRY, 1994). Dessa forma, entre os muitos adversários do Derg, estavam grupos como a Frente Popular de Libertação de Tigray (FPLT), que fazia referência à região, povo e idioma de Tigray, no norte da Etiópia; a Frente de Libertação Oromo (FLO), que fazia referência ao povo Oromo, que habitava o centro-sul da Etiópia, entre o Planalto Etíope e as planícies do sul; e a Frente de Libertação Afar (FLA), da região desértica de Afar, no nordeste do país. Outros grupos, apesar de não conterem uma etnia no nome, eram fortemente identificados com uma etnia: assim, os Anuaks que faziam oposição ao governo do Derg se congregavam no Movimento Popular de Libertação de Gambela (MPLG). Em 1988, os principais grupos paramilitares – a FPLT, o Movimento Democrático

dos Povos do Sul da Etiópia (MDPSE, representando várias etnias minoritárias do sul, como os Sidama e Welayta), o Movimento Democrático do Povo da Etiópia (MDPE) e a Organização Democrática do Povo Oromo (ODMO), criada pela FPLT para competir com a FLO – se uniram para criar a Frente Revolucionária Democrática Popular Etíope, ou FRDPE, ou ainda 'Ehadig'.

A importância da identificação étnica pode ser notada nos grupos que compõem o Ehadig, embora o seu próprio nome não remeta diretamente a elas. De fato, o MDPE posteriormente mudou seu nome para fazer referência ao povo Amhara, tornando-se o Movimento Democrático Nacional Amhara (MDNA) (VAUGHAN, 2003).

Em 1990, as forças do Ehadig expulsaram as tropas do governo das regiões de Tigray e Amhara; em maio de 1991, o líder do Derg, Mengistu Haile Mariam, fugiu para o Zimbábue, e o regime do Derg chegou ao fim.

O Ehadig inicia então um governo de transição, contando inclusive com a participação da FLO. Essa tentativa de um governo 'ecumênico' ocorre no contexto da secessão da Eritreia, onde a Frente de Libertação da Eritreia vinha conduzindo uma luta independentista desde a década de 1960. Em um esforço de reconciliação nacional, a 'Carta Transicional', aprovada em junho de 1991, reconhecia não somente os direitos dos povos minoritários, como até o direito à secessão. Esse esforço envolve também um certo grau de partilha de poder, uma vez que a FLO obtém ministérios importantes, como o da Agricultura e da Informação (VAUGHAN, 2003).

O caráter multiétnico da nova ordem política é reafirmado com a criação de uma Comissão Fronteiriça, que cria novas regiões com base nas identidades étnicas em janeiro de 1992. Eleições são, então, marcadas para junho de 1992 (VAUGHAN, 2003).

O contexto político começa, então, a se alterar. As forças do Ehadig, convertidas desde julho de 1991 em exército nacional (com o consentimento da FLO), haviam sido realocadas para o sul do país. Nessa campanha, o exército começou a realizar um trabalho de base, criando as chamadas ODPs (Organizações Democráticas Populares, nome genérico dado aos partidos locais que somavam, a essa sigla, uma identidade étnica). No período que precedeu as eleições, o Ehadig criou também um programa de formação política, o Tatek, destinado a formar lideranças locais favoráveis. Essas ações do Ehadig foram vistas como uma quebra do pacto do

governo de transição pela FLO; os primeiros confrontos se iniciaram antes mesmo das eleições. Na sua véspera, a FLO se retirou do governo de transição. O confronto militar, àquela altura, era inevitável: em três semanas, a Ehadig demonstrou seu poder, capturando 30 mil combatentes da FLO (VAUGHAN, 2003).

As eleições foram eventualmente realizadas, e as ODPs estabelecidas pelo Ehadig sagraram-se vencedoras em várias regiões. Como forma de protesto pelo que viam como a interferência do Ehadig nas eleições, partidos menores deixaram o governo de transição. Se a intenção da manobra era privar o Ehadig de legitimidade, a estratégia fracassou: em 1994, as eleições para a assembléia constituinte foram dominadas por candidatos do Ehadig, que elegeu 463 dos 544 constituintes. Significativamente, haviam sido banidas das eleições organizações que se utilizavam de violência, o que excluía a FLO, e, de forma mais vaga, organizações que pregavam o ódio interétnico (VAUGHAN, 2003).

A nova constituição reconhecia o direito de secessão dos povos, mas àquela altura, as regiões, divididas segundo critérios étnicos, eram governadas por partidos que integravam o Ehadig. Em maio de 1995, eleições parlamentares deram a vitória a Meles Zenawi, que se tornou primeiro-ministro da Etiópia, posição que manteve até sua morte em 2012. A hegemonia do Ehadig, dessa forma, se consolidou pelas duas décadas seguintes.

A constituição de 1995 sacramentou a transformação da Etiópia em uma república guiada por um modelo de “federalismo étnico”. Em substituição às antigas regiões, cujas fronteiras eram herdadas dos antigos domínios nobiliárquicos da época do Império, a constituição de 1995 dividiu o país em bases étnicas: dessa forma, a região ocupada majoritariamente pelo povo Amhara deu origem à região administrativa Amhara, a região ocupada majoritariamente pelo povo Oromo deu origem à região administrativa Oromo, e assim sucessivamente. Nota-se, porém, a existência de regiões marcadas por considerável multiplicidade étnica, como as regiões de Benishangul-Gumuz, Gambela e a Região das Nações, Nacionalidades e Povos do Sul, cujo próprio nome é indicativo de sua pluralidade (ADEGEHE, 2009).

O federalismo étnico em teoria identifica nas excessivas tentativas de centralização, realizadas pelo governo imperial e pelo Derg, o problema que levou ao surgimento de conflitos interétnicos na Etiópia; tal problema era agravado pela dominação da máquina pública por uma etnia, a Amhara. Dessa forma, o ressentimento contra o

governo central adquiriu, ao longo dos anos do império e do Derg, também marcas de uma contestação dessa dominação étnica. O federalismo étnico, assim, procura desarmar a tensão da ocupação do espaço político ao multiplicar as instâncias desse espaço, com autonomia considerável concedida às regiões em matéria orçamentária, administrativa e educacional. Cada região conta com uma assembléia regional, e os principais partidos de cada região contam também com representação no parlamento nacional (VAUGHAN, 2003).

É possível, porém, enxergar na abordagem do Ehadig traços tanto de centralização como de federalismo. O Ehadig reconhece, por um lado a dominação dos partidos regionais étnicos em suas respectivas regiões; estes são, por outro lado, todos partidos que ou integram o Ehadig ou são aliados do mesmo a nível federal.

Essa divisão de poder não foi obtida sem problemas; primeiramente, como vimos, ela passou pela exclusão dos rivais do Ehadig da divisão do poder, a começar pela FLO, substituída dentro do Ehadig pela OPDO como representante do povo Oromo. Em segundo lugar, ela passa por um controle bastante estrito pelo Ehadig do processo político nas regiões onde sua coalizão não exerce dominação direta. Isso se dá sobretudo nas regiões multiétnicas, em que vários grupos disputavam a hegemonia quando da luta contra o Derg.

Essa interferência do governo central nos processos políticos locais se intensificou na segunda metade da década de 1990, a partir da criação do Escritório de Assuntos Regionais (EAR). Esse escritório enviava ‘conselheiros’, selecionados pelo governo federal, para as regiões. Esses conselheiros exerciam considerável influência política; toda decisão importante precisava passar por seu crivo. De fato, o Escritório de Assuntos Regionais pode ser entendido como uma continuação da prática, estabelecida pela FPLT em 1992, de também enviar conselheiros para as regiões, com poderes executivos diretos. O secretário do EAR era, assim, um membro graduado da FPLT. O resultado, assim, era que o controle dos assuntos políticos pelos partidos regionais em suas respectivas regiões não era maior do que no antigo sistema unitário (ADEGEHE, 2009).

Em cada uma das regiões periféricas da Etiópia - que podemos identificar como as regiões situadas fora do eixo Amhara-Tigray, que compunha o antigo núcleo político do império - é possível apontar circunstâncias em que, após um período de maior autonomia, o Ehadig agiu para reestabelecer a tradicional assimetria entre Addis Abeba e essas regiões, e ampliou sua autoridade sobre as instâncias de

governo regionais. Essa atuação do governo central da Etiópia transformou inequivocamente os mecanismos de representação regional e étnica previstos na constituição de 1994, reduzindo consideravelmente a margem de atuação e autonomia dos mesmos com relação ao governo central. Pode-se elencar alguns exemplos que demonstram a evolução dessa relação entre o governo central e os governos regionais.

Em 1996, esse arranjo leva à deterioração das relações entre o governo central e o Movimento Popular de Libertação de Benishangul (MPLB), que até então controlava a região. Isso leva ao estabelecimento de uma conferência de diálogo entre o Ehadig e o MPLB, organizada pelo EAR. A conferência logo se revelou uma farsa, contudo, em que o Ehadig ordenou que o MPLB se livrasse dos ‘simpatizantes da FLO’ em suas fileiras; foi também efetivada a exclusão do processo político de membros da MPLB que praticassem ódio interétnico. O próprio poder do Ehadig em determinar a expulsão de membros de outros partidos demonstra até que ponto essa relação é hierárquica (ADEGEHE, 2009).

A conferência levou a um racha no MPLB; parte de sua liderança aceitou a aliança e tutela do Ehadig, e parte retornou à luta armada contra o governo central. O Ehadig ordenou também uma reestruturação dos outros partidos da região: os resquícios do MPLB foram convertidos em um partido de representação da etnia Bertha, chamado ODP dos Berthas Etíopes; os partidos representando os Mao e os Komo foram fundidos. Esses dois partidos foram fundidos com os outros dois partidos restantes, representantes dos povos Gumuz e Boro-Shinasha, e foi fundada a Frente Democrática Unida de Benishangul-Gumuz, que desde então controla a região em aliança com o Ehadig. Dessa forma, o Ehadig possui considerável autoridade política sobre a divisão de poder dentro das regiões, e favorece sistematicamente seus aliados, de modo a manter esse controle (ADEGEHE, 2009). O próprio direito à secessão deve ser relativizado; na região Somali, a assembleia regional foi dominada a partir das eleições de 1992 pela Frente Nacional de Libertação do Ogaden (FNLO); a deterioração das relações com o conselho do governo federal levou a contestações cada vez maiores pela FNLO, que o Ehadig respondeu com expurgos da liderança do FNLO. A crise escalou quando, em 1994, a FNLO votou por declarar a independência da região; o governo central respondeu banindo a FNLO e estabelecendo outra agremiação política sob seu controle, o Partido Democrático Popular dos Somalis Etíopes (PDPSP) (HRW, 2008).

O processo foi semelhante na região de Afar; controlado pela FLA, o governo regional se indispôs com o Ehadig, que era crítico do islamismo militante da organização, em 1995. No mesmo ano, tropas federais atacaram a residência do líder do partido, e o Ehadig apoiou a criação da ODP Afar, que venceu as eleições regionais. A FLA permanece hoje em oposição.

Na região Oromo, a exclusão da FLO do governo, em benefício da ODPO, controlada diretamente pelo Ehadig, não significou, porém, o fim dos conflitos. De fato, a FLO continuou suas atividades insurgentes. Estima-se que, ainda em 2001, haviam 25 mil pessoas presas em Oromia e em Addis Abeba acusadas de se associarem à FLO (HRW, 2005).

Por fim, em Gambela também houveram interferências sistemáticas. Os conflitos entre etnias locais - os Nuer e os Anuak - se desdobraram em conflitos entre os grupos Movimento Popular de Libertação de Gambela (controlado pelos Anuak) e Partido Democrático da Unidade Popular de Gambela (controlado pelos Nuer) sofreu em 1998 a interferência do Ehadig, que ordenou a união dos dois partidos, o que foi realizado com a criação da Frente Democrática Popular de Gambela, sob a autoridade do Ehadig. Grupos Anuak, até então desfrutando do controle político da região em aliança com o Ehadig, formaram o grupo de resistência Militantes Anuak, que empreende uma luta armada contra o governo (TADESSE, 2007).

Ao final dos anos 1990, dessa forma, o controle das regiões periféricas da Etiópia estava assegurado pelo governo central; ao passo que o centro do poder era dividido pelos grupos que formavam a coalizão do Ehadig (com o protagonismo da FPLT), o Ehadig controlava as demais regiões por meio de uma rede de partidos afilhados. Essa configuração pode ser entendida como consequência da formação política da FPLT e dos outros partidos que combateram o Derg; sua inspiração política maoísta influenciou a concepção de ‘partidos de vanguarda’ únicos; à diferença do Derg, que procurou centralizar o poder na esfera nacional, a FPLT e os membros do Ehadig criaram uma situação em que cada etnia teria um ‘partido de vanguarda’, sua liderança natural. Esses partidos seriam fiéis ao partido de vanguarda nacional, o Ehadig.

A abordagem do Ehadig teve, porém, como outro efeito a reprodução das relações assimétricas que caracterizaram períodos anteriores da história Etíope, com um grau tênue de maior federalismo. Dessa forma, as regiões centrais - Amhara e Tigray, sobretudo - são controladas diretamente pelo Ehadig, enquanto as outras regiões

são controladas por partidos em maior ou menor grau de submissão ao Ehadig. Assim, a região Oromo, populosa, recebe o privilégio de ver seu partido integrar nominalmente a coalizão governamental, enquanto a relação do governo central com os governos de Gambela, Benishangul-Gumuz, Afar e Somali é mais diretamente hierárquica.

O restabelecimento dessa hierarquia - que, como em períodos anteriores da história Etíope, acompanha linhas étnicas, algo que a nova divisão de regiões salientou mais do que nunca - não foi, no entanto, pacífico; de fato, a atuação de grupos armados de inspiração étnica, que provocou a queda do Derg e que havia diminuído na primeira metade dos anos 1990, recrudesceu na segunda metade da década à medida que o governo aumentou seu controle sobre as regiões (e, conseqüentemente, sobre as etnias que as habitavam).

4.3.2.

A construção de um Estado centralizado

A guinada do Ehadig na direção de mais centralização pode parecer contra-intuitiva, uma vez que as frentes de libertação que o compõem surgiram exatamente como uma reação contra a excessiva centralização do Estado imperial e do Derg, e na posição privilegiada que os Amhara ocupavam. Vaughan (2003) conecta a reorientação do federalismo étnico para uma direção mais centralizadora com a independência da Eritreia. Embora acordada com as novas elites dirigentes do Ehadig - a FPLT e a FPLE foram aliadas na luta contra o Derg e até entraram juntas em Addis Abeba em 1991 - a perda do território da Eritreia, tornada independente *de jure* em 1993, dividiu o governo, provocando a perda, para a Etiópia, de seu acesso ao mar. A independência da Eritreia teria, assim, sinalizado a importância de manter o país unido, de modo a evitar uma fragmentação ainda maior, com a secessão dos diferentes grupos étnicos. A guinada para a centralização, empreendida pelo Ehadig a partir de 1992 e com maior intensidade após 1995, seria, para Vaughan, uma resposta do Ehadig para setores da classe média urbana e nacionalista, que não havia apoiado a independência da Eritreia e via no federalismo uma continuação desse processo de desagregação.

Vaughan identifica também no contexto do final da década de 1990, marcado pela Guerra Etiópia-Eritreia (1998-2000), uma segunda transformação da percepção da liderança Etíope sobre o federalismo e as prerrogativas de auto-determinação e

secessão que ele representava; o advento da guerra teria levado essas lideranças a enfatizarem a importância da unidade dos povos. É possível interpretar essa transformação, principalmente no contexto do fracasso das negociações fronteiriças entre a Etiópia e a Eritreia (transcorridas entre 1993 e 1997, e que agiram como catalisador para a guerra), como uma reação contra a percepção do fracasso da elite Etíope em manter uma Eritreia independente, mas amigável e sob o seu controle. Nesse sentido, toda perspectiva de uma secessão tranquila e amigável do Estado Etíope se tornava ainda mais remota.

Essa explicação pode ser conectada à reorientação da estratégia econômica do Estado Etíope de maneiras diversas e complementares.

A deterioração da relação com a Eritreia e a guerra prejudicaram a integração internacional da Etiópia, principalmente a partir do momento em que o país recusou o resultado da arbitragem internacional promovida pela ONU em 2002, que reconhecia parte do território disputado entre os dois países como de posse da Eritreia (ONU, 2005). A partir desse momento, o acesso da Etiópia ao mar é comprometido, com a Eritreia fechando suas fronteiras ao país. Isso pode ser um dos elementos que levou o país a buscar por novas formas de realizar sua inserção internacional, incluindo pela promoção do investimento estrangeiro direto, já que seu acesso ao comércio internacional estava dificultado.

Além disso, a concretização do processo de centralização das regiões periféricas sob a autoridade do Ehadig por meio de uma rede de partidos afilhados coincide com esse período; há, logo depois, o início de um processo de intensificação do controle da população e do território dessas regiões pelo governo central, pela promoção de políticas de reassentamento e ampliação das aquisições de terra. Isso permite a ideia de que o controle político, no sentido de suas instituições, dessas regiões era uma condição de possibilidade para o controle político de seus territórios, populações e recursos, garantido por meio da sedentarização. Esta forma de controle, por sua vez, seria uma forma não somente de ampliar a base de acumulação expandida do Estado, como de assegurar a reprodução dos padrões de dominação entre o centro e a periferia na Etiópia, evitando a desagregação do território e a afirmação das populações desses territórios periféricos.

Deve-se salientar, ainda, que a guinada rumo à centralização não resolve os problemas gerados pela assimetria de poder político entre as regiões da Etiópia; de fato, a tentativa de centralização se realiza não em bases de integração, e sim

reduzindo a autonomia das regiões em favor do poder executivo e de Addis Abeba. Trata-se, assim, de uma centralização desigual, que produz periferias. A luta contínua de organizações como a FLO e os Militantes Anuak precisa ser entendida como uma oposição a esse processo de periferização, tanto política como econômica, em que as regiões do sul, do oeste e do leste tornam-se fornecedoras de recursos para o processo de industrialização e para a acumulação de divisas internacionais. A resistência dos povos das regiões periféricas a essa dominação pelo centro ocasionou a continuação da violência perpetrada pelo Estado: em 2003, militares Etíopes massacraram mais de 400 Anuaks em Gambela em um único ataque, em represália à morte de oito representantes do governo regional. Esse evento foi caracterizado por alguns observadores internacionais como uma tentativa de genocídio (GENOCIDE WATCH, 2004), uma acusação que recai periodicamente sobre o governo Etíope, com relatos na década seguinte de um “segundo genocídio” (GEESKA AFRICA, 2016). A atuação direta dos Militantes Anuaks contra os projetos de aquisição de terras, com a morte de cinco trabalhadores sauditas ligados aos projetos em 2012, por exemplo (BIBBY, 2016), reforça a perspectiva de que a política econômica é instrumentalizada para marginalizar os Anuaks e outros povos, e de que sua oposição aos projetos é um resultado dos efeitos negativos, já apresentados aqui, que estes podem ter sobre seu modo de vida.

O Estado Etíope apresenta um certo número de respostas à acusações como essas. Sobre a seleção das terras onde ocorrerão os projetos, conforme foi apresentado aqui, a posição oficial do governo é de que as terras são vazias, nunca foram povoadas e são, no limite, estéreis sem a intervenção de altos investimentos em capital (NALEPA, 2013). Essa posição é incompatível com a existência da política de reassentamento na forma como ela é implementada; mas, de fato, o Estado Etíope nega toda e qualquer conexão entre a política de reassentamento e os projetos de aquisição de terras. A política de reassentamento é, de fato, tão controversa que doadores internacionais procuram dela se afastar, mesmo que a estejam financiando-a diretamente, como é o caso do já citado Pastoral Community Development Project ou do projeto Promoting Basic Services, também do Banco Mundial, e que tem como objetivo levar serviços públicos básicos para as populações nômades da Etiópia, algo que também é o objetivo declarado do programa de reassentamento. O Banco Mundial nega qualquer conexão entre sua

iniciativa e o programa do Estado Etíope (IDI, 2014). O próprio Banco, porém, reconhece a existência de uma “interface operacional” entre os dois programas, de modo que ambos contribuam para a mesma finalidade (IDI, 2014). A participação de instituições financeiras internacionais nos projetos de reassentamento é indicativa da variedade de maneiras como o capital estrangeiro contribui para aumentar a acumulação por espoliação na Etiópia.

Essas negações vão ao encontro de uma política de Estado que pretende se apresentar como uma ‘refundação’ da Etiópia, livre dos problemas que a caracterizaram no passado e tomando decisões radicalmente novas que vão no sentido do desenvolvimento do país (VAUGHAN, 2003). No entanto, conforme foi apresentado aqui, a política de reassentamento (e sua prima, a *villagization*) ocorreram em períodos anteriores da história da Etiópia. Além disso, tanto a relação econômica entre as regiões de centro e periferia, como as relações políticas entre as mesmas, possuem uma história mais antiga, alguns elementos das quais são reproduzidas pela política de reassentamento e a aquisição de terras por estrangeiros no século XXI.

4.4.

O capital internacional como dinamizador da centralização empreendida pelo Estado

A aquisição internacional de terras na Etiópia se apresenta, assim, como continuidade de políticas anteriores de acumulação, elas mesmas parte de um processo de reprodução e fortalecimento de um aparato estatal voltado para representar sobretudo os interesses de um povo em detrimento de outros. A aquisição internacional de terras não pode ser entendida isoladamente, estando relacionada não apenas com os esforços de aumentos da acumulação de capital, mas dependendo também de processos concomitantes de ampliação do controle sobre outros grupos étnicos, que assumem a forma das políticas de reassentamento. Esta última também tem como uma de suas finalidades, conforme vimos, o processo de acumulação de capital. O capital internacional assume papel de dinamizador desse processo, possibilitando ao Estado Etíope ampliar sua capacidade de atuação interna e reduzir a vulnerabilidade externa, causada pela escassez de divisas. O Estado Etíope ajustou-se, em grande medida, a um contexto econômico internacional de ajuste espaço-temporal, desenvolvendo (ou retomando) políticas

adaptadas ao mesmo e coerentes com seus objetivos estratégicos.

5. Considerações finais

Esse trabalho tinha como objetivo compreender a interferência do Estado Etíope no processo de aquisição de terras por estrangeiros que ocorre no país e que atingiu sua maior intensidade no período entre 2003 e 2012.

No segundo capítulo, foi evidenciado que a natureza dessa intervenção vai no sentido da criação de condições seguras e estáveis para que essa aquisição se dê, movimento que é acompanhado de estímulos bem mais explícitos à aquisição de terras por estrangeiros, e que se caracterizam por benefícios tributários - isso é, o Estado faz uso de sua capacidade de distribuir recursos para favorecer a aquisição de terras pelo capital internacional na Etiópia. Ficou claro, ainda, que o Estado tinha especial interesse em estimular uma forma específica de agricultura: monoculturas com alta intensidade de capital, extensivas quanto a seu uso de terra, e com ênfase na exportação. Nossa caracterização dos determinantes internacionais da aquisição de terras também apontou para a necessidade de se considerar como centrais os aspectos econômicos do fenômeno, em particular no que tange ao ajuste espaço-temporal e em sua capacidade de contribuir para a remuneração do capital internacional. A compreensão do fenômeno enquanto acumulação de capital, assim, passou a informar nossa pesquisa.

No terceiro capítulo, procurou-se entender essa intervenção do Estado a partir da história da constituição do mesmo. Os aspectos centrais que ficaram ressaltados nesse panorama histórico do país, da formação do Império Etíope até os anos finais do regime socialista do Derg, foram o surgimento e consolidação do Estado como mecanismo representativo dos interesses de grupos étnicos de agricultores sedentários, em particular os Amhara; e a evolução da forma de obtenção de excedente pelo Estado, que inicialmente se caracterizava pela exploração do trabalho agrícola no sistema de Gabbar-Malkagna, e evoluiu para uma exploração marcada pelo trabalho assalariado e regida por uma dinâmica de acumulação capitalista, na qual o aumento da produção agrícola servia sobretudo como propulsor ao desenvolvimento industrial. O esgotamento da base econômica extrativa do Império orientou uma nova estratégia de acumulação, marcada pela espoliação das populações nômades do sul. Essa ampliação da base de recursos sedimentava, ao mesmo tempo, o controle pelo Estado das populações nômades.

Esse panorama histórico municiou nosso entendimento da aquisição internacional de terras, caracterizadas como continuidade de um processo de acumulação de capital conduzido pelo Estado e com objetivos adicionais de controle político da população. No quarto capítulo, essa perspectiva foi enriquecida por uma análise dos documentos estratégicos do país. Estes permitiram montar um panorama das estratégias de desenvolvimento do Estado Etíope nas últimas duas décadas, mostrando que a aquisição internacional de terras, inicialmente uma entre muitas iniciativas nessa estratégia, ganhou cada vez mais importância ao longo do período, a ponto do 2º PTC prever a transferência de milhares de hectares para esse propósito. Ficou demonstrado, assim, não somente o interesse do Estado em estimular esse tipo de agricultura, como também a existência de metas específicas a serem atingidas, o que evidencia que a aquisição internacional de terras é parte integrante da estratégia de acumulação do Estado Etíope.

Essa estratégia se caracteriza por três eixos principais:

Primeiramente, a ampliação da acumulação de capital na agricultura, através da incorporação de tecnologia estrangeira - maquinário, pesticidas - que permitiria um aumento da produção, economia de mão de obra, e, assim, maiores lucros. A opção pelo capital estrangeiro se dá pela relativa escassez e o decorrente alto custo do capital na Etiópia, além do interesse do capital internacional no período 2003-2012. Eventuais perdas para o Estado com a repatriação de lucros pelo capital internacional seriam compensadas pelo fato de que as terras, anteriormente aos investimentos, não possuíam uma finalidade econômica que pudesse ser facilmente tributada, oportunidade que o agronegócio fornecia. Iniciativas como o catálogo das terras em um banco de dados vão no sentido de permitir a coleta de tributos pelo Estado. A entrada do capital internacional na Etiópia e a acumulação de capital na agricultura deveriam, dessa forma, ampliar a extração de excedente pelo Estado.

Em segundo lugar, o aumento da produção agrícola voltada para a exportação deveria permitir à Etiópia a superação de sua fragilidade externa. Isso se manifesta na opção pelo estímulo ao investimento em gêneros com forte demanda no exterior e nos benefícios fiscais concedidos a exportadores. A geração de divisas por meio da exportação, além da entrada de divisas com a atração de investimentos internacionais, permitiria ao país construir um “colchão” em momentos de fragilidade externa aguda, que são recorrentes na história da Etiópia. Permitiria ao

país, ainda, dinamizar sua estratégia de acumulação de capital industrial, baseada na importação de maquinário.

Em terceiro lugar, o aumento da produção agrícola possibilitado pelos investimentos internacionais impactaria na produção industrial ainda de outra forma: por meio da redução do custo de reprodução do trabalho. O aumento da disponibilidade de alimentos - e, de fato, a extração de alimentos das zonas de produção para a cidade, já que a criação do excedente para as zonas urbanas passa também pela redução dos salários e, portanto, pela redução do consumo dos produtores - diminui seu preço e, portanto, a pressão salarial, possibilitando o aumento da exploração do trabalho assalariado urbano, a ampliação dos lucros e a acumulação através do reinvestimento. O aumento da acumulação de capital industrial também interessa ao Estado, pois também fornece uma base econômica tributável e uma eventual possibilidade de geração de divisas pela exportação, o que é coerente com os pontos expostos anteriormente.

Foi evidenciado, ainda, que essa estratégia econômica reforça e depende de processos de centralização política, que interromperam os experimentos com a autonomia regional frente à Addis Abeba nos anos 1990.

A forma como os capítulos foram estruturados procurou responder à nossa questão central, a saber: Como explicar a interferência do Estado Etíope no processo de aquisição internacional de terras? Essa pergunta pode ser respondida da seguinte maneira: O Estado Etíope estimula as aquisições internacionais de terra como parte de uma estratégia de acumulação de capital que procura aumentar o excedente econômico disponível ao próprio, e como forma de aumentar o controle político sobre grupos marginalizados na estrutura do Estado.

A análise das aquisições internacionais de terra nos permite traçar algumas conclusões sobre a atuação dos Estados, especificamente o Estado Etíope, na concretização das mesmas.

Primeiramente, a atuação do Estado cria as possibilidades para as aquisições internacionais de terra. Estas tratam, fundamentalmente, da incorporação de terras fora de um sistema de produção capitalista ao mesmo. Essa incorporação se dá por meio da interferência do capital internacional, que vem responder a uma escassez de capital local, e pelo uso da força, que, como consequência do ainda relevante modelo Vestfaliano, é prerrogativa do Estado.

A confluência entre as necessidades do Estado e do capital - a geração regular de

um excedente de produção convertido em quantia monetária, que para o capital financia sua reprodução ampliada e para o Estado, a reprodução e ampliação de suas atividades - estimula essa atuação complementar, em que o Estado age para criar novas aberturas para a remuneração do capital.

Essa ação do Estado se torna particularmente interessante ao capital na medida em que o Estado, detentor do monopólio da violência, é também o árbitro legítimo da distribuição de recursos. É imbuído dessa atribuição que o Estado determina a transferência da terra para o capital internacional. Como legítimo detentor do direito sobre a terra, o Estado também determina seu preço de mercado, garantindo sua incorporação à economia capitalista por um preço vantajoso ao capital. O Estado assume também outra função necessária à acumulação por espoliação: a criação de um proletariado. A transferência da terra desempenha essa dupla função, ao privar parte da população de seu sustento, levando à sua incorporação à reserva de mão de obra assalariada, também em termos vantajosos para o capital. Pode também gerar impacto sobre o nível geral dos salários, ao incorporar à massa salarial uma população com menos recursos e, assim, ainda mais dependente do trabalho para seu sustento, portanto em teoria disposta a trabalhar por menos.

No caso da Etiópia, a atuação do Estado no sentido de transferir terras ao capital internacional e criar uma massa proletária é operacionalizada pela estratégia de concentrar e sedentarizar a população nômade. Isso abre espaço para o uso definitivo e exclusivo do território pelo agronegócio; também possibilita a obtenção de ganhos de escala com a divisão do trabalho através da urbanização da população. O reassentamento da população nos próprios estados onde ocorre a transferência de terra é um fator adicional que contribui para a transformação dessa população em mão de obra para o agronegócio, algo que já ocorreu em alguns dos projetos.

Da perspectiva do Estado Etíope, deve-se também destacar a vontade de aumentar o controle sobre as populações pastoris. A concentração e sedentarização da população facilita a extração de excedentes por tributação; assim como a incorporação dessa população à economia monetária, representada pelos próprios projetos de agronegócio ou outros empregos assalariados de baixa remuneração na economia capitalista. A participação dessa população, mesmo que em condições subalternas, na economia monetária permite ao Estado organizar a extração de excedente sob a forma de moeda, o que permite maior previsibilidade e planejamento e está mais alinhado com a estrutura de despesas e as obrigações

internacionais de um Estado moderno.

Até o momento, a tentativa do Estado Etíope de sedentarizar as populações do sul foi tratada como parte de um esforço de ampliar a acumulação de capital e com a finalidade última de aumentar a extração de excedente. Pode ser argumentado, porém, que o controle dessa população nômade fornece também um incentivo - sendo esse controle não como meio para extrair excedente, mas como um fim em si mesmo. Deve ser acrescentado a esse entendimento a perspectiva histórica da reafirmação da autoridade dos Amhara-Tigray sobre as populações nômades não-Amhara. A etnia Amhara tradicionalmente representou o grupo dominante na Etiópia do final do século XIX até pelo menos o estabelecimento do Derg, e traços dessa proeminência permanecem até os dias de hoje. Embora a Constituição de 1994 tenha em teoria garantido maior autonomia e representação aos povos não-Amhara, a centralização do governo federal em Addis Abeba termina por dar mais poder aos representantes dessa etnia no governo. A etnia Tigray, também tradicionalmente poderosa, assume um papel cada vez mais central na política Etíope; a coincidência de vários aspectos culturais entre os Amhara e os Tigray significa, no entanto, que os padrões de dominação desses dois povos - “povos do planalto” - sobre os povos nômades “da planície” têm muitas semelhanças. Particularmente, a identificação dessas etnias com a agricultura sedentária explica as semelhanças nas estratégias adotadas para a extração do excedente das populações nômades, apesar da mudança de sistema político e do grupo que o ocupa.

A sedentarização seria, nesse sentido, a forma encontrada pelo Estado, representante dos interesses dos povos Amhara-Tigray, de afirmar a superioridade desses povos sobre os povos de modo de vida nômade-pastoril, percebido como ameaça por suas diferenças culturais e por antagonismos históricos latentes, como a invasão das áreas Amhara pelos Oromo no século 17. A sedentarização seria, dessa maneira, uma continuação das políticas de Amharização, adotadas durante o governo de Menelik II mas mantidas em maior ou menor grau durante todo o império. Essa abertura necessita, contudo, fugir um pouco ao escopo deste trabalho, uma vez que não versa exatamente sobre os aspectos de economia política da aquisição de terras, pertencendo mais ao campo da ciência política.

Adotando uma perspectiva histórica, pode-se concluir que o apoio concedido pelo Estado Etíope ao processo de aquisição internacional de terras é parte de um longo

processo de consolidação deste Estado, iniciado no final do século XIX. Esse processo passa pela constituição de uma base de extração de excedente, inicialmente caracterizado por um sistema de servidão agrícola e pela extração da produção dos agricultores. As reformas no final do período imperial e no período do Derg vão no sentido de, de um lado, transformar esse sistema de extração, ao ampliar sua integração à economia monetária - transformando um excedente agrícola em moeda abstrata, mais adaptada a financiar as atividades cada vez mais variadas do Estado - e, de outro lado, a continuar a ampliação dessa base, incorporando terras e populações antes situadas fora tanto do sistema de servidão como da economia monetária capitalista.

A aquisição internacional de terras retoma esses dois pontos; sua principal inovação diz respeito à dinamização que o capital internacional é capaz de trazer ao processo, tanto na escala da incorporação de novas terras como à incorporação de capital e de novas tecnologias. A saliência do capital internacional no período em que as aquisições internacionais se intensificaram, tanto uma característica secular - com a desregulamentação dos fluxos financeiros - como uma consequência do excesso de liquidez no sistema financeiro nos anos 2000 e especialmente após a crise de 2008, forneceu ao Estado Etíope a oportunidade para aprofundar esse processo.

Para além das especificidades de nosso estudo de caso, é possível fazer algumas observações para as quais este trabalho contribui de forma mais teórica.

David Harvey constata, em *O Novo Imperialismo*, que a acumulação capitalista por meio das trocas no mercado tem melhores condições de florescer em um ambiente onde instituições como a lei, os contratos, o respeito à propriedade privada e a segurança das trocas monetárias sejam respeitadas. O Estado, detentor do monopólio da violência, é capaz de construir e manter esse arcabouço legal e institucional, se necessário através do uso da força. Dessa forma, o fortalecimento do Estado Etíope não deve ser entendido como estando em conflito com a acumulação de capital na economia etíope ou, ainda, com a remuneração do capital internacional, uma vez que cria as bases para que a mesma possa se dar com regularidade.

Nossa análise do processo de aquisição internacional de terras aponta, inclusive, para a conclusão de que o capital internacional pode agir como impulsionador da formação e fortalecimento dos Estados na periferia do capitalismo. A dinâmica de redução da rentabilidade do capital investido na reprodução ampliada no centro do

sistema leva a um movimento cíclico de expansão do capital para a periferia, em um processo de ajuste espaço-temporal. Como parte dessa expansão para a periferia, é possível identificar o movimento de acumulação por espoliação, do qual as aquisições internacionais de terra fazem parte.

Para os Estados da periferia, que precisam lidar com a insuficiência de recursos para o financiamento de suas atividades e com os poucos meios para a extração de excedentes, o capital internacional aparece como facilitador, disponibilizando recursos e tecnologia que permitem aumentar o excedente produtivo na economia periférica. A ampliação da economia de troca monetária também significa a ampliação da parcela desse excedente conversível em um excedente monetário, mais facilmente apropriável pelo Estado e com outras vantagens para o planejamento de suas atividades.

Uma última consideração sobre o papel do Estado diz respeito a uma forma específica de Estado e como ela se relaciona com a dinâmica de expansão do capital internacional: o Estado dito ‘desenvolvimentista’. É essa alcunha que é usada com frequência para descrever o Estado Etíope, descrição que costuma acompanhar avaliações do impressionante crescimento do PIB da Etiópia na última década, que seria atribuído a esse papel ativo do Estado. Uma das implicações deste trabalho seria de que as aquisições internacionais de terra, ao ampliarem a renda do Estado e fortalecerem o mesmo, estariam aumentando a capacidade do Estado de adotar um papel ativo na condução de seus assuntos econômicos, assumindo novas funções. A difusão do capitalismo pelo sistema internacional levaria, dessa forma, não à obsolescência desse tipo de Estado interventor, como frequentemente é apontado, e sim ao fortalecimento do mesmo.

A ideia de que o capital internacional pode contribuir para a acumulação doméstica ilumina joga luz sobre um debate entre duas correntes do pensamento marxista, para o qual acreditamos que esta dissertação contribui.

Na primeira visão, que podemos associar com muitos teóricos do chamado ‘Sistema-Mundo’ e da Teoria da Dependência, o sistema econômico capitalista depende, para sua reprodução, da exploração dos recursos e da mão de obra das populações na periferia do sistema - o desenvolvimento do centro seria, assim, uma consequência do subdesenvolvimento da periferia (GUNDER FRANK, 1966). O capitalismo teria, assim, uma tendência concentradora. Pelo contrário, na segunda visão, que podemos associar com os autores marxistas da virada do século XX,

como Lênin e Rosa Luxemburgo, o capitalismo mundial teria uma tendência difusionista: isso é, os processos de queda na taxa de lucro levariam o capital a migrar para a periferia do sistema, impulsionando o desenvolvimento do capitalismo nessas regiões e, ao longo do tempo, espalhando-o para todo o globo. Esse trabalho, em grande medida, se alinhou com a perspectiva difusionista em sua abordagem teórica. O estudo de caso permite apontar que essa perspectiva é de fato a mais adequada para a compreensão do fenômeno, de várias formas.

No contexto decisório do Estado Etíope, há uma opção clara pelo capital internacional como impulsionador da acumulação de capital na economia Etíope. Particularmente naquilo que se refere à capacidade da produção agrícola potencializar a produção industrial, com o fornecimento de insumos e barateamento do custo da mão de obra, a avaliação feita pelo Estado Etíope nos parece consistente. O desenvolvimento de uma economia agrário-exportadora, quando acompanhada de um plano de importação de maquinário com as divisas geradas, para aumentar a sofisticação da produção industrial - que é o caso da Etiópia - nos parece uma forma de garantir que a acumulação de capital na agricultura não seja acompanhada de um abandono do setor industrial e, pelo contrário, o frutifique.

Aonde nossas conclusões diferem daquela feita pelo Estado Etíope, é evidente, é na capacidade desse processo de beneficiar a população, se entendermos esse benefício como o aumento da sua renda e a redução da exploração de seu trabalho. Pelo contrário, conforme procurou-se demonstrar no trabalho, as aquisições internacionais de terra estão fundadas na expropriação da população nômade e no aumento da exploração de seu trabalho. Os planos consequentes para o setor industrial também preveem uma economia através da redução da custo de sua reprodução. Conclui-se que os benefícios obtidos nesse processo serão divididos entre o Estado Etíope, que terá um aumento na geração de renda para suas atividades, o capital internacional, que irá se apoderar de recursos e de mão de obra a preços vantajosos, e o capital doméstico, que irá se beneficiar de um custo de reprodução mais baixo e, presumivelmente, de alguma transferência tecnológica.

Pode-se considerar que o debate entre difusionistas e concentracionistas atinge um ponto incomensurável em torno da ideia do que significa “desenvolvimento” dentro do capitalismo. De fato, os concentracionistas parecem defender a posição de que nem todo desenvolvimento capitalista é igual, e na divisão internacional de trabalho, alguns países ficam com posições subalternas. Desse argumento, retira-se

a posição de que o desenvolvimento associado ou dependente - como seria, por exemplo, o desenvolvimento por meio da exportação de commodities de baixo valor agregado - não seria o ‘verdadeiro’ desenvolvimento. Como os resultados dessa dissertação demonstram, assim como o ajuste espaço-temporal levou a agricultura capitalista até a Etiópia, nada impede que futuros ajustes levem atividades industriais menos complexas até a África, assim como chegaram até a Ásia. O processo seria, assim, uma evolução gradual, de setores menos complexos aos mais complexos, daqueles de menor valor agregado aos de maior valor agregado. Não à toa, a África já é descrita por alguns como a “última fronteira do capitalismo” e é apontada como um dos destinos das indústrias baseadas em mão de obra barata quando o custo da mesma começar a subir na China (SILVERSTEIN, 2014).

Esse trabalho apresenta uma contribuição, assim, para a compreensão da história longa do capitalismo - sua evolução histórica e geográfica em ciclos longos. Como futura agenda de pesquisa, recomenda-se o aprofundamento desta por meio de estudos históricos comparativos de processos de acumulação por espoliação ou acumulação primitiva, e movimentos passados de ajuste espaço-temporal do capital.

Para além de comparações históricas, outros estudos comparados que recomendamos incluem estudos de caso atuais de aquisição internacional de terras, ou de movimentos de ajuste espaço-temporal e acumulação por espoliação em outros países da periferia do capitalismo. É possível que as conclusões desse trabalho, de que as aquisições internacionais de terra contribuem para a acumulação de capital e para o desenvolvimento do capitalismo, seja aplicável à Etiópia mas se revele inadequada em outro país, onde o papel estratégico do Estado esteja menos voltado a promover a acumulação. Particularmente, é possível que a integração da aquisição internacional de terras com uma estratégia de exportação e de desenvolvimento industrial seja uma particularidade da Etiópia, o que mitigaria consideravelmente a capacidade das aquisições internacionais de terra de contribuir para o desenvolvimento doméstico do capitalismo. O impacto da entrada do capital internacional sobre a dinâmica de acumulação do capital doméstico é outro ponto que merece acompanhamento ao longo do tempo; no caso Etíope, a ambição do Estado é que os investimentos em agricultura beneficiem o setor industrial, ao reduzir o preço dos alimentos e, com isso, o custo de reprodução do capital. Essa

relação, no entanto, não é necessariamente positiva, já que o capital internacional pode, em outros casos, estrangular o capital doméstico, através de sua aquisição. A entrada do capital internacional também reduz, em teoria, a quantidade de recursos disponíveis para o capital doméstico. Ainda assim, é possível que, em condições específicas, o capital internacional contribua para aumentar o ritmo de acumulação do capital doméstico, o que traz suas próprias consequências para a extração de excedente por parte do Estado - é concebível crer que é mais fácil, no geral, para um Estado extrair o excedente do capital nacional. De qualquer forma, esse trabalho abre a possibilidade de estudos comparativos das políticas associadas à aquisição internacional de terras em diferentes países e do impacto das mesmas.

Se a relação positiva entre a acumulação do capital internacional e a acumulação do capital doméstico não está dada, em todo caso ela parece coincidir com a geração de excedente para o Estado e, portanto, a formação e fortalecimento do Estado, o que possui especial relevância para os países periféricos.

Evitou-se até o momento a ênfase na ideia de imperialismo, por estar essa muito associada à dominação política de uma nação sobre outra. O uso por Lênin do termo em sua obra se referia ao contexto do período, em que países europeus conquistaram militarmente boa parte da África e da Ásia. Por mais que a explicação de Lênin desse fenômeno fosse fundamentalmente econômica, utilizar o termo “imperialismo” carrega ainda a associação com esse período histórico e com as invasões e conquistas que o caracterizaram. Se as conclusões econômicas que derivamos desse trabalho guardam muitas semelhanças com aquelas obtidas por Lênin e Rosa Luxemburgo há um século, o contexto político com que lidamos é, todavia, muito diferente. Não se pode falar exatamente em imposição da soberania de um país sobre outro. Embora a aquisição internacional de terras possa vir a gerar problemas ligados ao direito internacional no futuro - qual lei valerá dentro dos territórios adquiridos, às vezes de tamanho considerável? - a análise do caso Etíope aponta para um elevado grau de coordenação e cooperação entre o Estado detentor da terra e o capital internacional, e não uma simples imposição. O papel dos Estados de onde teoricamente vem esse capital também é menos claro do que no tempo de Lênin. Isso se alinha com a nossa percepção de que o movimento de ajuste espaço-temporal representado pelas aquisições internacionais de terra é feito com os Estados periféricos, e não contra os mesmos. Chamar a esse processo de imperialismo é inadequado, e convida à imaginação e criatividade na elaboração de

novos conceitos, ao invés da reutilização dos antigos.

Finalmente, é possível tecer uma reflexão sobre o futuro do processo de aquisição de terras a partir das evoluções recentes da política Etíope.

No começo de 2018, grandes protestos tomaram conta da Etiópia. As razões divulgadas para manifestações eram o alto grau de autoritarismo político do governo do Ehadig, manifestado na existência de um número considerável de prisioneiros políticos e na manutenção de um estado de sítio desde o ano anterior (D'AMOURS, 2018). A marginalização política dos Oromo na política Etíope, foi, porém, também apontada como um motivo. A importância dessa questão, e a escala das manifestações, ficou demonstrada pela renúncia, no dia 15 de fevereiro, do primeiro-ministro Hailemariam Desalegn, que governava o país desde 2012; seu substituto escolhido foi ninguém menos que Abiy Ahmed, um Oromo (BBC, 2018). A escolha de um Oromo como primeiro-ministro, carregada de simbolismo, pode apontar para transformações mais profundas na Etiópia e gerar impactos sobre a dinâmica de acumulação capitalista no país e especificamente as aquisições de terras, cujo peso, como vimos, recai majoritariamente sobre as populações nômades do sul. É possível, ainda, que a dinâmica do relacionamento entre os grupos étnicos e suas posições relativas no Estado sejam alteradas. Será necessário, desse modo, acompanhar como o processo de aquisição de terras evolui frente a essas transformações políticas.

6. Referências Bibliográficas

ABBUTE, W. *Resettlement as a Response to Food Insecurity*. The case of Southern Nations, Nationalities, and People's Region (SNNPR). Organização das Nações Unidas, 2003.

ADEGEHE, A. *Federalism and ethnic conflict in Ethiopia: a comparative study of the Somali and Benishangul-Gumuz regions*. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política, Universidade de Leiden, Leiden.

ADEMUJOBI, S. *The History of Ethiopia*. Londres: Greenwood, 2007.

ALTIERI, M. & NICHOLS, C. Agroecology Scaling Up for Food Sovereignty and Resiliency. In: LICHTFOUSE, E. (ed.) *Sustainable Agriculture Review*. v. 12. Nova Iorque: Springer, 2011. pp. 1-29.

AMADEO, K. Fed Funds Rate History: Chart With Major Events. *the balance*, 29 nov 2018. Disponível em: <<https://www.thebalance.com/fed-funds-rate-history-highs-lows-3306135>> Acessado em 6 dez 2018.

AMERICAN ASSOCIATION FOR THE ADVANCEMENT OF SCIENCE. *Documentation of Villagization: Gambella region, Ethiopia*, 2011. Disponível em: <<https://www.aaas.org/resources/documentation-villagization-gambella-region-ethiopia>>. Acessado em 28 jan 2019.

ANBESSA, L. Ethiopian Pastoralist policy at the crossroads: Revitalization or further marginalization? In: ABERRA, Y; ABDULAH, M. *The intricate road to development: government development strategies in the pastoral areas of the Horn of Africa*. Adis Abeba: Institute for Peace and Security Studies, 2015.

ATA. *Ethiopian Agriculture and Strategies for Growth*, nov 2017. Disponível em: <<https://www.innovasjon Norge.no/globalassets/afrika/mirafe-g-marcos---ata---pdf.pdf>> Acessado em 28 jan 2019.

ATA. *National Growth & Transformation Plan*. 2014. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20140111222818/http://www.ata.gov.et/priorities/national-growth-transformation-plan/>> Acessado em 28 jan 2019.

BACHELARD, J & MARCUS, R. *Countries at the Crossroads 2011*: Madagascar. 2011. Freedom House. Disponível em: <https://www.webcitation.org/6AAqjglXX?url=http://www.freedomhouse.org/site/s/default/files/inline_images/MADAGASCARfinal.pdf>. Acessado 7 out 2017.

BANCO MUNDIAL. *Pastoral Community Development Project III*, 12 dez 2013. Disponível em: <http://projects.worldbank.org/P130276/pastoral-community-development-project-iii?lang=en> Acessado em 4 dez 2018.

BARRY, A. UN: Somali famine over, but action still needed. Dublin: *The Journal*, 6 fev 2012. Disponível em: <<http://www.thejournal.ie/un-somalian-famine-is-over->

[but-action-still-needed-347449-Feb2012/](#)>. Acessado em 2 fev 2018.

BAXTER, P. The Problem of the Oromo or the problem for the Oromo. in: LEWIS, I.M. (ed.) *Nationalism and Self-determination in the Horn of Africa*. Evergreen Book Distribution, 1983.

BBC. *Abiy Ahmed: Ethiopia's Prime Minister*, 14 set 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-africa-43567007>> Acessado em 28 jan 2019.

BBC. *US admits helping Mengistu escape*. 22 dez 1999. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/575405.stm>> Acessado em 25 jul 2018.

BIBBY, C. The Great Land Rush. Londres: *Financial Times*, 1 mar 2016. Disponível em: <https://ig.ft.com/sites/land-rush-investment/ethiopia/> Acessado em 2 fev 2018.

BROWN, P. Food supply fears spark China land grab. *Climate News Network*, 26 set 2016. Disponível em: <<https://climatenewsnetwork.net/food-supply-china-land-grab/>>. Acessado em 6 dez 2018.

BRUCE, A. Bank of England brings forward potential timing of QE bond sell-off. Londres: *Reuters*, 21 jun 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-britain-boe-stimulus/bank-of-england-brings-forward-potential-timing-of-qe-bond-sell-off-idUSKBN1JH2A2>> Acessado em 28 jan 2019.

CANNON-LORGEN, C. *The Experience of Villagisation: Lessons from Ethiopia, Mozambique and Tanzania*. Oxfam GB, jan 1999.

COHEN, J.M. & ISAKSSON, N-I. Food production strategy debates in revolutionary Ethiopia. *World Development*, v. 16, nº 3, 1988. pp. 323-348.

COHEN, J.M. & ISAKSSON, N-I. Villagisation in Ethiopia's Arsi Region. Cambridge: *The Journal of Modern African Studies* v. 25, nº 3, 1987. pp. 435.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO. *WIR-Foreign direct investment to Africa fell by 21% in 2017, says United Nations report*. 6 jun 2018. Disponível em: <<https://unctad.org/en/pages/PressRelease.aspx?OriginalVersionID=461>>. Acessado em 28 jan 2019.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO. *Least Developed Countries Report 2015*, 2015.

COTULA, L et al. *Landgrab or development opportunity? Agricultural investment and international land deals in Africa*, 2009. Disponível em: <<http://www.fao.org/tempref/docrep/fao/011/ak241e/ak241e00.pdf>>. Acessado em 2 fev 2018.

COTULA, L. *The Great African Land Grab*. Londres: Zed Books, 2013.

COUNTRY ECONOMY. *Ethiopia National Debt*, 2018. Disponível em: <<https://countryeconomy.com/national-debt/ethiopia>>. Acessado em 28 jan 2019.

COX, R. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. Londres: *Millenium Journal of International Studies*. v. 10, n. 2, 1981. p. 126-155.

D'AMOURS, J. *Ethiopia*: Mass protests 'rooted in country's history'. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2018/02/ethiopia-mass-protests-rooted-country-history-180219130441837.html>> Acessado em 28 jan 2019.

DASH, M. The Emperor's Electric Chair. Charles Fort Institute, 10 jun 2010. Disponível em: <<http://blogs.fortean.org/node/123>>. Acessado em 25 jul 2018.

DAVISON, W. Ethiopia plans ambitious resettlement of people buffeted by East Africa drought. Boston: *The Christian Science Monitor*, 1 ago 2011.

DE WAAL, A. *Evil Days*: 30 years of war and famine in Ethiopia. Human Rights Watch, 1991.

DEININGER, K et al. *Rising Global Interest in Farmland*: Can it yield sustainable benefits? Washington DC: Banco Mundial, 2011. Acessado em 25 jan 2018. Disponível em: <https://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/Rising-Global-Interest-in-Farmland.pdf>

DOWNIE, E. German official blames China for Somalia's famine. Washington DC: *Foreign Policy*, 29 jul 2011.

ECB. *Official Interest Rates*, 2018. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/stats/policy_and_exchange_rates/key_ecb_interest_rates/html/index.en.html>. Acessado em 11 dez 2018.

EDELMAN, M. et al (eds.). *Global Land Grabs*: History, Theory and Method. Nova Iorque: Routledge, 2016.

FEDERAL NEGARIT GAZETA. A Proclamation to pronounce the coming into effect of the Constitution of the Federal Democratic Republic of Ethiopia. 21 ago 1995. Disponível em: <<https://chilot.me/wp-content/uploads/2011/01/proc-no-1-1995-constitution-of-the-federal-democratic-repu.pdf>> Acessado em 28 jan 2019.

FEDERAL NEGARIT GAZETA. Council of Ministers Regulations on Investment Incentives and Investment Areas Reserved for Domestic Investors. Adis Abeba, 7 fev 2003. Disponível em: <<http://ethiopianchamber.com/Data/Sites/1/downloadables/INVESTMENT%20%20CODE/INVESTMENT%20%20REGULATIONS%20NUMBER%2084-1995.pdf>> Acessado em 28 jan 2019.

FEYISSA, D. The political economy of salt in the Afar Regional State in Northeast Ethiopia. *Review of African Political Economy*, v. 38, nº 127, 2011. pp. 7-21.

GEBRESENBET, F. Land Acquisitions, the Politics of Dispossession, and State-Remaking in Gambella, Western Ethiopia. Hamburgo: *Africa Spectrum*, v. 51, n. 1, 2016.

GEESKA AFRIKA. *Ethiopia: Second Genocide being committed against Anuaks in Gambela*. 31 jan, 2016. Disponível em <https://www.geeskaafrika.com/14944/ethiopia-second-genocide-being-committed-against-anuaks-in-gambella/> Acessado em 2 fev 2018.

GENOCIDE WATCH. *The Anuak of Ethiopia*. 23 jan 2004.

GERSCHENKRON, A. *Economic Backwardness in historical perspective*. Cambridge: Belkap, 1962.

GLOPOLIS. *Ethiopia's Food Insecurity: Europe-se Role within the broader context of food flows, climate change and land grabs*, 2010. Disponível em: <http://www.ptpest.ee/files/Ethiopia's%20Food%20Insecurity.pdf> Acessado em 18 mai 2018.

GUNDER FRANK, A. The Development of Underdevelopment. Nova Iorque: *New York Monthly Review*, v. 18, n. 17, set 1966.

HALL, D. Primitive Accumulation, Accumulation by Dispossession and the Global Land Grab. *Third World Quarterly*, v. 34, n. 9, 2013. pp. 1582-1604.

HARDING, R. et al. Quantitative Easing explained. Londres: Financial Times, 3 nov 2010. Disponível em: <<http://ig-legacy.ft.com/content/69e8c92c-e758-11df-880d-00144feab49a#axzz2Zklgv8k1>> Acessado em 28 jan 2019.

HARVEY, D. (2003) *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Supressing Dissent: Human Rights Abuses and Political Repression in Ethiopia's Oromia Region*. 9 mai 2005. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2005/05/09/suppressing-dissent/human-rights-abuses-and-political-repression-ethiopias-oromia> Acessado em 6 dez 2018.

HUMAN RIGHTS WATCH. War Crimes and Crimes against Humanity in the Ogaden area of Ethiopia's Somali Region. 12 jun 2008. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2008/06/12/collective-punishment/war-crimes-and-crimes-against-humanity-ogaden-area-ethiopias> Acessado em 4 dez 2018.

HUMAN RIGHTS WATCH. “*Waiting here for death*”: Forced Displacement and “Villagization” in Ethiopia's Gambella region. 16 jan 2012. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2012/01/16/waiting-here-death/forced-displacement-and-villagization-ethiopias-gambella-region> Acessado em 6 dez 2018.

IDI. *Ethiopia: Forced Villagization Program and the Promoting Basic Serves Project*. 2014. Disponível em: <https://www.inclusivedevelopment.net/campaign/ethiopia-forced-villagization-program/> Acessado em 4 dez 2018.

IGEBRETSEN, E. A Thirsty Third World: How Land Grabs Are leaving Ethiopians in the Dust. Filadélfia: *wH20, the journal of Gender and Water*. v. 4, n. 1, 2017. p. 94-102.

IRIN. *Rural resettlement program criticised*. 1 mar 2004. Disponível em: <<http://www.irinnews.org/report/48797/ethiopia-rural-resettlement-programme-criticised>>. Acessado em 28 jan 2019.

ISCI. 'Villagisation' and State Crime in Ethiopia's Gambella Region. 2014 Disponível em: <http://statecrime.org/state-crime-research/villagisation-and-state-crime-in-ethiopias-gambella-region/> Acessado em 4 dez 2018.

JESSOP, 2015. Hard cash, easy credit, fictitious capital: Critical reflections on money as a fetishised social relation. *Finance and Society*, v. 1 n. 1, p. 20-37, 2015.

KESKINSOY, B. *A Data Survey on International Capital Flows to Developing Countries*. MPRA paper nº78597. 5 mai 2017. Disponível em: https://mpra.ub.uni-muenchen.de/78957/1/MPRA_paper_78957.pdf Acessado em 23 jan 2018.

KHATIWADA, S. *Quantitative Easing by the Fed and International Capital Flows*. Working Paper nº HEIDWP02-2017, jan 2017. Disponível em: <http://repec.graduateinstitute.ch/pdfs/Working_papers/HEIDWP02-2017.pdf> Acessado em 28 jan 2019.

KISHI, R. & RALEIGH, C. When China gives aid to African governments, they become more violent. Washington DC, *The Washington Post*, 2 dez 2015.

KLARE, M. *The Race for What's Left: The Global Scramble for the World's Last Resources*. Londres: Picador, 2012.

KNOEMA. *World Exports and Imports of Agricultural Products*, 2018. Disponível em: <http://pt.knoema.com/cduihd/world-exports-and-imports-of-agricultural-products> Acessado em 11 dez 2018.

LAVERS, T. 'Land grab' as development strategy? The Political economy of agricultural investment in Ethiopia. *The Journal of Peasant Studies*. v. 39, n. 1, 2012. pp. 105-132.

LEVIEN, M. (2011), Special Economic Zones and Accumulation by Dispossession in India, in: *Journal of Agrarian Change*, v. 11, nº4, 454–483.

LIVINGSTONE, G. The real hunger games: How banks gamble on food prices - and the poor lose out. Londres: *The Independent*, 1 abr 2012.

LUXEMBURGO, R (1913). *A Acumulação do Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1983. Trad. Rolf Kuntz.

LÊNIN, V. (1916) *Imperialismo, Etapa superior do capitalismo*. Navegando publicações: 2011.

LÊNIN, V.I. 'The Revolutionary Proletariat and the Right of Nations to Self-Determination'. In: LÊNIN, V.I. *Collected Works XVIII*. Londres: Martin Lawrence, 1930.

MAKKI, F. & GEISLER, C. Development by Dispossession: Land grabbing as New Enclosures in Contemporary Ethiopia. in: INTERNATIONAL CONFERENCE ON GLOBAL LANDGRABBING. 6-8 abr 2011. *Anais...* Sussex, 2011. pp. 1-21.

MARCUS, H. *A History of Ethiopia*. Berkeley: University of California Press, 1994.

MARX, K (1867). *Capital: A Critique of Political Economy*, v. 1. Nova Iorque: L.W. Schmidt, 1887. Trad. Samuel Moore & Edward Aveling.

MARX, K (1867). *O Capital: Crítica da Economia Política*. v. 1. São Paulo: Boitempo, 2013. trad. Rubens Enderle.

MCCANN, J. A Great Agrarian Cycle? Productivity in Highland Ethiopia, 1900 to 1987. Cambridge: *Journal of Interdisciplinary History*, v. 20, n. 3, 1990. pp. 389-416.

MELESE, A. Living Wage Report. Non-Metropolitan Urban Ethiopia. Ziway Region. Context Provided in the Horticulture Sector. Abr 2017. Disponível em: https://www.isealliance.org/sites/default/files/resource/2017-12/Ethiopia_Living_Wage_Benchmark_Report.pdf. Acessado em 23 jan 2019.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA ETIÓPIA. *Industrial Development Strategy*. Ago 2002. Disponível em: <http://www.tralac.org/files/2012/12/Industry-Development-Strategyy-of-Ethiopia.pdf> Acessado em 26 jan 2019.

MINISTÉRIO DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA ETIÓPIA (2002). *Investment proclamation n° 280/2002*. 2002. Disponível em: <http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/en/et/et013en.pdf> Acessado em 6 dez 2018.

MINISTÉRIO DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA ETIÓPIA. (2002). *Ethiopia Sustainable Development and Poverty Reduction Program*. 2002. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPRS1/Resources/073102.pdf>. Acessado em 28 jan 2019.

MINISTÉRIO DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA ETIÓPIA. (2010) *Growth and Transformation Plan (GTP) 2010-11-2014-15*. set 2010. Disponível em: http://www.ethiopians.com/Ethiopia_GTP_2015.pdf Acessado em 28 jan 2019.

MINISTÉRIO DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA ETIÓPIA. *Growth and Transformation Plan 2010/11-2014/15*. nov 2010.

Disponível em: <<http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/eth144893.pdf>>. Acessado em 28 jan 2019.

MOORE, J. *Capitalism in the web of life: Ecology and the Accumulation of Capital*. Nova Iorque: Verso, 2015.

MOREDA, T. Large-scale land acquisitions, state authority and indigenous local communities: insights from Ethiopia. *Third World Quarterly*, v. 38, nº 3, 2017. pp 698-716.

NALEPA, R. *Land for agricultural development in the era of 'landgrabbing'*. A spatial exploration of the 'marginal lands' narrative in Ethiopia. LDPI, Sussex, 2013. https://www.iss.nl/sites/corporate/files/LDPI_WP_40.pdf

NOLTE, K et al. *International Land Deals for Agriculture*. Fresh insights from the Land Matrix: Analytical Report II, 2016. Acessado em 25 jan 2018. Disponível em: http://landmatrix.org/media/filer_public/ab/c8/abc8b563-9d74-4a47-9548-cb59e4809b4e/land_matrix_2016_analytical_report_draft_ii.pdf

OBASANJO, O. *How Africa could feed the world*. CNN, 6 nov 2012. Disponível em: <<http://globalpublicsquare.blogs.cnn.com/2012/11/06/how-africa-could-feed-the-world/>>. Acessado em 11 dez 2018.

OECD. *Etiópia*, 2016. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/eth/>>. Acessado em 25 jul 2018.

OFCANSKY, T. & BERRY, L (eds.). *Ethiopia: A Country Study*. Washington: Library of Congress, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Report of the Secretary-General on Ethiopia and Eritrea*. 7 mar 2005. Disponível em: <<https://undocs.org/S/2005/142>>. Acessado em 28 jan 2019.

OTTAWAY, M. & OTTAWAY, D. *Ethiopia: Empire in Revolution*. Nova Iorque: Holmes & Meier Publishers, 1978.

O'BRIEN R. *China's Africa Play*. CBS, 18 jan 2010. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/chinas-africa-play/> Acessado em 11 dez 2018.

PANKHURST, R. *The Beginnings of Ethiopia's Modernisation*. 15 abr 2003. Disponível em: <https://richardpankhurst.wordpress.com/2003/04/15/hello-world/>. Acessado em 25 jul 2018.

PEEBLES, G. Displacement, intimidation and abuse: land loyalties in Ethiopia. *Open Democracy*, 26 mar 2013. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/graham-peeble/displacement-intimidation-and-abuse-land-loyalties-in-ethiopia>>. Acessado em 28 jan 2019.

PEREIRA MACHADO, P. et al. O indigesto sistema do alimento mercadoria. São Paulo: *Saúde Soc*, v. 25, n. 2, 2016. pp 505-515.

PEREIRA, L. Estrangeirização da terra: (des)construindo uma definição à partir da geografia. Presidente Prudente: *Revista NERA*, v. 20, n. 36, 2017. pp 107-132.

POLANYI, K (1944). *A Grande Transformação*: As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000. Trad. Fanny Wrobel.

POPLAK, R. The new scramble for Africa: how China became the partner of choice. Londres: *The Guardian*, 2 dez. 2016. <https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2016/dec/22/the-new-scramble-for-africa-how-china-became-the-partner-of-choice>

RAHMATO, D. Land to investors: Large-scale Land Transfers in Ethiopia. In: FORUM FOR SOCIAL STUDIES, 2011. *Anais...* Addis Abeba, 2011. pp 0-36.

RAPSOMANIKIS, G. The economic lives of smallholder farmers. An analysis based on household data from nine countries. FAO, 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i5251e.pdf> Acessado em 2 fev 2018.

SCHMIDT, E & KEDIR, M. *Urbanization and Spatial Connectivity in Ethiopia*. International Food Policy Research Institute. Dez 2009. Disponível em: http://essp.ifpri.info/files/2011/02/ESSP_RN05_UrbanizationandSpatialConnectivity.pdf Acessado em 23 jan 2018.

SCOTT, J. *Seeing like a State*: How certain schemes to improve the human condition have failed. New Haven: Yale University Press, 1998.

SILVERSTEIN, K. Is Africa The Next Frontier for Global Capitalism? Nova Iorque: *Forbes*, 10 ago 2014. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/kensilverstein/2014/08/10/is-africa-the-next-frontier-for-global-capitalism-2/#6b53ab8d532d>. Acessado em 28 jan 2019.

STAPLETON, J. *What's driving Ethiopia's fast development? Millions of smallholder farmers, of course*. ILRI, 30 out 2015. Disponível em : <https://news.ilri.org/2015/10/30/whats-driving-ethiopias-fast-development-millions-of-smallholder-farmers-of-course/> Acessado em 4 dez 2018.

STEINGRABER, S. Resettlement and Villagisation - Tools of militarization in SW Ethiopia. Cambridge: *Cultural Survival Quarterly Magazine*, dez 1987.

SURVIVAL INTERNATIONAL. *For Their own Good* - Ethiopia's villagisation programme. 1988.

TADESSE, M. *Gambella*: The impact of local conflict on regional security. Pretoria: Institute for Security Studies, 2007.

TAREKE, G. *The Ethiopian Revolution*: War in the Horn of Africa. New Haven: Yale University Press, 2009.

TEGENU, T. *Structural Problems of Economic Development and the Role of the*

State: A Lesson from Ethiopia's Past Experience, 1885-1913. 2016 Tese (Doutorado em história). Universidade de Uppsala, Uppsala.

THE GLOBAL ECONOMY. *Indicadores económicos*. Disponível em: https://pt.theglobaleconomy.com/Ethiopia/Economic_growth/ Acessado em 25 jul 2018.

THE OAKLAND INSTITUTE. *Understanding land deal investments in Africa*. 2011 Disponível em: https://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/OI_Ethiopa_Land_Investment_report.pdf Acessado em 6 dez 2018.

UHLIG, S. *Encyclopedia Aethiopica*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2014.

WALLERSTEIN, I. The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis. Cambridge: *Comparative Studies in Society and History*, v. 16, n. 4, set 1974. p. 387-415.

WOERTZ, E. Arab Food, Water and the Big Landgrab that Wasn't. Providence: *Brown Journal of World Affairs*, v. 18, n. 1, 2011. 99 119-132.

WOLDEMESKEL, G. Ethiopia's agrarian policy and its effects. *Food Policy*, nº14, v. 4, 1989. pp 308-312.

XE. *Gráfico de moedas XE: USD para ETB*, 2018. Disponível em: <https://www.xe.com/pt/currencycharts/?from=USD&to=ETB&view=1Y> Acessado em 23 jan 2019.

ZEWDE, B. 2001. *A history of Ethiopia: 1855–1991*. 2a ed. Athens: Ohio University Press, 2001.